

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Campus de Rio Claro

**USO DESIGUAL DO TERRITÓRIO EM RONDONÓPOLIS NO
PROCESSO DE EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO DA SOJA EM
MATO GROSSO**

SERGIO SEBASTIÃO NEGRI

RIO CLARO (SP)
2010

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Campus de Rio Claro

**USO DESIGUAL DO TERRITÓRIO EM RONDONÓPOLIS NO
PROCESSO DE EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO DA SOJA EM
MATO GROSSO**

Sergio Sebastião Negri

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Samira Peduti Kahil

Tese de Doutorado elaborada junto ao
Programa de Pós-Graduação em
Geografia – Área de Concentração em
Organização do Espaço, para obtenção
do título de Doutor em Geografia.

RIO CLARO (SP)
2010

FICHA CATALOGRÁFICA

G330.91 Negri, Sergio Sebastião
N389u Uso desigual do território em Rondonópolis no processo
de expansão do agronegócio da soja em Mato Grosso / Sergio
Sebastião Negri. - Rio Claro : [s.n.], 2010
196 f. : il., figs., gráfs., tabs., quadros, fots., mapas

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista,
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Orientador: Samira Peduti Kahil

1. Geografia agrícola. 2. Organização do espaço. 3. Meio
técnico-científico-informacional. 4. Políticas públicas. 5.
Modernização Agrícola. 6. Especialização territorial
produtiva. I. Título.

Ficha Catalográfica elaborada pela STATI - Biblioteca da UNESP
Campus de Rio Claro/SP

COMISSÃO EXAMINADORA DA DEFESA

Prof^a. Dr^a. Samira Peduti Kahil - Orientadora
DEPLAN/IGCE/UNESP/Rio Claro - SP

Prof^a. Dr^a. Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira
DEGEO/IGCE/UNESP/Rio Claro – SP

Prof. Dr. Marcio Cataia
DGE/IGEO/UNICAMP/Campinas - SP

Prof^a. Dr^a. Mônica Arroyo
DGE/FFLCH/USP/São Paulo – SP

Prof. Dr. Ricardo Abid Castillo
DGE/IGEO/UNICAMP/Campinas – SP

Aluno: Sergio Sebastião Negri

Rio Claro - SP, 02 de março de 2010.

Resultado da Defesa: **APROVADO**

AGRADECIMENTOS

Desejo aqui externar meu reconhecimento e minha imensa gratidão para com todas as Instituições e todas as pessoas que contribuíram diretamente para o desenvolvimento desta pesquisa:

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP – Rio Claro, seus funcionários e professores, pela contribuição nesta etapa da vida acadêmica;

A CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo imprescindível apoio financeiro;

Aos professores do Departamento de Geografia da UFMT, Campus de Rondonópolis, pelo apoio irrestrito nesse período de capacitação;

Ao Prof. Dr. Márcio Cataia e a Profa. Dra. Mônica Arroyo, pelas valiosas contribuições dadas durante o exame de qualificação;

Aos companheiros do Núcleo de Estudos Territoriais (NET): Marcos Serzedello, Márcio Toledo, Francisco Nascimento Júnior, Ricardo Sherma, Carlos Eduardo, Maurício Santos, Guilherme, e Marco Aurélio pela acolhida calorosa e pelas valiosas interlocuções;

Aos amigos, Jorge e Jaqueline, pelas hospedagens na “Pensão Chiapetti”, pela “força” em momentos decisivos, e pela amizade construída nos poucos anos.

À Amanda e Mirlei Pereira, intelectuais de primeira grandeza e de corações fraternos, com o quais tive o privilégio de compartilhar grandes alegrias;

À minha família: meus pais, meus irmãos, meus cunhados e cunhadas, meus sobrinhos, minha enteada e às minhas filhas, pela paciência e incentivo para a confecção desta tese. Especialmente ao Silvio pelas correções, ao Durval pela “informática” e ao João pelo “transporte”, valeu gente!

Agradecimento especial à minha orientadora Prof^a. Dr^a. Samira Peduti Kahil, pelas orientações e sugestões, pela confiança, amizade e pelo exemplo de intelectual comprometida com a construção de um outro projeto para o Brasil.

Por fim, à minha companheira Maria Inês, pelo convívio diário, em Rondonópolis e Rio Claro; pelo amor, carinho, paciência, e por acreditar!

MUITO OBRIGADO!

... O discurso político só é hoje eficaz à medida que for instruído pelo discurso acadêmico, pois jamais necessitamos tanto de um discurso competente que, posto nas mãos dos políticos igualmente competentes, vai permitir-lhes dominar a problemática, e realizar, através do processo político, e por aproximações sucessivas, o encaminhamento correto às soluções.

Milton Santos (1996, p. 117).

SUMÁRIO

	Página
ÍNDICE DE TABELAS.....	viii
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	ix
ÍNDICE DE FIGURAS.....	x
ÍNDICE DE FOTOS	xi
ÍNDICE DE QUADROS.....	xii
QUADRO DE SIGLAS.....	xiv
RESUMO.....	xvi
ABSTRACT.....	xvii
 INTRODUÇÃO.....	 1
 I - FORMAÇÃO TERRITORIAL DE RONDONÓPOLIS NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO.....	 9
1.1. Pressupostos para uma periodização através dos usos do território.....	10
1.2 - Ocupação inicial: o povoamento condicionado ao meio natural.....	15
1.3 - Fronteira agrícola extensiva e integração incompleta ao mercado nacional.....	24
1.4 - Fronteira agrícola intensiva e integração ao mercado internacional ..	37
 II - POLÍTICAS PÚBLICAS ESTATAIS E RENOVAÇÃO DA MATERIALIDADE DO TERRITÓRIO EM RONDONÓPOLIS.....	 44
2.1 - Políticas e programas estatais para o adensamento da composição técnica do território.....	45
2.1.1 - Novos fixos para renovação da materialidade e da fluidez do território.....	49
2.2 - O papel do POLOCENTRO na incorporação capitalista do cerrado.....	62
2.2.1 - Especificidades do Pólo Cuiabá/Rondonópolis.....	64

III- MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL E REORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DO TERRITÓRIO EM RONDONÓPOLIS	70
3.1 - O processo de modernização da agricultura no contexto do agronegócio globalizado.....	71
3.1.1 – Inovações técnico-científicas	72
3.1.1.1 - Tratores.....	73
3.1.1.2 - Fertilizantes.....	77
3.1.1.3 - Agrotóxicos.....	80
3.1.1.4 - O protagonismo da biotecnologia.....	83
3.2 - Expansão da sojicultura e fragmentação do território Mato-grossense.....	97
3.2.1 - Especialização do uso agrícola do território em Rondonópolis..	104
IV - AGRONEGÓCIO DA SOJA E USO DESIGUAL DO TERRITÓRIO EM RONDONÓPOLIS.....	113
4.1 - Expansão do agronegócio da soja e refuncionalização do território...	114
4.1.1 - Reorganização produtiva e concentração fundiária.....	117
4.1.2 - Urbanização acelerada e corporativa.....	122
4.2 - Rondonópolis: constituição e centralidades funcionais de uma cidade do agronegócio.....	128
4.2.1 - Empresas globais, agroindustrialização e círculos de cooperação do agronegócio da soja em Rondonópolis.....	132
4.3 - Crescimento econômico extrovertido e desigual em Mato Grosso e Rondonópolis.....	140
4.3.1 - Resistências e os conflitos pelo uso do território.....	150
5 - CONCLUSÕES.....	158
6 - BIBLIOGRAFIA.....	163

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Número de tratores em Rondonópolis e no estado de Mato Grosso. 1970 - 2006.....	73
Tabela 2 – Evolução das vendas de tratores no Brasil, por região, entre 1996 e 2008.....	75
Tabela 3 – Principais Fabricantes de Fertilizantes no Brasil em 2004.....	80
Tabela 4 – Venda de Agrotóxicos: Faturamento por Empresas no Mercado Brasileiro em 2002 (em US\$ Milhões).....	82
Tabela 5 – As 10 principais companhias mundiais de sementes - 2007.....	90
Tabela 6 – Área e número de estabelecimentos nos estratos de áreas no município de Rondonópolis 1960 – 1995.....	120
Tabela 7 – Evolução da condição do produtor no município de Rondonópolis, por estabelecimentos – 1970 – 2006.....	121
Tabela 8 – Distribuição Imobiliária das Propriedades Rurais de Rondonópolis.....	150

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução das vendas de tratores no Brasil, por regiões: 1996 – 2008.....	75
Gráfico 2 – Distribuição espacial relativa da produção brasileira de máquinas agrícolas automotrizes – em 1990 e 2008	76
Gráfico 3 – Número de estabelecimentos com uso de fertilizantes nas Microrregiões Geográficas e na Mesorregião Sudeste Mato-grossense entre 1970 e 1995.....	79
Gráfico 4 – Distribuição espacial do consumo de agrotóxicos no Brasil em 2002 (%).....	83
Gráfico 5 - Área plantada das lavouras temporárias e permanentes e de soja em Rondonópolis – 2008 – (Ha)	106
Gráfico 6 – Produção de arroz e soja em Rondonópolis: 1970-2008 (Toneladas).....	108
Gráfico 7 - Evolução do rebanho bovino no Sudeste Mato-grossense entre 1970 e 2005.....	112
Gráfico 8 - Evolução do Produto Interno Bruto per capita – Brasil e Mato Grosso: 1995-2005 (em reais)	142
Gráfico 8 – Evolução do pessoal ocupado na produção em Mato Grosso entre 1970 e 2006.....	144

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Localização da Mesorregião Sudeste Mato-grossense, Microrregião de Rondonópolis e o município de Rondonópolis.....	3
Figura 2 – Croqui Oficial do PRODOESTE.....	50
Figura 3 – Brasil: localização do cerrado e das áreas do POLOCENTRO.....	63
Figura 4 – POLOCENTRO: Área Programa Cuiabá/Rondonópolis.....	66
Figura 5 - Distribuição das Unidades de Pesquisa da Embrapa no Território Brasileiro – 2009.....	86
Figura 06 – Brasil: Área colhida de soja (ha) por unidade de Federação – 1975 a 2007.....	99
Figura 7 - Feições geomorfológicas do Cerrado em Rondonópolis	116
Figura 8 – Vazio urbano na porção leste de Rondonópolis -2007.....	118
Figura 9 - Centro-Oeste: – Densidade da população total – 1950, 1960, 1970 e 1980.....	130

ÍNDICE DE FOTOS

Foto 1– Comissão das Linhas Telegráficas Gomes Carneiro.....	18
Foto 2 – Índio Bororo – Município de Poxoréu – Dec. de 1950.....	28
Foto 3 – Ponte de alvenaria em construção sobre o Rio Vermelho: - Déc. de 1950.....	30
Foto 4 – Vista aérea da cidade de Rondonópolis – 1954.....	33
Foto 5 – Vista parcial dos armazéns da CONAB em Rondonópolis.....	56
Foto 6 – UFMT – Vista parcial do Campus Universitário de Rondonópolis	59
Foto 6 – Novilhos Precoces em exposição na Exposul – 2009.....	94
Foto 7 – Prédios residenciais em área nobre em Rondonópolis – 2009....	124
Foto 8 – Prédios residenciais em área nobre em Rondonópolis – 2009....	125
Foto 9 – Aeroporto Municipal de Rondonópolis “Maestro Marinho Franco”	127
Foto 10 – Planta da Bunge em Rondonópolis – Trevão: BRs 163 e 364 ..	135
Foto 11 – Planta da ADM no Distrito Industrial de Rondonópolis	137

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Colônias Agrícolas implantadas em Rondonópolis.....	28
Quadro 2 – Relação dos Municípios existentes no Sudeste Mato-grossense até 1960.....	32
Quadro 3 – Número e Capacidade Estatística das Unidades Armazenadoras para Grãos em Rondonópolis entre 1975 a 2008.....	54
Quadro 4 – Consumo de Energia Elétrica (KWh), Segundo as Classes, em Rondonópolis (1971-2004).....	57
Quadro 5 – Agências Bancárias existentes em Rondonópolis – 2009....	58
Quadro 6 – Cursos de Graduação regulares existentes no CUR e respectivos anos de criação.....	60
Quadro 7 – Distribuição Espacial do Consumo de agrotóxicos no Brasil – 2002.....	77
Quadro 8 – Produção de sementes de Mato Grosso registradas no MAPA/DFA - MT – 1978 – 2006.....	91
Quadro 9 – Número de Estabelecimentos com bovinos, com Bovinos Confinados, com Inseminação Artificial e Total do Rebanho Bovino, na Microregião Geográfica de Rondonópolis, Mesorregião Sudeste Mato-grossense e em Mato Grosso em 2006.....	95
Quadro 10 – Soja: Produção de Mato Grosso e sua participação relativa ao Centro Oeste e Brasil 1980 – 1990 e 2000 – 2007 (Toneladas).....	98
Quadro 11 – Municípios maiores produtores de soja em Mato Grosso – Quantidade produzida, Área colhida e rendimento 2007.	101
Quadro 12 – Exportações de Mato Grosso: 2007-2008 (janeiro a dezembro).....	102
Quadro 13 – Área (hectares) e produção (toneladas), dos principais produtos agrícolas de Rondonópolis – 1970 – 2008.....	105
Quadro 14 – Efetivo da Pecuária nos Estabelecimentos Rurais de Rondonópolis -2006.....	111
Quadro 15 – Evolução da população total e da situação do domicílio no Município de Rondonópolis entre 1950 e 2007.....	122

Quadro 16 - Principais lojas comerciais de Rondonópolis e especialidade de atendimento ao produtor rural.....	139
Quadro 17 – Produto Interno Bruto a Preços de Mercado – Brasil e Mato Grosso 1995-2005.....	141
Quadro 18 – Mato Grosso – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas e classes de rendimento mensal de todos os trabalhos – 2001 e 2005.....	143
Quadro 19 – Municípios maiores produtores de soja em Mato Grosso – Área colhida, mão-de-obra empregada e relação de hectares trabalhados por trabalhadores formais – 2003.....	145
Quadro 20 - Evolução do número de trabalhadores em situação de escravidão em Mato Grosso – 2000 -2005.....	147
Quadro 21 - Trabalho escravo e violência no campo - Macro-Região: Sul do Mato Grosso.....	148
Quadro 22 – Evolução das ocupações e dos conflitos de terras em Mato Grosso – número, área e famílias envolvidas – 2000 – 2005.....	151
Quadro 23 - Reforma agrária no Município de Rondonópolis.....	153
Quadro 24 - Comunidades rurais do município de Rondonópolis.....	155

LISTA DE SIGLAS

ABIOVE - Associação Brasileira de Industrias de Óleos Vegetais
ACIR - Associação Comercial e Industrial de Rondonópolis
ANFAVEA - Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
ASMAT - Associação dos Supermercados de Mato Grosso
BASA - Banco da Amazônia
BEMAT - Banco do Estado de Mato Grosso
BM&F - Bolsa de Mercadoria e Futuro
CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CASEMAT - Companhia de Armazenamento de Mato Grosso
CEMAT - Centrais Elétricas Mato-grossenses
CIBRAZEM - Companhia Brasileira de Armazenagem
CODEAGRI - Companhia de Desenvolvimento Agrícola de Mato Grosso
CODEMAT - Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso
CPAC - Centro de Pesquisa do Cerrado
CPR - Centro Pedagógico de Rondonópolis
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CUR - Centro Universitário de Rondonópolis
DFA/MT - Delegacia Federal de Agricultura em Mato Grosso
EMATER - Empresa Mato-grossense de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMPAER - Empresa Brasileira Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural
EMPRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FIEMT - Federação das Industrias do Estado de Mato Grosso
FUNAGRI - Fundo Geral para a Agricultura e a Industria
FUNFERTIL - Fundo de estímulos Financeiros ao uso de Fertilizantes e Suplementos Minerais
GATT - General Agreement on tariffs and trade
GEOECONÔMICA - Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília
IAC - Instituto Agrônomo de Campinas
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS - Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços

IMEA - Instituto Mato-grossense da Economia Agrícola
MADA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MST - Movimento dos Trabalhadores sem Terra
MTA - Movimento dos trabalhadores da Agricultura
NDHOC - Núcleo de Documentação Histórica Otávio Canavarros
PAM - Produção Agrícola Municipal
PIB - Produto Interno Bruto
PIN - Programa de Integração Nacional
PLADESCO - Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro Oeste
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PND - Plano Nacional de Desenvolvimento
PNDA - Programa Nacional de Agroquímicos
POLOAMAZÔNIA - Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
POLOCENTRO - Programa de desenvolvimento dos Cerrados
POLONOROESTE - Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil
PROALMT - Programa de Incentivo à Cultura do Algodão de Mato Grosso
PRODECER - Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados
PRODEGRAN - Programa Especial da Região da Grande Dourados
PRODEPAN - Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal
PRODOESTE - Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste
PRONAZEM - Programa Nacional de Armazenagem
PROTERRA - Programa de Distribuição de Terras e desenvolvimento Agroindustrial
RAIS - Relação Anual de Informações Sociais
SECEX - Secretaria de Comércio Exterior
SEPLAN/MT - Secretária de Planejamento de Mato Grosso
SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural
SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO - Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
TELEMAT - Telecomunicações de Mato Grosso
UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso
UFR - Universidade Federal de Rondonópolis

RESUMO

O objetivo desta pesquisa visou o entendimento dos novos usos do território de Rondonópolis-MT, resultantes do processo de internalização do meio técnico-científico-informacional, no contexto da expansão do agronegócio da soja para as áreas de cerrado do Centro-Oeste brasileiro, particularmente no estado de Mato Grosso. Partimos do pressuposto de que o processo de modernização territorial de Rondonópolis, por meio da instalação de um novo sistema de objetos e de ações, característico do período técnico-científico-informacional, provocou a refuncionalização deste subespaço, tornando-o um centro funcional, instrumentalizado e apto a responder eficazmente às demandas dos agentes hegemônicos do capitalismo mundializado, aqui retratados pelo agronegócio da soja. Assim, enquanto essa pequena minoria usa de forma corporativa o território, interpretando-o enquanto recurso, usufruindo os novos fatores da modernidade em sua plenitude, todo o restante da sociedade local só faz uso de algumas parcelas desse mesmo território, o território entendido enquanto abrigo, e do novo sistema técnico e organizacional advindo da modernização. Assim, esse processo nos revela o uso desigual do tempo e do espaço em Rondonópolis, resultando na fragmentação do território e na manutenção e/ou agravamento de desigualdades sócio-territoriais herdadas.

Palavras-Chave: Meio Técnico-Científico-Informacional; Políticas Públicas; Modernização Agrícola; Especialização territorial produtiva; Agronegócio da soja; Uso desigual do território; Rondonópolis - MT.

ABSTRACT

This study aimed for understanding of the new uses of territory of Rondonópolis - MT, resulting from the internalization process of the techno-scientific Milieu, in the context of expansion of soya agribusiness to areas of cerrado from Brazilian central west, particularly in state of Mato Grosso. We start from the presupposition that the territorial modernization of Rondonópolis, through the installation of a new system of objects and actions, characteristic of the techno-scientific period, caused the re-functionalization of this subspace, making it a functional center, instrumental and able to respond effectively to the demands of the hegemonic agents of globalized capitalism, here retracted by soya agribusiness. This way, while this small minority uses of corporate the territory, interpreting it as a resource, enjoying the new factors of modernity in its fullness, the rest of local society just uses some parts of this same territory, the territory as a shelter, and the new technical and organizational system from the modernization. This way, this process reveals to us the uneven use of time and space in Rondonópolis, resulting in fragmentation of the territory and the maintenance and/or aggravation of social territorial inequalities inherited.

Keywords: Techno-scientific Milieu; Public politics; Agricultural modernization; territorial specialization productive; soya agribusiness; unequal uses of the territory; Rondonópolis - MT.

1 – INTRODUÇÃO

O processo de globalização vem transformando radicalmente a economia e a sociedade brasileira nas últimas décadas. Trata-se da instalação no território de um novo instrumental técnico-científico e informacional associado a novas formas de relações capital-trabalho quer das atividades urbanas, quer das atividades agrícolas.

A dinâmica desse processo que ora se instala em todas as esferas da sociedade e se difunde pelo território tem por motor a ideologia do crescimento econômico e da competitividade do mercado globalizado (SANTOS, 2004). No caso dos sistemas de atividades agrícolas, este processo impôs uma nova divisão social e territorial do trabalho agropecuário no Brasil cuja dinâmica é comandada, a partir de então, por empresas globais, que são os novos agentes hegemônicos na organização e reorganização do território no período atual.

Como esse processo é seletivo territorialmente e excludente socialmente, acaba por aprofundar antigas e criar novas hierarquias entre lugares e regiões, que detêm maior ou menor carga de racionalidade, conseqüentemente uma fragmentação do território. No estado de Mato Grosso, e mais particularmente em Rondonópolis, foco principal de nossa análise, esse processo de territorialização das atividades agrícolas “modernas”, - corporificadas no agronegócio – acabou impondo uma nova racionalidade técnico-produtiva aos sistemas de atividades agrícolas pretéritos, provocando uma desorganização/reorganização na distribuição interna do trabalho e do território.

O objetivo desta pesquisa visou o entendimento dos novos usos do território de Rondonópolis-MT, resultantes do processo de internalização do meio técnico-científico-informacional, consubstanciado pela reorganização do sistema de atividades agrícolas e reorganização produtiva do território, no contexto da expansão do agronegócio da soja para as áreas de cerrado do Centro-Oeste brasileiro, particularmente no estado de Mato Grosso.

O município de Rondonópolis está situado na porção Sudeste do estado de Mato Grosso, Mesorregião Sudeste Mato-grossense, segundo divisão político-

administrativa oficial do IBGE¹ (1991); além da Microrregião de Rondonópolis, essa região compreende as Microrregiões Geográficas de Alto Araguaia, Primavera do Leste e Tesouro, que somam 22 municípios no total (Figura 1).

No contexto regional, segundo Duarte (1989) e Negri (2001), Rondonópolis foi o primeiro subespaço exposto à vaga de modernização do período técnico-científico (SANTOS, 1985, 1993, 1996, 1999). Até o início da década de 1970 seu território se caracterizava enquanto fronteira de atividades agrícolas extensivas, portador de um sistema técnico produtivo e organizacional rarefeito e caráter rudimentar dos sistemas de objetos técnicos utilizados nas principais atividades produtivas – pecuária extensiva e agricultura familiar de excedente.

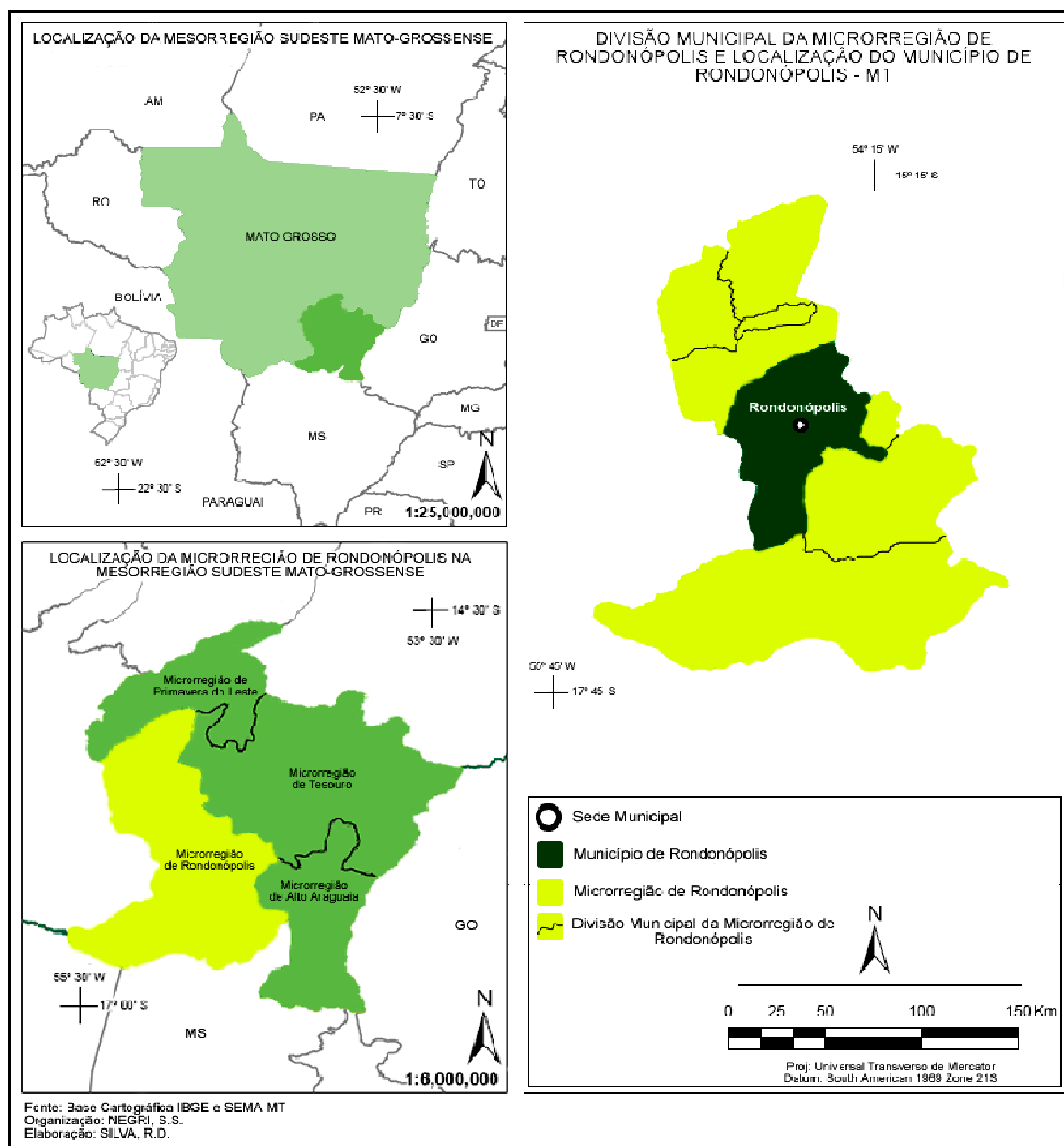
Assim, a organização do espaço pretérito de Rondonópolis, até aproximadamente meados da década de 1970, foi condicionada pela ausência de fixos e fluxos significativos que possibilitassem revolucionar a produção e a circulação (transporte, comercialização, consumo e financiamento) e, conseqüentemente, uma maior inserção à dinâmica da acumulação do capital na formação sócio-espacial brasileira no período.

A modernização dos sistemas de atividades agrícolas locais se aprofunda no transcorrer da década de 1970, derivada do processo de expansão do capital monopolista no espaço agrícola brasileiro. Modernização tornada plausível graças à instalação de novos fixos e fluxos, resultantes da difusão do meio técnico-científico para “áreas periféricas” da formação territorial brasileira (SANTOS, 1993; SANTOS e SILVEIRA, 2001). Processo, por sua vez, resultante da internacionalização da economia brasileira, com a concentração industrial em São Paulo e as novas demandas do mercado interno (OLIVEIRA, 1977; SANTOS, 1979; SANTOS e SILVEIRA, 2001).

Essa expansão projetada do capitalismo na formação sócio-espacial brasileira, especialmente para Mato Grosso, foi acompanhada e precedida por um conjunto de políticas públicas, tornando o Estado um verdadeiro “maestro” na transformação dos sistemas de atividades agrícolas (ELIAS, 1996).

¹ Estamos adotando a divisão político-administrativa proposta pelo IBGE (1991), tanto pela facilidade na coleta e cruzamento dos dados, bem como, por considerá-la suficiente para os propósitos e objetivos deste trabalho. Como nos esclarece Milton Santos (2005d), uma vez que consideremos para a análise, a concepção de totalidade de estruturas e totalidade de relações, “[...] Não há diferença entre escolher uma porção do espaço ou uma questão específica referente a todo território. O objeto de estudo passa a ser uma categoria analítica da Totalidade”.

Figura 1 - Localização da Mesorregião Sudeste Mato-grossense, Microrregião de Rondonópolis e o Município de Rondonópolis – MT



Políticas públicas, de um lado, destinadas a adensar a configuração territorial, ou seja, a composição técnica do território, por meio da instalação de novos fixos ao território (estradas, armazéns, energia elétrica, etc.) e, de outro, a induzir a modernização da base técnica da produção agrícola, ou seja, adensar a composição orgânica do território, principalmente nas terras de cerrado, cuja incorporação se processou facilitada por meio de políticas agrícolas de incentivos financeiros e isenção fiscal (DELGADO, 1985; IANNI, 1986; MARTINE e BESKOW, 1987; DUARTE, 1989).

Com efeito, se revolucionou o aparato técnico-produtivo e organizacional do território estadual, potencializando-o a responder rapidamente às demandas criadas pela nova dinâmica de acumulação de capital, caracterizada pela competitividade e racionalidade do período contemporâneo (SANTOS e SILVEIRA, 2001; SANTOS, 2004).

Essa nova dinâmica de uso do território regional, mais particularmente em Rondonópolis, viabilizada pelo emprego intensivo de capital, ciência e tecnologia, possibilitou o uso das terras de cerrado, aumentando exponencialmente a área cultivada, a produção e produtividade da agricultura. Ao mesmo tempo, esse processo resultou numa crescente especialização territorial produtiva, com cultivo de produtos destinados ao processamento agroindustrial e ao mercado externo, com grande destaque para a produção da soja.

Todo esse processo implicou em alterações substanciais na divisão social e territorial interna do trabalho, em termos locais e regionais, acelerando a circulação e o processo de urbanização do território. Processo intensificado com a instalação de empresas globais de processamento da produção agrícola local e regional, a partir de meados da década de 1980 (CASTRO e FONSECA, 1995).

Nesse processo, o território é eficazmente refuncionalizado - a partir dos novos dados do período: ciência, tecnologia e informação (SANTOS, 1993) -, para atender as demandas do consumo produtivo do campo moderno (SANTOS, 1993, 1996; ELIAS, 1996), ou seja, da parcela técnica da produção reclamada e comandada por agentes hegemônicos, externos ao município e região, ou seja, interesses exógenos motivados pela apropriação de mais-valia tornada global no estágio atual do capitalismo (SANTOS, 2002, 2004).

Em um breve lapso de tempo Rondonópolis se tornou parte do Brasil agrícola moderno (SANTOS, 1993), um território alienado, onde prevalecem os interesses exógenos e cuja produção é majoritariamente extrovertida, transformando-se em dos subespaços da globalização (SANTOS, 1996).

Estamos cientes das similaridades que esse processo de expansão do meio técnico-científico-informacional e viabilização do agronegócio globalizado em Rondonópolis guarda com outras áreas de cerrado do Centro-Oeste brasileiro.

Então, nos parece importante ressaltar aqui a relação dialética mundo-lugar do período atual. Nesse contexto, deve ser refutada a tese da pretensa

homogeneização espaço-temporal que acompanharia os corolários da globalização. Pois, ao contrário, é a singularidade dos lugares que se constitui enquanto um dos principais fundamentos territoriais da nova dinâmica de acumulação do capital no período atual.

Resgatando Milton Santos compreendemos que “[...] quanto mais o mundo se afirma no lugar, tanto mais este último se torna único” (1996, p. 56). Nessa perspectiva, a globalização reforça a diferenciação dos lugares através da criação de novas desigualdades, uma vez que o processo modernizante esbarra em heranças, histórias, rugosidades do território local.

Desta forma, a nova dinâmica territorial, alimentada pelo motor primeiro da mundialização da produção, isto é, pela mais-valia tornada mundial, vai ser marcada por um arranjo entre variáveis conflitantes internas e externas, entre o velho e o novo, Estado e mercado entre temporalidades hegemônicas e hegemônicas, porém convergentes, o que vai conferir singularidades a cada lugar (SANTOS, 1985, 1996, 2004).

É a partir do estudo do lugar ou da região que o mundo é percebido, e que essa abordagem “[...] assume importante papel nos dias atuais, com a finalidade de compreender as diferentes maneiras de um mesmo modo de produção se reproduzir em distintas regiões do Globo, dadas suas especificidades” (SANTOS, 1988, p. 47).

A compreensão da nova dinâmica territorial de Rondonópolis, sobretudo do uso desigual do território deverá, assim, contemplar a razão local e a razão global, tarefa factível pela análise da divisão do trabalho em diversos níveis (local, nacional, global), tendo em vista que: “A divisão do trabalho constitui um motor da vida social e da diferenciação espacial” (SANTOS, 2002, p.129).

Em várias de suas obras, Milton Santos sempre procurou enfatizar que o espaço global só existe como metáfora e o que existe de fato são espaços da globalização (1996, 2004, 2005). Em suas palavras, o mundo “[...] é apenas um conjunto de possibilidades, cuja efetivação depende das oportunidades oferecidas pelos lugares” (2005c, p. 169).

Acreditamos que o estudo da nova dinâmica territorial de Rondonópolis, a partir da análise dos novos elementos constitutivos do período técnico-científico-

informacional², poderá contribuir para o entendimento da funcionalização do conjunto de variáveis derivadas das possibilidades do mundo em consonância com as virtualidades do lugar, um tema que interessa ao Brasil como um todo, dado a importância assumida pelo agronegócio na economia nacional, sobretudo nos espaços mais dinâmicos, como em Mato Grosso.

Para a consecução da tese, partimos do pressuposto de que o processo de reorganização territorial de Rondonópolis, por meio da instalação de um novo sistema de objetos e de ações, característico do período técnico-científico-informacional (SANTOS, 1985, 1996, 2002), provocou a refuncionalização deste subespaço, tornando-o um centro funcional, instrumentalizado e apto a responder eficazmente às demandas dos agentes hegemônicos do capitalismo mundializado, aqui retratados pelo agronegócio da soja. Assim, enquanto essa pequena minoria usa de forma corporativa o território (SANTOS e SILVEIRA, 2001), interpretando-o enquanto recurso, usufruindo os novos fatores da modernidade em sua plenitude, todo o restante da sociedade local só faz uso de algumas parcelas desse mesmo território, o território entendido enquanto abrigo (SANTOS, 2005), e do novo sistema técnico e organizacional advindo do novo período. Esse processo nos revela o uso desigual do tempo e do espaço no lugar, materializado por divisões do trabalho superpostas e hierárquicas, resultando na fragmentação do território e na manutenção e/ou agravamento de desigualdades sócio-territoriais herdadas.

Vários já são os estudos empíricos que abordam direta ou indiretamente o processo de reorganização dos sistemas de atividades agrícolas e suas repercussões, em nível local e regional. Esse referencial bibliográfico³ evidencia uma multiplicidade de enfoques no tocante à dinâmica socioeconômica de Rondonópolis, incluindo o processo de ocupação, modernização, urbanização, industrialização, entre outros temas.

² Segundo Milton Santos (2002, p. 189), destaca-se “[...] a emergência de uma unicidade técnica, de uma unicidade do tempo (com a convergência dos momentos) e de uma unicidade do motor da vida econômica e social. Essas três unicidades são a base do fenômeno de globalização e das transformações contemporâneas do espaço geográfico”.

³ Ver bibliografia sobre os estudos que abordam essa temática na escala local e regional, no final deste trabalho.

Todavia, consideramos importante uma análise da nova dinâmica territorial de Rondonópolis, a partir do ponto de vista da Geografia e de seu objeto de estudo, o espaço geográfico, território usado, pois no “[...] processo de conhecimento, o espaço tem um papel privilegiado, uma vez que ele cristaliza os momentos anteriores e é o lugar de encontro entre esse passado e o futuro, mediante as relações sociais do presente que nele se realizam” (SANTOS, 1996, p. 122).

Nesta perspectiva, esperamos que os resultados desta pesquisa, ora apresentada, possam contribuir parcialmente para com o conjunto de idéias já produzidas por outros pesquisadores da temática considerada, no município e região.

Nesse volume apresentamos uma síntese da pesquisa (teórica e empírica) empreendida para analisar os aspectos mais proeminentes constituintes da nova dinâmica territorial em Rondonópolis.

O texto está organizado em quatro capítulos, no Capítulo I, realizamos uma tentativa de periodização do território local e regional tomando por parâmetro a sucessão dos seus usos, segundo a instalação de diferentes sistemas técnicos derivados de distintas divisões territoriais do trabalho no país.

No Capítulo II, procedemos à análise dos programas e políticas públicas voltadas para a incorporação capitalista das terras de cerrado, e a renovação da materialidade do território rondonopolitano, destacando a implantação de novos fixos ao território, os quais seriam funcionalizados pelas novas demandas da dinâmica territorial inaugurada pela agricultura científica.

No Capítulo III procuramos demonstrar o processo de reorganização dos sistemas de atividades agrícolas a que foi submetido o território local, no contexto do agronegócio globalizado, bem como a expansão acentuada da agricultura em Mato Grosso e Rondonópolis, com destaque para o cultivo da soja nas terras de cerrado e da pecuária bovina, indicando uma especialização territorial produtiva.

No Capítulo IV, buscamos desvendar os principais aspectos do modelo de desenvolvimento implantado desde a década de 1970 no município. Nossa intenção, foi a de identificar a ordem local resultante da dinâmica instaurada pela expansão do meio técnico-científico-informacional, incluindo a reorganização e agroindustrialização da produção agrícola e a urbanização do território, na tentativa de entender o papel da cidade como centro articulador da economia e do território local e regional. Portanto, verificar o uso desigual e corporativo do território pelo agronegócio da soja e suas conseqüências perversas.

CAPÍTULO I

FORMAÇÃO TERRITORIAL DE RONDONÓPOLIS NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

1.1 – Pressupostos para uma periodização através dos usos do território

O período atual que se inicia a partir da segunda guerra mundial é denominado por Milton Santos (1985, 1996, 2002), como período técnico-científico-informacional⁴. A variável-chave que nos permite estabelecer esse novo período, que o diferencia dos anteriores é dada pela profunda interação e indissociabilidade entre técnica, ciência e informação na construção ou reconstrução do espaço geográfico no mundo contemporâneo (SANTOS, 1996, 1999, 2002).

Por isso, segundo Milton Santos, o processo de globalização deve ser analisado levando-se em consideração os três dados constitutivos do período atual: “a unicidade técnica, com a universalidade das técnicas; a convergência dos momentos, com a percepção universal da simultaneidade; a unicidade do motor da vida social, com a universalização da mais-valia” (1999, p. 8).

Entendemos que a essência dessas transformações pode ser conhecida se buscamos analisar o processo histórico de constituição e transformações do fenômeno técnico. É através das técnicas que o homem ao longo da história se relaciona com o meio (ORTEGA y GASSET, 1963; ELLUL, 1968), e os sucessivos sistemas técnicos nos permitem uma periodização a partir do espaço geográfico, tendo em vista que “as técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza a vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (SANTOS, 2002, p. 29).

Assim é que superamos as velhas dicotomias da ciência geográfica (tempo-espaço, sociedade-natureza) já que “a técnica nos ajuda a historicizar, isto é, a considerar o espaço como fenômeno histórico a geografizar, isto é, produzir uma geografia como ciência histórica” (SANTOS, 2002, p. 49).

⁴ No livro Espaço e Método, Milton Santos (1985), enumera cinco períodos históricos ou sistemas temporais, coincidentes com a sucessão de modernizações do modo de produção capitalista em escala mundial: 1) O período do comércio em grande escala (a partir dos fins do século XV até mais ou menos 1620); 2) o período manufatureiro (1620-1750); 3) o período da revolução industrial (1750-1870); 4) o período industrial (1870–1945); 5) o período tecnológico. Esta periodização teve por objetivo “[...] encontrar, através da História, secções de tempo em que, comandado por uma variável significativa, um conjunto de variáveis mantém um certo equilíbrio, uma certa forma de relações. Cada um destes períodos representa, no centro do sistema, um conjunto coerente de formas de ação sobre os países da periferia. A evolução dos espaços periféricos toma então, em cada período, caminhos similares” (SANTOS, 1985, p. 23).

Portanto, considerando a materialidade e o dinamismo do território mediado pelas técnicas é possível propor uma periodização histórica para o mundo, para o país ou para o lugar. Nas palavras de Milton Santos (2002, p. 48, 49): “[...] a maneira como a unidade entre tempo e espaço vai dando-se, ao longo do tempo, pode ser entendida através da história das técnicas: uma história geral, uma história local”.

Todavia, o estudo de uma técnica em si mesma ou tomada de forma isolada não nos ajuda muito na explicação geográfica. Isso porque, nos lugares coexistem técnicas diferentemente datadas e que também se difundem de forma desigual no espaço. Por isso, as técnicas devem ser tomadas em conjunto, a partir de um enfoque sistêmico que leve em consideração a relação entre variáveis distintas que compõe determinada totalidade.

O estudo das técnicas ultrapassa, desse modo, largamente, o dado puramente técnico e exige uma incursão bem mais profunda na área das próprias relações sociais. São estas, finalmente, que explicam como, em diferentes lugares, técnicas, ou conjuntos de técnicas semelhantes atribuem resultados diferentes aos seus portadores, segundo combinações que extrapolam o processo direto da produção e permitem pensar num verdadeiro processo político da produção (SANTOS, 1996, p. 64).

No período atual os sistemas técnicos tendem a ser únicos, tendem a permitir a convergência dos momentos e possibilitam a realização da mais-valia em nível mundial. Por isso Milton Santos insiste em distinguir o momento presente de épocas precedentes, ressaltando as singularidades do período técnico-científico-informacional.

Em fases anteriores, as atividades humanas dependeram da técnica e da ciência. Recentemente, porém, trata-se da interdependência da ciência e da técnica em todos os aspectos da vida social, situação que se verifica em todas as partes do mundo e em todos os países. O próprio espaço geográfico pode ser chamado de meio técnico-científico (SANTOS, 1996, p. 122, 123).

Esse processo que chamamos hoje de globalização⁵ se realiza, no entanto, de forma desigual conforme a disposição do lugar em participar de tal processo e da sua autonomia política em decidir como participar. Então, os interesses das grandes corporações do capitalismo mundial dependem tanto dos sistemas técnicos historicamente instalados nos lugares, como dos sistemas de ações, do uso dos territórios (políticas, normas, planos de governo, etc.).

Das ações hegemônicas da economia e da política mundiais à formação sócio-espacial dos territórios nacionais, uma nova dinâmica se instala desorganizando as formas e a ordem local preexistente. Então, um território nacional, uma formação sócio-espacial, um lugar, diante da força hegemônica do neoliberalismo, das corporações e instituições mundiais, se sujeitam ou resistem ao processo, uma vez que “O mundo oferece as possibilidades: e o lugar oferece as ocasiões” (SANTOS, 1996, p. 50)

No território brasileiro, o processo de instalação dos sistemas técnicos historicamente se difundiu desigual e de forma combinada com os sistemas de ações hegemônicos. Nesse processo histórico, um meio técnico foi se instalando sobre o meio natural, consecutivamente se adensando em algumas regiões a despeito de outras e que hoje, se constituem regiões ou que se refuncionalizaram para receber e exercer as novidades do período, ou se constituem em regiões que resistem ou ainda que não interessam às ações modernas⁶. Assim, “A expansão desse meio técnico-científico-informacional é seletiva, com o reforço de algumas regiões e o enfraquecimento relativo de outras” (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 102).

⁵ “O próprio processo de internacionalização agora tem direito a outro nome. Trata-se de fato de uma globalização que deixa de ser uma simples palavra para se tornar um paradigma do conhecimento sistemático da economia, da política, da ciência, da cultura, da informação e do espaço” (SANTOS, 1993b, p. 11).

⁶ Segundo Mônica Arroyo (1999, p. 25, 26), “As empresas globais, mais do que operar em todo o planeta, sabem como tomar decisões na escala global, a partir de uma estratégia geográfica seletiva, ou seja investindo só naquelas regiões que lhe oferecem as melhores condições [...] estamos frente a um processo que, ao mesmo tempo, inclui/soma algumas áreas do planeta e exclui/marginaliza outras. Globalização/fragmentação: as duas caras de um mesmo processo”.

A Região Concentrada⁷ é exemplo daquelas regiões em que os sistemas mais modernos, técnica, científica e informacionalmente se instalam sobre um meio já mecanizado, ou seja, um meio que já é resultado de um sistema de ações anterior. Os sistemas de ações atuais, ou seja, o trabalho vivo que se realiza sobre o espaço já construído, ou seja, o trabalho morto, modificam a funcionalidade desta região que assume no período atual a função de comando informacional do território nacional (SANTOS, 1993, 1996; SANTOS e SILVEIRA, 2001). Nessa região há uma modernização generalizada, um adensamento técnico-científico-informacional que possibilita a presença conjunta das variáveis mais modernas “[...] cuja lógica corresponde às necessidades do presente estágio de desenvolvimento do país” (SANTOS, 1993, p. 40).

Diversamente, a região Centro-Oeste se caracteriza como área de ocupação periférica, de ocupação relativamente recente, território que foi sendo equipado com novas densidades técnico-científicas e informacionais mais modernas. Até então, tratava-se de um território tecnicamente rarefeito, sem rugosidades materiais e organizacionais consideráveis que pudessem oferecer significativa resistência à modernização. Nesta região o meio-técnico-científico-informacional se difunde rapidamente, embora de forma ainda mais seletiva, apresentando-se como pontos e manchas no território (SANTOS, 1996; SANTOS e SILVEIRA, 2001).

Essa ocupação periférica contemporânea - resultado e condição do processo de reorganização dos sistemas de atividades agrícolas de vastas áreas de cerrado – atualmente se volta para a produção de *commodities* em larga escala, sobretudo soja. Por sua vez, essa produção de *commodities* é reclamada pelo substancial aumento do mercado urbano-industrial do país e à necessidade de aumentar as exportações (GALINDO e SANTOS, 1995).

⁷ Considerando a base da organização da produção atual, resultante das heranças históricas e da velocidade das inovações, Milton Santos (1993) havia proposto a substituição das cinco grandes regiões brasileiras (Sul, Sudeste, Nordeste, Norte e Centro-Oeste), por uma nova divisão do Brasil em três regiões: uma Região Concentrada, formada pelas atuais Regiões Sul e Sudeste e parte do Centro-Oeste; outra composta pelo Nordeste e a terceira constituída pelas atuais Regiões Norte e grande parte do Centro-Oeste. Entretanto, em obra mais recente: Santos e Silveira (2001), utilizando-se dos mesmos critérios anteriormente citados, propõem a divisão regional brasileira em quatro grandes regiões ou quatro Brasis: uma Região Concentrada (formada pelo Sudeste e pelo Sul); o Brasil do Nordeste; o Centro-Oeste (incluindo Tocantins) e a Amazônia.

A irradiação do meio técnico-científico, mais acentuada a partir da década de 1970, foi sustentada com decisiva participação estatal, incluindo a instalação de modernos sistemas de engenharia, sobretudo de transportes e telecomunicações (ELIAS, 1996). Ao mesmo tempo, acentuou a reorganização dos sistemas de atividades agrícolas, com a intensificação do investimento de capital no campo, alargando as fronteiras agrícolas e intensificando as migrações. Todo esse processo fragmentou o território brasileiro, aprofundando ao mesmo tempo, as históricas desigualdades sociais da formação sócio-espacial da nação.

Ao processo de internalização desigual do meio técnico-científico-informacional corresponde uma nova configuração territorial e uma refuncionalização dos papéis historicamente desempenhados por diversos lugares e regiões, gerando especializações territoriais produtivas, reforçando as complementaridades regionais e aprofundando a divisão territorial do trabalho no Brasil (SANTOS, 1993; SANTOS e SILVEIRA, 2001).

Dessa forma, a nova divisão territorial do trabalho agrícola no Brasil vai se caracterizar pela presença de densidades técnicas desiguais no território, resultando na conformação de “espaços luminosos” que acumulam densidades técnicas, científicas e informacionais, e os “espaços opacos” (SANTOS e SILVEIRA, 2001). Uma vez instalados, esses novos elementos do progresso técnico-científico permitem novas formas de uso do território, criando novos espaços produtivos ou concorrendo para a transformação dos espaços agrícolas tradicionais.

O estado de Mato Grosso se destaca como subespaço do Centro-Oeste que mais rapidamente acolheu esse processo modernizador das últimas décadas (DUARTE, 1989; MESQUITA, 1989). Com efeito, a agropecuária praticada no estado vem apresentando índices crescentes de produção e produtividade, tornando Mato Grosso o maior produtor de soja do Brasil. Dado exatamente pelo fato de ter acolhido sem significativa resistência política ou territorial as variáveis do período atual: os modernos sistemas técnicos, a agricultura científica e a gestão informacional.

Na porção sudeste de Mato Grosso, mais particularmente em Rondonópolis, primeiro subespaço regional atingido pela modernização da década de 1970, esse processo concorreu para a refuncionalização do território

local e regional, evidenciada pela instalação de uma nova dinâmica territorial e consubstanciada pela renovação da materialidade do território e reorganização dos sistemas de atividades agrícolas preexistentes, incluindo a reorganização produtiva, a urbanização e o aprofundamento das desigualdades territoriais herdadas.

Assim, torna-se imprescindível contextualizar, mesmo que brevemente, o processo de formação do espaço pretérito local, derivado de sucessivas divisões territoriais do trabalho que se instalam mediadas pelos processos de ocupação e povoamento, dentro da dinâmica de integração territorial deste subespaço à formação territorial brasileira. Nesse esforço, segundo Santos e Silveira (2001), se torna possível identificar as transformações da sociedade, dos novos conteúdos e respectivas funções do lugar, uma vez que o trabalho se distribui no território condicionado pelas rugosidades de períodos precedentes⁸ e se organiza sob novas formas de produção e circulação.

1.2 - Ocupação inicial: o povoamento condicionado ao meio natural

Até o início do século XX, Rondonópolis se caracterizava como sendo um território relativamente isolado no contexto nacional, habitado majoritariamente pelo povo Bororo⁹. As primeiras incursões de não-índios para esta área datam de 1870, por meio de expedições militares de reconhecimento da região e não resultaram em fixação de população no lugar (SILVA, 1988). O processo de

⁸ “Algumas áreas dispõem de um longo passado histórico, constituindo acumulações mais carregadas de história. Em outras, esse tecido é mais tênue. Em todos os casos, as rugosidades, isto é, heranças, têm um papel importante, porque constituem condições para a implantação de novas variáveis (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 250)”.

⁹ Historicamente os Bororos foram os primeiros habitantes da região. Segundo Moura (1992), a área ocupada por essa etnia, antes da chegada dos primeiros migrantes brancos se estendia da Bolívia a Oeste até o Rio Araguaia a Leste, ao Norte chegava até o Rio das Mortes, e, ao Sul, até o Rio Taquari. Esta área totalizava 48 milhões de hectares, onde habitavam aproximadamente 10.000 índios. Na década de 1990 os Bororos totalizam somente 706 indivíduos, divididos em cinco aldeias que totalizam 128.520 hectares. Em Rondonópolis, segundo Sturza (2005, p. 60-61), esse povo indígena “[...] somava apenas 202 pessoas em 1996, habitando uma reserva com 9.785 hectares em Rondonópolis – Reserva Indígena de Tadarimana”.

ocupação, propriamente dito, se inicia somente nos primeiros anos do século XX, mais particularmente no ano de 1902, quando aportam nesta área algumas famílias procedentes de Goiás. Segundo Tesoro (1993), estas famílias buscavam terra para trabalho e se faziam acompanhar também por alguns garimpeiros que buscavam ouro e diamantes na região.

A completa ausência de políticas públicas visando à fixação da população nessa área dificultava muito o povoamento de caráter espontâneo. Uma das principais dificuldades era a carência no abastecimento de gêneros, uma vez que o intercâmbio comercial com outras localidades se constituía em uma atividade efêmera, dada à condição de relativo isolamento territorial em que se encontrava o povoado, como de resto, praticamente todo o Sudeste Mato-grossense.

Essa inserção regional de caráter marginal ao processo de ocupação do Centro-Oeste encontra-se relacionada às feições adquiridas pelo processo de povoamento nas áreas periféricas no Brasil, produzidas historicamente através de impulsos externos demandados pelos países centrais. Segundo Prado Júnior (1959), a exploração de recursos naturais por vastas áreas do território brasileiro, em proveito do mercado europeu, marcou o “caráter geral” da economia nacional por vários séculos¹⁰.

Segundo Santos e Silveira (2001), a história do território brasileiro até o início do século XX deve ser entendida como a soma e a síntese da história de suas regiões, uma vez que a territorialização dos “ciclos econômicos” se processou através de especializações produtivas regionalizadas. São exemplos a cana-de-açúcar em porções do Nordeste, a mineração em pontos do Sudeste e Centro-Oeste e o Café em áreas da Região Sudeste (FURTADO, 1999).

No caso Mato-grossense, a atividade mineradora, sobretudo do ouro, foi responsável pelo estabelecimento das “zonas econômicas” e respectivos núcleos urbanos até o início do século XIX (BERTRAN, 1988; SIQUEIRA, et al, 1990).

¹⁰ “O caráter geral da economia brasileira [...] vem a ser a exploração dos recursos naturais de um amplo território em proveito do comércio europeu. [...] Este é o traço que sintetiza a economia brasileira no momento em que o país alcança sua autonomia política e administrativa. Todas as atividades giram em torno deste fim precípua de fornecer ao comércio internacional alguns produtos tropicais de alto valor mercantil, metais e pedras preciosas. O mais é secundário, acessório, e serve apenas para tornar possível a realização daquele fim” (PRADO JÚNIOR, 1959, p. 104,105).

Estas áreas onde se concentravam as atividades ligadas a mineração se assemelhavam a “arquipélagos” (OLIVEIRA, 1977), cujas relações com o exterior se davam de forma quase direta, sem intermediários, o que imprimia dinâmicas específicas para sua história espacial e econômica.

Por outro lado, a história sócio-espacial da região de Rondonópolis era caracterizada por uma dinâmica particular, orbitando em torno da busca por terras de cultura (TESORO, 1993; PEIXINHO, 1998), independente das principais motivações que moviam a economia estadual no período. Tanto assim, que mais de uma década após o início do povoamento, já no ano de 1915, se aglomeravam no lugar pouco mais de 60 famílias, dando início à formação inicial do Povoado do Rio Vermelho¹¹. Ademais, essa área ainda se caracterizava enquanto lugar de passagem e descanso para migrantes e aventureiros em busca de ouro e pedras preciosas.

A dinâmica territorial do povoado seria relativamente alterada devido à presença e influência política do Marechal Cândido Rondon. Tendo chegado à região em 1890 de onde comandaria, através da Comissão das Linhas Telegráficas Gomes Carneiro (Foto 1), a construção da rede Telegráfica Mato Grosso-Amazonas¹², entre os anos de 1907 a 1909, Rondon influenciaria politicamente no sentido de viabilizar o dinamismo local¹³. Resulta desta sua influência uma Lei de 1915 que destinou uma área de 2.000 hectares ao povoado. Ato contínuo, em fevereiro de 1918, foi elaborado a primeira norma urbanística do Povoado do Rio Vermelho, incluindo seu traçado urbano, edificação e postura.

Ainda na década de 1920, outras normatizações tiveram vez no sentido de afirmar e divulgar o lugar. Desta feita, em 1º de outubro de 1920, a Assembléia Estadual promoveu a Vila à categoria de Distrito de Paz do município de Santo Antônio do Leverger e à Comarca de Cuiabá.

¹¹ Primeiro nome do lugarejo, batizado pelos migrantes goianos.

¹² Entre 1904 a 1922 “O Marechal foi responsável pela construção de 5.500 quilômetros de linhas telegráficas (...) várias delas acompanhadas da construção de estradas de rodagem [...]. Pode-se dizer que os trabalhos do Marechal Rondon constituíram uma forma de expansão do meio técnico europeizado nas áreas em que grupos indígenas ainda agiam entre os misteriosos desígnios da natureza” (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 39, 40).

¹³ Segundo Nascimento (1997, p. 37), “Alguns moradores antigos disseram que Rondon havia recebido terras do governo no distrito, advindo daí, seu interesse e persistência para construir uma cidade”.

Foto 1 – Comissão das Linhas Telegráficas Gomes Carneiro



Fonte: NDHOC – Depto História UFMT/CUR (2009).

Segundo Tesoro (1993), o trajeto da linha original do telégrafo não incluía Rondonópolis. No entanto, enquanto realizava trabalhos em uma área circunvizinha, o Marechal Rondon adoeceu e teve que retornar ao Rio de Janeiro para realizar tratamento médico. Nesse intervalo, seu subordinado imediato Major Otávio Pitaluga, atendendo apelos dos moradores locais (que lhe prometeram votos nas próximas eleições legislativas) acabou desviando o trajeto original da rede telegráfica incluindo uma linha até Rondonópolis, contando com o respaldo da Assembléia Legislativa nesse ato. Quando Rondon retornou teve que aceitar o fato já consumado. Foi tentando contornar a situação que então o Povoado Rio Vermelho recebeu o nome de Rondonópolis¹⁴, proposto por Otávio Pitaluga.

Em 1921, Benjamim Rondon, filho do marechal, foi designado juiz eleitoral do Distrito de Rondonópolis. No ano seguinte, foi nomeado também como diretor do posto telegráfico recém-instalado (que iniciou as transmissões em 1924).

¹⁴ Para a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (IBGE, 1958, p. 284): “O nome do município é uma homenagem ao insigne brasileiro, Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, o bandeirante científico, o homem que conseguiu pôr no mapa do Brasil 500 000 quilômetros quadrados devidamente reconhecidos, estudados e servidos por telégrafos e estradas”.

Registre-se, ainda, que Benjamim foi o responsável pela construção da primeira balsa para a travessia do rio vermelho, cujo funcionamento data de 1926. Segundo Vieira Neto (2000), tratava-se de uma balsa de apenas 2,5 toneladas de capacidade de carga, mas que teve um papel importante, pois até então o Rio Vermelho se constituía em um obstáculo para o fluxo de pessoas e mercadorias.

Importa ressaltar que parcela considerável do território Mato-grossense ainda se mantinha relativamente isolado do contexto econômico nacional até as primeiras décadas do século XX. De fato, o principal meio de transporte que articulava os diversos subespaços Mato-grossenses com o litoral era a navegação fluvial, elemento fundamental para a penetração e ocupação inicial desse território. A navegação fluvial também viabilizava as exportações, através do trajeto que ligava o Rio Cuiabá ao Rio Paraguai e deste ao Rio da Prata daí, por navegação de cabotagem, chegava ao Rio de Janeiro, de onde rumava para a Europa (SIQUEIRA, et al, 1990).

Da mesma forma, o isolamento territorial de Rondonópolis era atenuado pelo transporte fluvial, meio pelo qual se realizava o abastecimento local. Tratava-se de uma forma de transporte sazonal, dependente dos ritmos naturais, uma vez que os barcos e lanchas dependiam do período chuvoso. O tráfego era realizado através do rio Vermelho até o rio São Lourenço, daí pelo rio Cuiabá até a cidade de Cuiabá, a capital do estado.

A extrema dependência dos habitantes de Rondonópolis para com o meio natural, somada à “efervescência política” da época trouxe inúmeras adversidades, provocando o esvaziamento paulatino do lugar. Entre as várias dificuldades vivenciadas pelos pioneiros no final de 1920 e no início dos anos de 1930, Nascimento (1997), destaca as incursões da Coluna Prestes na região; a epidemia da doença “fogo selvagem” que causou várias mortes e combates na região entre partidários da Revolução Paulista de 1932 e as tropas fiéis ao Governo Provisório. Ademais, as enchentes anuais dos rios causavam muitos prejuízos, sobretudo nos cultivos praticados nas áreas de matas, próximos aos cursos d’água, onde os solos possuem maior fertilidade natural.

Essa situação de crise do pequeno povoado seria agravada durante a década de 1930, como resultado da mineração em municípios vizinhos, sobretudo Poxoréu e Guiratinga. A mineração de diamantes instaura uma nova dinâmica

econômica na porção leste da região¹⁵, concorrendo para o quase total abandono do povoado de Rondonópolis¹⁶, conforme relata Tesoro (1993, p. 297):

De 1937 em diante, as lanchas desapareceram do cenário de ROO¹⁷, que desde 1930, mostrava um crescente esvaziamento, resultado de enchentes, epidemias e desinteresse econômico pela região, quando os manchões diamantíferos e auríferos de Poxoréo e Guiratinga passam a ser o centro das atenções dos aventureiros nordestinos, goianos e mato-grossenses que vinham à procura da riqueza fácil e imediata.

Nessas circunstâncias, o distrito de Rondonópolis perdeu a pouca autonomia que até então ostentava, uma vez que o cartório e os cargos de juiz e de escrivão foram dissolvidos, e estas atribuições foram repassadas para o município de Poxoréo, município do qual Rondonópolis passa a ser Distrito.

Todavia, esse aparente fracasso na ocupação inicial de Rondonópolis deve ser contextualizado com a dinâmica de acumulação do capital no Brasil, sobretudo o paulista, que até o início da década de 1940 restringia seu raio de influência, no caso de Mato Grosso, à sua porção sul, atual Mato Grosso do Sul (SIQUEIRA, et al., 1990; GUIMARÃES e CAMPOS LEME, 1998).

De fato, com a decadência da mineração no início do século XIX, a capitania de Mato Grosso sofreu um grande esvaziamento demográfico, com a presença de poucos aglomerados urbanos, onde se destacava Cuiabá, com 19.731 habitantes e Vila Bela, com 7.105 habitantes, em meio a um espaço rarefeito. Nesse cenário, “Prevaleciam as fazendas de gado e a agricultura de subsistência, a longa distância umas das outras, como manchas salpicadas num imenso território” (GUIMARÃES e CAMPOS LEME, 1998, p. 29).

¹⁵ “Em 1924 havia 44 corrutelas na região, com uma população de dezoito mil pessoas. Caçununga, com 2.000 habitantes, era a maior “corrutela” e Guiratinga o maior centro de comércio de diamantes. Poxoréo tinha várias corrutelas e vilas, com população, variando entre 50 e 1.000 habitantes” (BARROZO e PASCA, 1994, p.19).

¹⁶ A decadência do povoado a partir do último quartel de 1930 pode ser dimensionada pela seguinte narrativa: “Foi tão expressiva a decadência, que em 1940, ficaram apenas cinco casas e, em 1942, apenas três, dentre as quais a do balseiro que era índio” (NASCIMENTO, 1997, p. 40).

¹⁷ Abreviação do nome do Município de Rondonópolis, criada e adotada pela autora em sua Tese de Doutorado e não reconhecida oficialmente.

A pecuária extensiva se expande a partir de meados do século XIX, impulsionada pela decadência da mineração no espaço regional, e a partir de 1870 se torna a base da economia estadual. Da mesma forma que a agricultura de subsistência, a pecuária se constituía enquanto atividade complementar e subsidiária à mineração e teve um papel coadjuvante na fixação da população. Nesse novo contexto, todavia, se torna uma atividade promissora para novos contingentes populacionais atraídos para Mato Grosso, vindos de Minas Gerais e estados da Região Nordeste. Segundo registra Bertran (1988), apesar do caráter disperso da pecuária extensiva, vários núcleos urbanos surgiram no período.

Ainda no escopo das demandas externas por recursos naturais, no final do século XIX, surgem novas zonas econômicas no território Mato-grossense. Nesse processo, destaca-se a porção sul do estado com a exploração de erva-mate (nas áreas de mata), a área do pantanal com o quebracho¹⁸ e a porção norte-noroeste, com a coleta da borracha (floresta amazônica), e a poaia¹⁹ (na encosta do Planalto dos Parecis). O extrativismo vegetal baseado nestes quatro produtos tornou-se a base da economia estadual até 1930.

Guimarães (1974), assevera que a produção da erva-mate foi atividade que mais contribuiu para o adensamento populacional, principalmente no sul do estado, hoje Mato Grosso do Sul, deixando heranças no território, sobretudo povoados que surgiram na sua área de influência, exemplos de Porto Murtinho (1898) e Ponta Porã (1912).

[...] no caso de Mato Grosso, desde o início houve isolamento entre o norte e o sul. Praticamente não ocupado pela mineração, o sul foi sendo lentamente povoado, puxado pelas atividades extrativas (madeira e mate nativo) e pela pecuária extensiva. O centro-norte, sede da administração, ao contrário, fora ocupado pela mineração e enfrentava uma lenta involução econômica e social, cristalizada na pecuária extensiva secular (GUIMARÃES e CAMPOS LEME, 1998, p. 29).

¹⁸ O quebracho espécie vegetal nativa dos bosques do pantanal é empregado em curtumes em função do tanino, substância adstringente que dele se extrai.

¹⁹ A poaia ou ipecacuanha é utilizado pela indústria farmacêutica para obtenção do alcalóide emetina.

Na porção norte de Mato Grosso, paralelamente ao extrativismo vegetal, também foi importante até as primeiras décadas do século XX: a produção açucareira realizada às margens do rio Cuiabá e a exploração de diamantes em algumas áreas do atual Sudeste Mato-grossense.

Segundo Siqueira, et al, (1990), a atividade açucareira exerceu grande influência sócio-econômica na área polarizada então por Cuiabá. Essa produção se concentrava nas margens do Rio Cuiabá, distinguindo-se dois períodos em sua trajetória: o dos Engenhos, durante o século XVIII até meados do século XIX; e das Usinas, entre 1870 até meados da década de 1930. Os Engenhos nascem paralelamente à atividade mineradora, utilizando como força motriz a força hidráulica ou animal, produzia através do trabalho escravo, açúcar e aguardente, produtos destinados ao consumo local e regional. Acreditamos que o advento das usinas marca o início da mecanização da produção agropecuária no estado.

Por seu turno, a mineração de diamantes foi responsável pelo relativo adensamento populacional e pelo surgimento de alguns núcleos urbanos na porção sudeste do atual estado de Mato Grosso, entre as décadas de 1920 e 1940. Entre os núcleos urbanos podem ser citados: Ponte Branca, Tesouro, Lajeado (Guiratinga) e São Vicente (Alto Garças).

O caráter geral do processo de ocupação do atual estado de Mato Grosso, até as primeiras décadas do século XX, foi marcado pela nucleação e rarefação do território, - uma configuração territorial derivada das demandas externas ("ciclos econômicos") - caracterizando-se pelo isolamento dos núcleos urbanos regionais, dado a precariedade e quase inexistência de vias de circulação²⁰.

Nesse sentido, segundo Guimarães e Campos Leme (1998), somente duas rotas possibilitavam a frágil inserção deste subespaço ao mercado nacional, contribuindo para a mercantilização de sua economia: uma terrestre, a salineira, ligando ao Rio de Janeiro, e a rota fluvial, pela bacia do Paraguai.

²⁰ "Os transportes e meios de comunicação no início eram precários. Só era possível chegar aos garimpos do Leste de Mato Grosso a pé, de canoa, pelos rios, ou montado em muarés. A partir da década de 20 as povoações maiores (Lajeado, Poxoréu, Alto Araguaia) foram interligadas por estrada a Uberaba e ao Noroeste de São Paulo, facilitando o transporte. A partir dos anos 30, pequenos aviões "teco-tecos" passaram a transportar os compradores de diamante entre os garimpos. Na década de 40 foram criadas linhas regulares entre Cuiabá e os garimpos, e daí para Uberlândia, Rio e São, Paulo" (BARROZO e PASCA, 1994:21).

Porém, Guimarães e Campos Leme (1998), ressaltam que a pecuária bovina representava a base da econômica estadual à época, especificamente a cria do rebanho, cuja cria e engorda, por sua vez, dentro desse circuito espacial de produção, cabia à pecuaristas do Triângulo Mineiro, do sul de Minas Gerais e do interior paulista. Esse circuito não dependia de estradas, nem mesmo de uma rota determinada, pois o gado vivo era transportado em pé até o mercado de consumo final: São Paulo e, principalmente, Rio de Janeiro. Situação diferenciada se dava com a importação de mercadorias do litoral, sobretudo, o sal, e também com as exportações regionais: borracha, poaia, erva-mate, couros e artesanato.

[...] A importação de sal e gêneros do litoral, ao contrário do circuito pecuário, dependia imperativamente das condições e rotas de transporte da época, decisivas na diferenciação de algumas localidades. Cuiabá, por exemplo, além de sediar as funções administrativas, encontrou na rota salineira e na navegação os elementos que justificaram a sobrevivência de seu núcleo urbano na fase pós-mineratória. A rota fluvial foi também o que permitiu o florescimento do núcleo comercial de Coxim, que passava a dividir com Cuiabá as funções comerciais da província, e ainda de Corumbá, localidade estratégica para o comércio internacional da Província de Mato Grosso com a região do Prata. Portanto, o fluxo fluvial, desdobrado em várias frentes, e a rota salineira foram fundamentais para mercantilizar a economia de Mato Grosso (GUIMARÃES e CAMPOS LEME, 1998, p. 29),

Para as áreas marginais à dinâmica sócio-espacial da nação, estas características da configuração territorial mato-grossense, de então, condicionava a produção para subsistência, salvo parte da pecuária bovina, esporadicamente comercializada em mercados de Goiás e Sudeste do Brasil, como mencionado.

Portanto, esse relativo isolamento territorial era traduzido, em Rondonópolis, pela dependência das ações humanas frente aos desígnios da natureza (SANTOS, 2002). Nessa perspectiva, Consideramos que a fase de ocupação inicial em Rondonópolis foi marcada por oscilações e incertezas²¹, uma

²¹ Nascimento (1997, p. 43, 44), faz o seguinte balanço da fase pioneira de colonização de Rondonópolis: “[...] o desbravamento da região, de acordo com as motivações da sociedade nacional; o estabelecimento de vias de comunicação; a construção de espaço rural e urbano, modesto; a reitereção do apaziguamento da nação bororo e a coexistência dos índios com os brancos como fato natural; a aculturação inicial dos bororo; a ocupação parcial do patrimônio indígena pela sociedade nacional; o emprego dos índios em trabalhos diretos e indiretos; a ajuda dos índios aos brancos, e a própria persistência do povoado”.

vez que a carência de objetos técnicos no lugar subordinava o povoamento inicial às “forças da natureza”, condicionando as formas de trabalho²², ou seja, o poder transformador e as possibilidades de circulação dos primeiros habitantes do lugar.

1.3 - Fronteira agrícola extensiva e integração incompleta ao mercado nacional

No primeiro quartel do século XX, esboça-se um projeto de integração nacional. Tal projeto político de integração nacional se faz sob o comando do Estado brasileiro que se tornou, portanto, ativo e centralizador do processo de acumulação urbano-industrial (COSTA, 2001). É com Getúlio Vargas, a partir de 1930, que esse projeto se conforma como forma de organização do território nacional²³. Essa nova tônica para a nação, sobretudo durante o “Estado Novo” (1937-1945), está explícita no discurso presidencial de Vargas (Apud: IANNI, 1991, p. 75), proferido em Cuiabá, em 7 de agosto de 1941:

O problema da ocupação econômica do nosso território é uma postulação da própria criação do Estado Nacional. Estamos fazendo a estruturação dos núcleos básicos do nosso crescimento, não apenas ao longo da faixa marítima, mas abrangendo a totalidade do país. E essa obra, que há de ser a maior título de glória da geração atual, porque significa unir e entrelaçar as forças vivas da Nação, retomou o sentido dos paralelos e renovou o lema bandeirante da marcha para o Oeste.

O processo de acumulação urbano-industrial torna imprescindível a expansão do mercado interno. Esse processo de dinamização do mercado interno, sob o comando da classe urbano-industrial paulista, privilegia também a

²² Aqui relembremos a proposição de Ortega y Gasset (1963, p.17), segundo a qual: “A técnica é o contrário da adaptação do sujeito ao meio, posto que é a adaptação do meio ao sujeito”.

²³ “Até então, os surtos econômicos eram localizados e descontínuos; a partir dos anos 30, o modelo implantado para a economia nacional objetiva superar o capitalismo agrário e mercantil, assentado na atividade exportadora, buscando uma nova ordem econômica, presidida pela dinâmica industrial e pelo mercado interno” (GUIMARÃES e CAMPOS LEME, 1998, p. 37).

expansão do mercado para regiões periféricas da formação sócio-espacial brasileira, um colonialismo interno (MARTINS, 1975), alcançando o território Mato-grossense.

Nesse momento, o projeto de integração nacional, se de um lado buscava territorializar as políticas de Estado (BERTRAN, 1988), de outro, buscava resolver a questão do desemprego da cafeicultura paulista, e ao mesmo tempo, dinamizando o mercado interno através de projetos de colonização (Colônias Nacionais) – uma política de assentamento de pequenos proprietários de terra agrícolas. Dessa experiência de colonização dirigida no Centro-Oeste, se destacam: a Colônia Agrícola Nacional de Goiás e a Colônia Pecuária Nacional de Dourados (MS).

Todavia, essa política de povoamento entre 1930-1945, nomeada por Tavares dos Santos (1993), como *colonização para os trabalhadores nacionais*, não resultou em mudanças significativas na ocupação do Sudeste Mato-grossense, uma vez que essa esbarrava em problemas infra-estruturais, como a precariedade das estradas, de energia e comunicações, além da debilidade do mercado interno, ainda em formação (GUIMARÃES e CAMPOS LEME, 1998).

Somente a partir de meados da década de 1940, a internalização de um novo sistema de ações e de objetos alteraria por completo a dinâmica territorial regional. Esse processo foi consubstanciado, sobretudo, na colonização dirigida, acompanhada pela instalação dos primeiros sistemas de engenharia no território, coincidindo com o período que se inicia no pós-segunda guerra mundial, o qual será um divisor na dinâmica do modo capitalista de produção.

Nesse sentido, a revolução técnico-científica, segundo Santos (1979, 1985), vai possibilitar o início da internacionalização do capital para os países subdesenvolvidos, cujos Estados serão impelidos a viabilizar a entrada de capital estrangeiro, seja através da modernização do próprio aparelho estatal, como também pela modernização da economia.

No Brasil, esse processo vai potencializar e aprofundar a modernização implementada décadas antes, reforçando a concentração industrial e econômica em São Paulo que, por seu turno, vai exigir a ampliação do mercado interno, com a penetração do capitalismo no campo, provocando um reordenamento das classes sociais, com grandes repercussões na organização espacial do país.

Em vastas áreas do Centro-Oeste e Amazônia Legal, mais particularmente no Sudeste Mato-grossense, no período que se estende do pós-guerra à meados da década de 1970, esse processo pode ser interpretado enquanto *Frente Agrícola Extensiva*. Genericamente, esse conceito se define pelo processo de penetração do capitalismo no campo, através da ocupação, do povoamento espontâneo ou dirigido, de áreas periféricas incorporando-as, direta ou indiretamente, à dinâmica sócio-econômica da formação espacial brasileira no período técnico-científico. Ou seja, um desenvolvimento desigual e combinado da modernização e do uso do território, isto é, diferentes sistemas de objetos e de ações, que caracterizam duas fases distintas, mas interdependentes, demarcadas exatamente pelas temporalidades diferenciadas dos seus respectivos agentes hegemônicos.

Assim, uma primeira fase se faz representar por camponeses²⁴ em busca de terra de trabalho²⁵, do território enquanto abrigo. A segunda fase é composta, majoritariamente, por capitalistas (pecuaristas, madeireiros, comerciantes, etc.) que buscam terra de negócio, terra mercadoria, ou seja, o território enquanto recurso. Entendemos, então, recorrendo aos conceitos desenvolvidos por Martins (1975), que a Frente Agrícola Extensiva se processa, numa primeira fase, enquanto uma *Frente de Expansão*²⁶, e na fase seguinte enquanto uma *Frente Pioneira*²⁷.

²⁴ Produtor simples de mercadorias, cujas formas concretas na agricultura brasileira incluem: o produtor familiar tecnificado, o parceiro, o meeiro, o pequeno arrendatário e o posseiro (LACERDA, 1985). Na concepção de Martins (1990, p. 16), no Brasil “[...] o campesinato é uma classe, não um estamento. É *um campesinato que quer entrar na terra*, que, ao ser expulso, com frequência à terra retorna, mesmo que seja terra distante daquela de onde saiu”.

²⁵ Sobre os conceitos de Terra de Trabalho e Terra de Negócio, consultar: Martins (1991).

²⁶ Segundo Martins (1975, p. 46), “[...] a frente de expansão se integra na economia de mercado de dois modos: pela absorção do excedente demográfico que não pode ser contido dentro da fronteira econômica e pela produção de excedentes que se realizam como mercadoria na economia de mercado”. Assim, a principal característica da frente de expansão é o “[...] uso privado das terras devolutas, em que estas não assumem a equivalência de mercadoria”. Isso, porque na frente de expansão, “[...] as condições de vida são reguladas pelo grau de fartura e não pelo grau de riqueza”.

²⁷ “A frente pioneira exprime um movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões pela economia de mercado. Ela se apresenta como fronteira econômica. Compreendê-la como tal, no entanto, implica em considerar que, no caso brasileiro, a fronteira econômica não coincide, necessariamente, com a fronteira demográfica (via de regra aquela está aquém desta)” (MARTINS, 1975, p. 45).

Nessa perspectiva, do ponto de vista das técnicas (SANTOS, 2002), os conceitos de Frente de Expansão e Frente Pioneira podem ser interpretados sob a ótica da sucessão dos meios geográficos. O primeiro, enquanto internalização do meio técnico num meio natural ou pré-técnico, já o segundo tratar-se-ia de sua sucessão, ou seja, um adensamento paulatino na composição técnica do território, transitando para um meio técnico-científico.

Em Mato Grosso, evidenciando uma política explícita de indução ao povoamento e fixação de população ao território, o governo estadual articulado com a política federal, promoveu a implantação de núcleos coloniais dirigidos priorizando o assentamento de migrantes nacionais. Segundo Tavares dos Santos (1993), esta política – entre 1945 a 1964 - funcionou enquanto *resposta do Estado às lutas sociais no campo*, as quais se acentuavam no período.

Essa política de povoamento se processou inicialmente, no Sudeste Matogrossense, a partir de 1947, enquanto Frente de Expansão, por sobre um subespaço caracterizado por uma ocupação não-índia ainda rarefeita. Apesar de ser habitada há séculos pela nação Bororo (Foto 2), essa área era vista sob a ótica do Estado e dos novos migrantes, como uma grande extensão de terras ainda “desocupada e inexplorada”.

Os Bororo, talvez a maior nação indígena de Mato Grosso, é o paradigma genocida e etnocida deste século. [...] O processo de extermínio originou-se com as primeiras incursões iniciadas em 1716 por Antônio Pires de Campos. [...] Resumidamente, iniciaram sua trajetória como guias nas minas de Cuiabá. Guerrearam os Caipó, Guaná e Guaicuru a pedido dos brancos e eram sentinelas e soldados a serviço. Os Bororo foram a principal mão-de-obra utilizada por Rondon na construção da linha telegráfica. Cidades como Barra do Garças, Torixoréu, Guiratinga, Alto Araguaia, Alto Garças, Rondonópolis, Poxoréu e General Carneiro fazem parte dos territórios extorquidos aos Bororo, após múltiplas formas de extermínio (PIVETTA, 1995, p. 25, 26).

Nesse processo, o governo estadual, através da CODEMAT (Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso), doou lotes a milhares de migrantes, em busca de terra de trabalho, oriundos dos estados de São Paulo, Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo e do sul do estado (hoje Mato Grosso do Sul).

Foto 2 – Índio Bororo – Município de Poxoréu – Dec. de 1950.



Fonte: IBGE, (1957, p. 100).

Foram implantadas em terras devolutas de mata, as colônias estaduais: Paulista e Macacos (Campo Limpo) em 1948, Naboreiro em 1949 e Rondonópolis em 1951 (Quadro 1).

Quadro 1 - Colônias Agrícolas implantadas em Rondonópolis				
Colônia	Ano de criação	Área (ha)	Número de lotes	Área média (ha)
Paulista	1948	3.212	130	24,70
Macacos (Campo Limpo)	1948	9.171	327	28,04
Naboreiro	1949	8.000	144	55,55
Rondonópolis	1951	10.000	333	30,03
TOTAL	-	30.383	934	32,52
Fonte: Adaptado de Nascimento (1997, p. 235).				

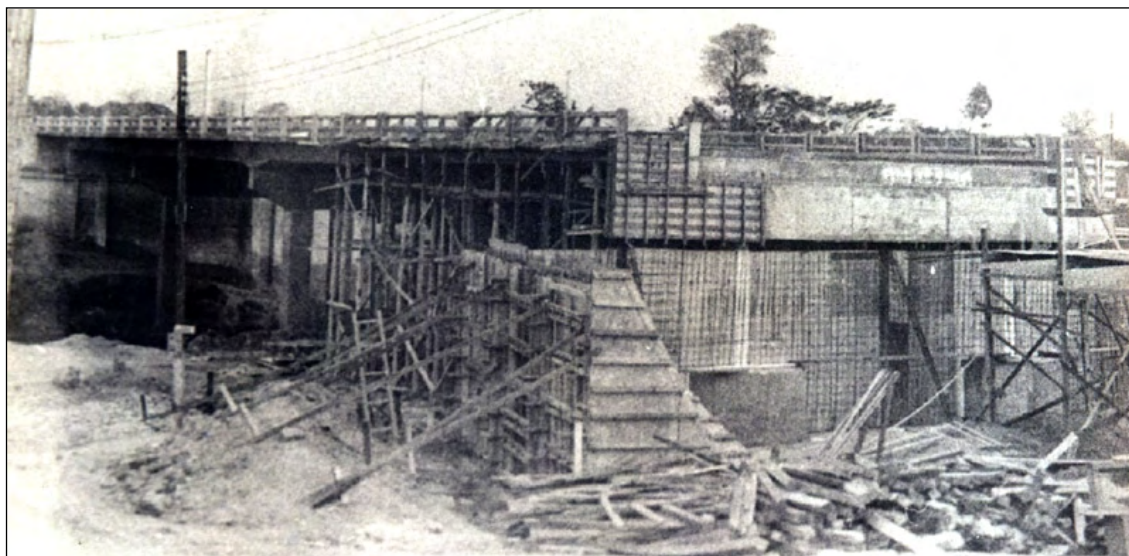
Essa política estatal de redistribuição de terras contribuiu para a fixação de contingentes populacionais na zona rural, ao mesmo tempo em que possibilitou o aumento da produção de produtos alimentícios para o mercado local e regional. Entretanto, essa nova dinâmica não alterou a concentração da estrutura fundiária estadual pretérita, derivada da pecuária e das atividades extrativas.

Segundo Peixinho (2006), em 1920 os pequenos estabelecimentos (até 100 ha), somavam 17,2% do total dos estabelecimentos de Mato Grosso, no entanto, reuniam somente 0,1% das terras. Por outro lado, os grandes estabelecimentos (mais de 10.000 ha), somavam 57,7% do número total e concentravam 78,2% das terras. Analisando-se os dados de 1950, percebe-se um agravamento da concentração fundiária no estado. Pois, embora o número de estabelecimentos do extrato de até 100 hectares tenha aumentado para 38,5% do total de estabelecimentos, sua área ocupada diminuiu para somente 0,6%. Enquanto isso, os grandes estabelecimentos passaram a somar somente 10,16% do número do total de estabelecimentos, mas ainda assim concentravam 58,2% das terras do estado.

Por outro lado, essa nova dinâmica do processo de povoamento de Rondonópolis, a partir de 1940, foi acompanhada e viabilizada pela instalação de alguns sistemas de engenharia, fazendo expandir o seu sítio urbano e a ocupação do território. De fato, entre 1947 e 1952, segundo Vieira Neto (2000), foram construídas novas estradas carroçáveis, como a rodovia BR-163, ligando Cuiabá à Campo Grande, foram realizadas melhorias e reformas em algumas estradas existentes de forma a permitir o acesso de meios de transporte até as propriedades rurais, além da construção de pontes de alvenaria (Foto 3).

A implantação desses novos fixos no território viabilizou o estabelecimento de fluxos até o momento praticamente monopolizados pelo transporte fluvial de caráter sazonal. Nesse contexto, o transporte de cargas realizado por caminhões conhece um significativo aumento, ao mesmo tempo em que se inaugura o transporte regular de passageiros, serviço até então inexistente, realizado por ônibus no trajeto que ligava Cuiabá com a cidade de Campo Grande, com parada em Rondonópolis. Essa linha de ônibus intensificou o movimento de passageiros, potencializando o fluxo dos migrantes que aportavam na região em busca de terras (TESORO, 1993).

Foto 3 – Ponte de alvenaria em construção sobre o Rio Vermelho - Déc. de 1950



Fonte: NDHOC – Depto História UFMT/CUR, 2007. Apud: NEGRI, S. M. (2008, p. 44).

Esse paulatino processo de mecanização do território local e regional somado à fixação de contingentes de migrantes, viabilizou o rompimento gradual do isolamento do lugar para com outras áreas do território nacional, na medida em que esse novo meio técnico assegurou o estabelecimento de alguns fluxos de informação, de comunicação e de trocas comerciais com outras regiões, sobretudo com o estado de São Paulo, conforme destacam Nascimento (1997) e Veira Neto (2000).

Peixinho (2006, p.132), discorre sobre a nova hierarquia territorial derivada da instalação das novas vias de circulação:

Em Mato Grosso, Campo Grande e Dourados passam a ser os centros de integração da economia sul mato-grossense com a economia paulista; Cuiabá/Várzea Grande, Cáceres e Rondonópolis eram dinamizadas por São Paulo, Uberlândia e Goiânia. Rondonópolis, pela sua localização, se torna um entroncamento da expansão dos fluxos do centro-sul para Mato Grosso, Rondônia e Acre, beneficiando do eixo paulista, via Campo Grande e Dourados, do eixo goiano, via sudoeste goiano (Rio Verde/Jataí) e Minas (Triângulo Mineiro). Nessa dinâmica, Rondonópolis, apesar de ser um lugar de confluência desses eixos, não tinha função de distribuição, mas formava um lugar de passagem.

Entretanto, até esse período ainda imperavam circuitos produtivos de escala local e regional entre localidades pouco integradas economicamente ao contexto nacional. Segundo Suzuki (1996, p. 131), “A produção agrária em Rondonópolis, no período que se estende de 1902 até a década de 1950, está voltada para a alimentação familiar e pequeno comércio (local e regional)”.

No final da década de 1950, um novo sistema de ações implementado na esfera do governo estadual altera as diretrizes da política de colonização e povoamento regional e, portanto, do processo de integração de Rondonópolis ao mercado nacional, por meio da suspensão da doação de lotes rurais aos camponeses migrantes.

No território Mato-grossense, esse processo de expansão da Fronteira Agrícola Extensiva foi consubstanciado pela colonização e distribuição de terras devolutas, levado a efeito pela esfera estadual e federal, e também por empresas de colonização privadas objetivando, segundo o discurso oficial, ocupar “espaços vazios”. Nesse processo de avanço da Frente Pioneira, imensas áreas são objeto de ocupação e apropriação privada²⁸, possibilitando que grandes grupos privados nacionais e transnacionais constituíssem imensos latifúndios improdutivos, sobretudo na porção norte do estado (OLIVEIRA, 1990; MORENO, 1993).

Segundo Ianni (1986, p. 56) foi somente a partir de 1964 que se desenvolvem relações capitalistas de produção na Amazônia Legal. Até então, esse subespaço:

[...] era principalmente uma região de extrativismo, no que diz respeito à produção mercantil de maior importância para os mercados nacional e estrangeiro. A agricultura e a pecuária eram pouco expressivas. No conjunto, entretanto, é bastante notável o peso da produção para autoconsumo. Toda a região estava fortemente impregnada e permeada de atividades econômicas voltadas para a subsistência das próprias unidades produtoras: comunidades indígenas, famílias, margens, centros, lugarejos, povoados, vilas, etc”.

²⁸ Na verdade, o que caracteriza a penetração do capitalismo no campo não é a instauração de relações sociais de produção típica formuladas em termos de compra e venda de força-de-trabalho por dinheiro. O que a caracteriza é a instauração da propriedade privada da terra, isto é, a mediação da renda capitalizada entre o produtor e a sociedade (MARTINS, 1975, p. 49, 50).

A colonização dirigida e o avanço da Frente Pioneira foram processos fundamentais para o adensamento da configuração territorial regional, aumentando acentuadamente o contingente populacional do Sudeste Mato-grossense, cuja população residente passou de 36.441 habitantes em 1950, para 93.167 habitantes em 1960, um crescimento de 155,6% em apenas uma década. Rondonópolis destacou-se no contexto regional, passando de apenas 2.888 habitantes em 1950, para 22.302 em 1960, um crescimento relativo de 672,2%, um dos maiores do Brasil no período. Estes eventos concorreram para o processo de desmembramento territorial e emancipação de vários municípios até 1960, entre os quais Rondonópolis, em 1953 (Quadro 2).

QUADRO 2 - Relação dos municípios existentes no Sudeste Mato-grossense até 1960.	
Municípios	Ano de Criação
1-Alto Araguaia	1938
2-Alto Garças	1953
4-Dom Aquino	1958
6-Guiratinga	1921
7-Itiquira	1953
8-Jaciara	1958
9-Ponte Branca	1953
10-Poxoréo	1938
11-Rondonópolis	1953
12-Tesouro	1953
13-Torixoréu	1953
Fonte: Adaptado de NEGRI. (2001, p. 66)., Organizado por Sergio Negri, 2009.	

A grande maioria desse contingente populacional que aportou em Rondonópolis no decorrer da década de 1950 se dirigiu à zona rural. Assim, de um total de 19.414 novos habitantes que o município recebeu, 15.776 ou 81,26% dos mesmos, se fixaram no campo. Esse fato concorreu para o decréscimo relativo da população urbana do município, cujo índice se reduziu de 29,22% em 1950, para somente 20,09% em 1960.

A parcela dos migrantes que se dirigia ao meio urbano (Foto 4), instalava-se de forma extremamente precária. A energia elétrica, por exemplo, somente chegaria em Rondonópolis em 1959, inicialmente proveniente de uma pequena usina hidrelétrica instalada no rio Ponte de Pedra. Segundo Tesoro (1993), entre

1959 a 1966, só havia disponibilidade de energia até as 22 horas, o que condicionava o cotidiano da população local.

Foto 4 – Vista aérea da cidade de Rondonópolis - 1954



Fonte: IBGE, (1957, p. 96.)

Em Rondonópolis, a parcela de migrantes capitalizados, representantes da Frente Pioneira, promoveu a aglutinação dos lotes coloniais e incorporação das terras de cultura através da expansão da pecuária e implantação de roças de arroz, as quais precediam, de dois a três anos, a formação das pastagens (KELLER e MAGNANINI, 1977).

Esse processo de concentração fundiária agravou a situação da pequena produção em Rondonópolis, que já se encontrava em crise, dada ao fato de que a pequena parcela dos migrantes que havia adquirido os lotes coloniais não teve acesso a mecanismos de comercialização ou crédito, além da absoluta falta de infra-estrutura que caracterizava as colônias.

Os projetos de colonização foram fracassando, em sua maioria, porque a infra-estrutura e os serviços de apoio eram precários, quando não inexistentes. O governo do estado ampliou a rede de estradas, implantou colonizações públicas, favoreceu a colonização privada, vendeu grandes glebas de terra a baixo preço a particulares quando não as doava, e o pequeno produtor ficou em segundo plano, ele que era o elemento fundamental nesses planos (NASCIMENTO, 1997, p. 20).

No processo de implantação de pastagens, os fazendeiros utilizavam mão-de-obra que era farta em Rondonópolis à época. Isso porque, além dos pequenos produtores que ainda resistiam nos lotes coloniais, a maioria da força de trabalho do município se dedicava aos trabalhos rurais, um “[...] verdadeiro exército de mão-de-obra disponível para a lavoura: assalariados, arrendatários, meeiros e parceiros. A grande quantidade de mato na região e a falta de mecanização da lavoura requisitavam muitos braços” (TESORO, 1993, p. 88).

Apesar dos acréscimos técnicos evidenciados a partir do final de 1940, os sistemas de atividades agrícolas ainda se apresentavam pouco tecnificados, portanto muito dependente da força-de-trabalho. O caráter rudimentar da base técnica da produção neste período pode ser exemplificado pela mecanização incipiente desta atividade. No início de 1970, em Rondonópolis, existiam apenas 62 tratores e 10 máquinas agrícolas de plantio e colheita, significando um trator para cada 596,6 habitantes da zona rural (IBGE, 1975).

Na produção familiar²⁹ sobressaíam os gêneros alimentícios tradicionais cultivados nas terras de mata, nos vales dos rios (arroz, feijão, mandioca, milho, etc.). Paralelamente, a pecuária espalhava-se pelas pastagens naturais das terras de cerrado (chapadas), ao mesmo tempo em que competia vantajosamente com a produção familiar nas terras de mata, através das pastagens plantadas³⁰.

²⁹ Nesta pesquisa estamos considerando Produção Familiar e Pequena Produção como termos sinônimos. Trata-se de tipos sociais de produção não-especificamente capitalistas, onde predomina o trabalho familiar, cujas unidades se subordinam ao capital através de relações mercantis, de forma indireta, quando existe um excedente (LACERDA, 1985). Segundo Martins, os participantes da economia do excedente “[...] dedicam-se principalmente à própria subsistência e secundariamente à troca do produto que pode ser obtido com os fatores que excedem às suas necessidades” (1975, p. 45).

³⁰ Santos e Silveira (2001, p. 128), ressaltam este ordenamento espacial da agropecuária regional no período: “A divisão do trabalho agropecuário reinante na Região Centro-Oeste até os anos 60 circunscrevia a lavoura às terras da mata nos vales dos rios, e a criação de gado dominava o cerrado”

Embora pouco tecnificada e pressionada pela expansão da pecuária promovida pela Frente Pioneira, a produção familiar de excedente ainda se mantinha como uma atividade produtiva expressiva em Rondonópolis até final de 1960. Segundo o Jornal Tribuna do Leste, de 29/06/1971, na safra 1969/1970, foram produzidas: 600.00 sacas de arroz; 150.00 arrobas de algodão; 80.00 sacas de milho e 40.00 sacas de feijão (Apud: SUZUKI, 1996, p. 140).

A produção agrícola local, desde meados da década de 1950, passa a ser comercializada em âmbito nacional, uma vez que os compradores residiam em outros estados, sobretudo da Região Sudeste (SUZUKI, 1996; NASCIMENTO, 1997). Nesse sentido, deve ser ressaltado o processo de mecanização do território, através das rodovias (BR-163 e BR-364), como também da Ferrovia Noroeste do Brasil, que ligava São Paulo ao Mato Grosso do Sul, passando por Campo Grande até chegar a Corumbá. Fixos instalados que foram fundamentais para a aceleração do movimento migratório, para a integração e desenvolvimento regional.

O adensamento da Frente Pioneira, através de novos migrantes paulistas, mineiros, gaúchos e paranaenses, que adquirem grandes áreas para implantação de projetos agropecuários aprofunda o processo de mercantilização do território regional. Estes novos migrantes difundiram a pecuária nas áreas de mata, ao mesmo tempo em que alguns se arriscaram em experiências com plantio de arroz nas terras de cerrado.

Trata-se da instalação de uma nova dinâmica territorial, marcada por conflitos entre temporalidades diversas, por meio da sobreposição da Frente de Expansão com a Frente Pioneira onde se realiza uma acumulação primitiva de capital. Ao mesmo tempo, essa nova dinâmica torna possível a paulatina integração econômica ao mercado nacional por meio do capital mercantil.

Esses empreendimentos aprofundaram as alterações nas relações de produção no campo, dado o aumento de proprietários, arrendatários e do trabalho assalariado que cresceu exponencialmente no período com a chegada de milhares de trabalhadores de várias regiões brasileiras. Estes eram empregados temporariamente para desempenhar tarefas braçais, sobretudo, durante o processo de implantação dos projetos agropecuários, entre 1960 e 1975. Nesse

processo, segundo Nascimento (1997), o pessoal ocupado no campo se elevou de 6.202 trabalhadores em 1960, para 17.184 em 1970 e 21.227 em 1975.

Conseqüentemente, a população de Rondonópolis acusou um aumento expressivo de 39.997 pessoas, passando de 22.554 habitantes em 1960, para 62.551 em 1970. A população rural aumentou 18.973 novos habitantes, enquanto que a população urbana aumentou em 21.024 novos moradores, o que elevou o índice de urbanização para mais que o dobro chegando a 40,78% do total.

No último quartel de 1960, o processo de mercantilização das terras urbanas e rurais, gestado desde os primórdios do povoamento de Rondonópolis, se cristaliza³¹, completando a transição em seu processo de urbanização, passando de “povoado a cidade” (SUZUKI, 1996). A apropriação privada das terras, nestes termos, se verifica no quadro urbano com a constituição de vários loteamentos, apontando para a constituição de um mercado imobiliário.

Desta forma, o espaço urbano começava a ser produzido de acordo com os interesses do incipiente mercado imobiliário, que contava com o apoio do poder público que por sua vez, via com bons olhos o aumento populacional e a arrecadação de impostos, sem, no entanto, ter instrumentos urbanísticos para poder intervir na política de loteamentos da cidade. Dessa forma, a cidade aos poucos foi sendo dividida, através dos loteamentos de iniciativa privada que contavam com prazos longos de pagamento, de até 60 meses, criando uma nova paisagem urbana, mas que agora se encontrava entregue aos interesses especulativos (NEGRI, 2008, p. 49, 50).

O final da década de 1960 pode ser considerado como um momento de transição para Rondonópolis, assim como, certamente, para algumas outras áreas de cerrado do planalto central. O prenúncio da inserção regional na divisão territorial do trabalho no Brasil, que se anunciava no processo de construção de Brasília, fato que dinamizaria toda a estrutura espacial do Centro-Oeste, incluindo a dinâmica da urbanização regional. De fato, a construção da nova capital amplificou as rotas possíveis, redirecionando correntes migratórias no território nacional. Segundo Geiger (1963, p. 428), esse processo interferiu “[...] desviando

³¹ “Nesse mesmo período, o dinheiro passa a ser o principal mediador das relações de troca. A cidade passa a ter sua primeira agência bancária, do Banco do Brasil, em 21/02/64. Nesse sentido, o comércio passa a ter no dinheiro a moeda de circulação das mercadorias, a mercantilização da cidade estava completa” (SUZUKI, 1996, p. 130).

dos troncos gerais do tráfego de nordestinos para o Sudeste do Brasil e para as zonas agrícolas do Centro-Oeste, ramos em direção ao Planalto Central, pelos quais flui mão-de-obra para os trabalhos de edificação da nova Capital”.

Posteriormente, essa transição de Rondonópolis se consolida por meio da incorporação das terras de cerrado ao processo produtivo hegemônico, viabilizada pela internalização do meio técnico-científico e comandada pelo novo padrão de acumulação de capital pautado no crescimento industrial de São Paulo. Trata-se, então da consolidação de um processo mais amplo, de unificação nacional, de uma nova “[...] arquitetura territorial e de novas centralidades”, segundo Santos e Silveira (2001, p. 267), aonde “[...] Brasília tende a se instalar como metrópole política e São Paulo como metrópole econômica, enquanto ambos esses papéis vão minguando na antiga capital imperial e republicana”.

Como demonstraremos no Capítulo II, esse processo seria impulsionado a partir do golpe de Estado de 1964 e implementado durante a década de 1970 no Centro-Oeste e na Amazônia Legal³², através de um amplo projeto de ocupação subsidiado e incentivado pelo Estado em associação com o capital internacional.

1.4 – Fronteira agrícola intensiva e integração ao mercado internacional

Até o final da década de 1960 as terras de cerrado do Centro-Oeste brasileiro eram consideradas como impróprias para o desenvolvimento de atividades agrícolas modernas. As forças produtivas presentes no território limitavam o potencial econômico regional aos limites do extrativismo e da pecuária extensiva - uma “área de transição”, um imenso espaço “vazio” a ser

³² Amazônia Legal é um subespaço brasileiro criado em 1966 no governo militar de Castelo Branco para efeito de ação governamental. Atualmente a Amazônia Legal abrange cerca de 5 milhões de Km², representando 58,4% da área total do Brasil. “Dessa maneira, hoje a Amazônia Legal é composta pela superfície total dos estados do Acre, Rondônia, Amazonas, Pará, Mato Grosso, [...] Roraima e Amapá, mais a porção ao norte do paralelo 13°S do estado de Goiás [atual Tocantins] e a porção oeste do meridiano 44°W do estado do Maranhão” (OLIVEIRA, 1990, p. 11).

ocupado³³ (GUIMARÃES, 1974; GALINDO e SANTOS, 1995). As atividades produtivas mais dinâmicas se resumiam à existência de poucos subespaços regionais complementares à economia urbano-industrial nucleada por São Paulo. Subespaços derivados de um processo de colonização promovido nas décadas de 1940 e 1950, destinados aos pequenos produtores que ocupavam áreas florestadas ao sul da Região, como também aos pecuaristas que ocupavam, de forma extensiva, os chapadões cobertos pelo cerrado (COY e LÜCKER, 1996; GUIMARÃES e CAMPOS LEME, 1998).

Essa configuração territorial herdada seria alterada a partir da difusão de um novo sistema de ações e objetos eficazmente instalado para a apropriação capitalista das terras de cerrado, incluindo a instalação de sistemas de engenharia (hidrovias, rodovias, hidrelétricas, armazéns, etc.), e um sistema de atividades de produção agrícola cada vez mais cientificizado, tudo incentivado e subsidiado pelo Estado.

Nesse momento, a indissociabilidade entre técnica e ciência no processo de produção se impõe como modo de desenvolvimento do capitalismo mundial. Tudo nos autorizando reconhecer um novo período, que a partir de 1945 se evidencia no meio geográfico. Dado exatamente aos avanços técnicos científicos, uma nova divisão internacional do trabalho se impõe e que, alcançando os países subdesenvolvidos em meados de 1960, configura em território brasileiro uma reorganização da divisão interna do trabalho, impondo toda uma dinâmica nova também à região do planalto central brasileiro. Este processo de reorganização do meio geográfico, a partir dos inícios de 1970, significou gradativa incorporação das terras de cerrado ao processo produtivo, a adoção de um sistema de atividades agrícolas muito dependente de um sistema técnico alienígena e solidário à lógica do novo modelo de acumulação de capital em escala internacional (SANTOS, 2004).

³³ Veja-se, por exemplo, o diagnóstico do PLADESCO (Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro Oeste), "A região Centro-Oeste é, em termos globais, um vazio demográfico em meio a um imenso potencial de riquezas, apenas superficialmente avaliadas. Os importantes centros urbanos existentes, dentre eles a própria Capital da República, e o desenvolvimento de significativas atividades econômicas, principalmente na área sul, não invalidam a assertiva" (Brasil. Ministério do Interior. SUDECO, 1973, p. 9).

A globalização avançou com grande ímpeto nos decênios que se seguiram à Segunda Guerra Mundial graças à política de abertura dos mercados protagonizada pelos países sedes das grandes empresas transnacionais, que controlam instituições como o antigo GATT e atual Organização Mundial do Comércio. Em outras palavras, o fator político, juntamente com a orientação da tecnologia, deram ao processo histórico um sentido crescentemente favorável às empresas transnacionais (FURTADO, 1999, p. 20, 21).

Trata-se de uma nova dinâmica de acumulação do capital, comandada por grandes oligopólios transnacionais associados ao capital nacional e sustentada pela ideologia de modernização conservadora do governo militar (MARTINE e BESKOW, 1987). Segundo Santos e Silveira (2001, p. 46), nesse sentido, “O golpe de 1964 pode ser considerado um novo passo na internacionalização da economia brasileira, com a influência explícita da guerra fria e os acordos assinados para tornar mais segura a entrada de capitais”.

Daí por diante, o que ocorre é a reprodução ampliada do que fora feito no lapso de tempo imediatamente anterior, de tal modo que tudo cresce ainda mais, porém, no mesmo sentido: uma produção industrial extrovertida, um endividamento maior, uma maior penetração de firmas estrangeiras, para as quais tudo é facilitado, a ampliação das facilidades da circulação dentro do país e para os canais de exportação – isto para nos atermos ao domínio econômico. Paralelamente se agravam a tendência à concentração e centralização da economia, a tendência à concentração geográfica e a tendência à concentração da renda (SANTOS, 1979, p. 149).

Como de resto todo o país, Rondonópolis e toda região Centro-Oeste brasileira se integram, a partir de 1970, ao movimento de transformações dessa dinâmica econômica que se impõe à formação sócio-espacial brasileira, decorrente da inserção, não menos dependente do país na nova divisão internacional do trabalho. Assim, uma nova ordem hegemônica da economia e da política internacional se instala em território brasileiro e, vale dizer, em Rondonópolis, desorganizando rapidamente as formas e a ordem local pretérita.

Portanto, do desenvolvimento das forças produtivas possibilitando o aprofundamento da divisão interna e internacional do trabalho, um novo dinamismo se instala também na região do cerrado do Centro-Oeste brasileiro.

Graças aos progressos da ciência e da técnica e à circulação acelerada de informações, geram-se as condições materiais e imateriais para aumentar a especialização do trabalho nos lugares. Cada ponto do território modernizado é chamado a oferecer aptidões específicas à produção. É uma nova divisão territorial, fundada na ocupação de áreas até então periféricas e na remodelação de áreas já ocupadas (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 105).

Esse processo transforma todo o sistema de atividades em Rondonópolis, alterando as formas de acumulação capitalista e deslocando seus agentes hegemônicos: grandes proprietários fundiários³⁴ e intermediários-atravesadores (cerealistas, por exemplo), estes representantes do capital mercantil que até meados da década de 1970 subordinavam os pequenos proprietários e sua pouco capitalizada produção agrícola.

Todo esse processo de modernização do território, e conseqüente reorganização dos sistemas de atividades agrícolas de Rondonópolis e região, se desenvolveu sob os auspícios das políticas estatais, vinculado à perspectiva do Estado Territorial (SANTOS, 2005a). Em outras palavras, num contexto “modernizador”³⁵ que perdurou até meados da década de 1980, fundado na ideologia de um “Brasil Potência” dos governos militares, com abertura da economia ao capital internacional.

Segundo Abreu (2003), no Centro-Oeste esse projeto modernizador foi coordenado pela SUDECO, amparado pela retórica das áreas-programa, na teoria

³⁴ “De acordo com Silva (1999, p. 97) apud IV Simpósio sobre Cerrado – 1976 “no município de Rondonópolis a propriedade da terra representava 51% do capital disponível pelo dono do estabelecimento, ficando as benfeitorias com 12%, os equipamentos com 4,84%, os animais de trabalho com 0,75%, o rebanho bovino com 31, 03% e o suíno com 0,54%” (SILVA, 2003, p.69).

³⁵ Márcio Cataia (2006, p. 14), citando Ianni (1987), entende que “[...] o que singulariza a política econômica inaugurada em 1964 é o fato dela substituir a ideologia do desenvolvimento pela ideologia da modernização. Até então o desenvolvimentismo orientava-se no sentido de dinamizar as forças produtivas; implicava a independência política e, em certa medida, a autonomia econômica. Já a ideologia da modernização denota um esforço destinado a refinar o *status quo* e a facilitar os processos de concentração e centralização do capital, basicamente alinhados com a liderança norte-americana na geopolítica da guerra-fria”.

dos pólos de desenvolvimento, no discurso do combate às desigualdades regionais e à pobreza e posto em prática através de incentivos à iniciativa privada - vale dizer, aos produtores capitalizados e aos grandes grupos econômicos nacionais e internacionais. Segundo Santos e Silveira (2001, p. 86):

Empreende-se um programa de investimentos em infra-estruturas para oferecer as condições materiais necessárias ao processo de transformação do território nacional em um espaço da economia global, paralelamente a um arsenal financeiro, fiscal e monetário que serve como base das novas relações sociais.

No transcorrer da década de 1980, dado à crise fiscal do Estado, no contexto da globalização da economia, grandes grupos do agronegócio acabam por assumir o comando dos circuitos espaciais produtivos, com o deslocamento do Estado enquanto agente regulador das políticas agrícolas. Daí em diante, “[...] Podemos falar então de uma agricultura científica globalizada” (CASTILLO, 2007, p. 36).

Segundo Milton Santos (2005a), com o processo de globalização o território deixa de ser o fundamento, a base do Estado-Nação. Desde então, de uma perspectiva de “Estado Territorial” passamos para a noção de “Estado Transnacionalizado”. Antes era o Estado que qualificava o território, agora, no contexto do neoliberalismo e da democracia de mercado, o controle é exercido pelo mercado global através das redes que incidem verticalmente sobre os lugares. Nesse sentido, Santos (2005d, 46), argumenta que:

[...] Do momento em que se aceita um modelo de crescimento orientado para fora, o Estado e a nação perdem o controle sobre as sucessivas organizações do espaço. Ao ser adotada a ideologia do crescimento pela maioria dos países do Terceiro Mundo, o Estado prepara o caminho para que os “modernizadores” possam instalar-se e operar. A estrutura dos gastos públicos transforma-se, orientando-se, de preferência para a construção de infra-estruturas, transportes ou bens públicos, os quais servem mais, melhor e mais barato às empresas modernas que à população.

As transformações mais evidentes tanto nos sistemas de engenharia, quanto nos sistemas de atividades, implicam de ora em diante no intensivo investimento de capital destinado ao desenvolvimento científico e técnico que possibilitaria o uso do cerrado como recurso econômico, ou seja, um processo que se manifesta em subespaços, o qual podemos qualificar enquanto *Frente Agrícola Intensiva*.

Aqui, estamos propondo o conceito de *Frente Agrícola Intensiva* enquanto um *processo* que se consubstancia, em subespaços por onde se territorializa, pela ocupação e/ou apropriação capitalista do espaço, significando concretamente a internalização de uma racionalidade outra, que nega aquela anterior tecida, quer por meio de uma solidariedade orgânica (horizontalidades), quer seja pela solidariedade organizacional (verticalidades) (Santos, 1996, 2002).

Assim, não se trata tão somente de incorporação de *novas áreas* pela dinâmica dos agentes hegemônicos da economia e da política dentro da formação espacial brasileira. Mas, também, dos novos usos do tempo e do espaço, possíveis pelo adensamento do meio técnico-científico-informacional, segundo Santos e Silveira (2001), o que significa dizer que um mesmo lugar ou região pode se “refazer” indefinidamente, por meio de superposições, de camadas técnicas-organizacionais manifestadas, ao nível territorial, por sucessivas e/ou concomitantes divisões territoriais do trabalho, ou seja, por meio de funcionalizações/refuncionalizações.

Aqui, resgatamos uma das proposições de Santos (2002, p. 159), acerca da questão espaço-tempo em geografia. Diacronia e Sincronia, isto é, o eixo das sucessões e o eixo das coexistências.

Em cada lugar, os sistemas sucessivos do acontecer social distinguem períodos diferentes, permitindo falar de hoje e de ontem. Este é o eixo das sucessões. Em cada lugar, o tempo das diversas ações e dos diversos atores e a maneira como utilizam o tempo social não são os mesmos. No viver comum de cada instante, os eventos não são sucessivos, mas concomitantes. Temos, aqui, o eixo das coexistências.

Nesse sentido, os novos *Fronts* podem ser entendidos enquanto lugares de encontro, de fricção, entre diferentes temporalidades no eixo das sucessões, enquanto os *Belts* modernos designariam a territorialização, a delimitação de determinada

atividade, derivada de uma racionalidade hegemônica, no eixo das coexistências. Em outros termos, os conceitos de *Fronts* e *Belts*, propostos por Santos e Silveira (2001), podem ser interpretados, no caso dos *Fronts*, enquanto processo de internalização de um sistema de ações e de objetos *invasor* em determinado território (região ou lugar), dotado de uma nova *Tecnosfera* e *Psicosfera*³⁶ correspondente; enquanto isso, no caso dos *Belts*, tratar-se-ia de dinâmica territorial derivada, datada por uma *Tecnosfera* e uma *Psicosfera*, que seriam a referência para a vida econômica, tanto como para a vida de relações, de determinada região ou lugar.

Nesse sentido, os *Belts* modernos podem ser considerados como sinônimos, segundo nosso entendimento, de *Fronteira agrícola moderna*, definida por Castillo (2007, p. 38):

Fronteira agrícola moderna por fim e de maneira bastante simplificada, define-se pelas áreas ocupadas por atividades agrícolas com alto conteúdo tecnológico e organizacional (em termos de uso de insumos e maquinário, formas de crédito e comercialização, armazenamento, beneficiamento e transporte) em substituição à pecuária extensiva, a formas tradicionais de cultura (particularmente a pequena produção familiar de origem ancestral ou de frentes de ocupação) e / ou à cobertura vegetal original.

Então, é nesta perspectiva que estaremos desenvolvendo a análise do processo de incorporação do cerrado em Mato Grosso e, particularmente, em Rondonópolis a partir da década de 1970, com a expansão do meio técnico-científico-informacional e a viabilização do agronegócio globalizado, bem como os desdobramentos territoriais desse processo, em conformidade com nosso objetivo nesta pesquisa.

³⁶ “A tecnoesfera é o resultado da crescente artificialização do meio ambiente. A esfera natural é crescentemente substituída por uma esfera técnica, na cidade e no campo. A psicoesfera é o resultado das crenças, desejos, vontades e hábitos que inspiram comportamentos filosóficos e práticos, as relações interpessoais e a comunhão com o Universo” (SANTOS, 1996, p. 32).

CAPÍTULO II

POLÍTICAS PÚBLICAS ESTATAIS E RENOVAÇÃO DA MATERIALIDADE DO TERRITÓRIO EM RONDONÓPOLIS

2.1 – Políticas e programas estatais para o adensamento da composição técnica do território

Aqui, parte-se do princípio de que o modo de desenvolvimento do capitalismo não se realiza sem antes haver um investimento, um desenvolvimento técnico e científico dos meios de produção. Portanto, há toda uma orquestração de interesses do capitalismo global em tornar os territórios nacionais instrumentalizados em favor de suas realizações.

No Brasil, os interesses econômicos mundiais impõem a ideologia do crescimento econômico e da competitividade de que nos fala Milton Santos (2004), levando o Estado a investir no desenvolvimento técnico e científico, na instrumentalização do território. Tudo para viabilizar a lógica, a nova ordem daquelas ações hegemônicas. Nesse processo, o território brasileiro seria progressivamente adaptado ao novo modelo de acumulação, através da integração nacional, por intermédio da incorporação de subespaços periféricos à dinâmica socioeconômica brasileira.

O espaço brasileiro, como o dos demais países dependentes, sempre foi objeto de adaptações e transformações, feitas, mais ou menos conscientemente, para facilitar o funcionamento do sistema mundial capitalista e a própria inserção do país em uma nova fase das relações capitalistas internacionais (SANTOS, 1979, p. 154).

Assim é que uma nova ordem se impõe aos sistemas de atividades agrícolas no Brasil e principalmente na região Centro-Oeste. Aqui, mais do que em outras regiões, todo um investimento público em desenvolvimento técnico-científico, em infra-estrutura e aplicação de capital propiciou a integração política e econômica deste subespaço à formação espacial brasileira, precedendo a viabilização do agronegócio, das grandes corporações mundiais e nacionais. Em outros termos, segundo Cataia (2006, p. 07), "Para a consecução do plano de integração do território, o Estado lança mão de um "tripé" em cujos vértices encontram-se a técnica (com o uso das mais novas tecnologias aplicadas à produção e sua circulação), créditos e subsídios e os grandes capitais".

É importante ressaltar que nesse processo de integração do território nacional, sob a ditadura, o endividamento externo era considerado um elemento fundamental da política econômica traçada pelo Ministério da Fazenda. Segundo Ianni (1986, p. 27-28), no escopo da teoria do “crescimento econômico com endividamento”, “[...] O próprio crescimento econômico propiciado pelo endividamento externo permitiria produzir recursos para pagar a dívida para fazer nova dívida, para pagar a dívida e assim por diante”. Esse processo se realizou mediante uma ampla expropriação dos trabalhadores urbanos e rurais, uma vez que “[...] Era essa a lógica do vasto enclave do imperialismo em que se transformou a economia brasileira”.

Além dessa teoria de crescimento com endividamento, que embasava a política econômica à época, o maciço ingresso de capitais no Brasil como também em outros países do terceiro mundo, se deveu ao “[...] excesso de liquidez (dinheiro) reinante no mercado internacional de capitais, o que facilitou extremamente a obtenção de dólares junto aos banqueiros internacionais, sobretudo no chamado mercado do eurodólar” (GOMES, 1978; Apud: IANNI, 1986, P. 29). Como resultado desse modelo de crescimento dependente, a dívida externa brasileira cresceu em ritmo acelerado, se elevando em 1.500% entre 1964 e 1978, ao mesmo tempo em que ocorreu grande concentração e centralização do capital.

Nesse contexto, toda uma política de Estado para pesquisa e desenvolvimento científico criou, através da unificação nacional das agências e instituições, os aportes para geração e difusão de novas tecnologias para a agricultura³⁷.

No início da década de 1970 foram criadas a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e a EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural). Na interpretação de Aguiar, et al (1984), isso representou uma mudança radical na política de pesquisa agropecuária brasileira, que até então relegava ao segundo plano as preocupações de natureza econômica e se encontrava concentrada no estado de São Paulo.

³⁷ Ramos (2001), destaca: a primeira Lei de Sementes do país, regulamentada em 1965 e alterada em 1977, conforme o Plano Nacional de Sementes; os estímulos à implantação de fábricas de tratores no país, decorrentes do Plano de Metas de Juscelino Kubtschek, em 1959; a criação, em 1966, da FUNFÉRTIL (Fundo de Estímulos Financeiros ao Uso de Fertilizantes e Suplementos Minerais) visando à disseminação espacial e o emprego dos novos insumos.

A criação da EMBRAPA, em 1973, permitiu a articulação e planejamento da pesquisa agropecuária com o desenvolvimento econômico global, agilizando a produção de inovações técnicas para a agricultura nacional com vistas ao mercado internacional e difundindo inovações, funcionando em estreita colaboração com a EMBRATER que, por sua vez, representou a unificação dos sistemas de extensão rural anteriores, incluindo aqueles da esfera estadual.

Também, a partir da tomada do poder pelos militares, foram instituídos inúmeros fundos de fomento usando recursos captados no exterior que priorizavam a modernização da agricultura. Em meados de 1965, é criado o FUNAGRI (Fundo Geral para a Agricultura e a Indústria), e no final do mesmo ano o SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural). Institucionalizado em 1966, o SNCR induziu à reorganização dos sistemas de atividades agrícolas, facilitando a disseminação de novos elementos técnicos e intelectuais ao território nacional. Segundo Delgado (1985), de todas as políticas estatais para a reorganização dos sistemas de atividades agrícolas no Brasil, a mais importante foi a de financiamento rural³⁸.

Dado o seu caráter conservador e discriminatório, o SNCR contribuiu decisivamente para a desarticulação dos sistemas de atividades agrícolas tradicionais na formação sócio-espacial brasileira sem, contudo, alterar sua estrutura agrária. Sua repartição privilegiou algumas regiões, sobretudo a Região Concentrada³⁹; alguns produtos, a maior parte destinada às culturas voltadas à exportação e/ou integradas aos complexos agroindustriais; e poucos produtores rurais, beneficiando os grandes proprietários (MARTINE e BESKOW, 1987).

Paralelamente às políticas de desenvolvimento técnico-científico e as políticas agrícolas, todo um sistema de engenharia vai sendo instalado na região,

³⁸ “Apoiado em um forte sistema institucional bancário, público e privado, que substituiu as fontes usuárias tradicionais ligadas ao capital comercial, o Estado subsidiou a compra de máquinas e equipamentos; insumos químicos; sementes melhoradas; custeou a produção; garantiu os preços mínimos; promoveu a eletrificação rural; construiu armazéns e silos para estocar a produção; subsidiou a exportação; isentou de impostos as indústrias nascentes associadas à agricultura moderna; promoveu o seguro agrícola etc.” (ELIAS, 1996, p.30).

³⁹ “Analisando-se o Anuário do Crédito Rural do período que vai do início dos anos 70 até hoje, apenas nove estados – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Bahia – vêm concentrando mais de 80% do valor total dos financiamentos concedidos a produtores e cooperativas no país” (RAMOS, 2001, p. 384).

também financiado pelo Estado, vantajosamente para dar suporte às atividades agrícolas modernas.

São implementados vários programas e projetos especiais de desenvolvimento regional para o Centro-Oeste e Amazônia Legal, no âmbito da SUDECO (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-oeste - 1967) e da SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – 1966); entre os quais podemos destacar: o PIN (Programa de Integração Nacional - 1970); PROTERRA (Programa de Distribuição de Terras e Desenvolvimento Agroindustrial - 1971); PRODOESTE (Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste - 1971); PLADESCO (Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Oeste - 1973); POLOAMAZÔNIA (Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia - 1974); POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados - 1975); PRODECER (Programa Nipo-Brasileiro de Cooperação para o Desenvolvimento Agrícola da Região do Cerrado - 1976); além do POLONOROESTE (Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil - 1981).

Segundo Santos e Silveira (2001, p. 52), esses investimentos públicos estatais operados no transcorrer da década de 1970, no território brasileiro, representaram significativas transformações na divisão territorial do trabalho no país, repercutindo no Centro-Oeste.

Importantes capitais fixos são adicionados ao território, em dissociação com o meio ambiente e com a produção. O capital comanda o território, e o trabalho, tornado abstrato, representa um papel indireto. Por isso as diferenças regionais passam a ser diferenças sociais e não naturais.

Nesse processo, “as vantagens competitivas naturais, embora importantes, vão sendo substituídas pelas vantagens competitivas artificiais [...] Imensas áreas são descaracterizadas a fim de exercer uma função que lhes foi atribuída por uma nova ordem fundada na acumulação do capital” (BERNARDES, 2003, p. 158).

Os subsídios e incentivos, os sistemas de engenharia e as normatizações realizadas pelo poder público estatal, na região Centro-Oeste, segundo Duarte (1989), o coloca na condição de principal avalista e incentivador do processo de

modernização e integração do território para a expansão do capital monopolista internacional⁴⁰.

2.1.1 - Novos fixos para renovação da materialidade e da fluidez do território

A partir do I PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), a intervenção estatal se torna mais acentuada e planejada na Região Centro-Oeste⁴¹. Até então o processo de ocupação regional se havia dado de forma descontínua e desarticulada (REDWOOD III e BARRETO, 1984; GALINDO e SANTOS, 1995). Nesse processo destacam-se os seguintes programas: PIN, PROTERRA, PRODOESTE e PLADESCO.

Aqui destacamos a importância do PRODOESTE e do PLADESCO, programas que contribuíram para aprofundar e consolidar a nova configuração territorial do Centro-Oeste, emergida durante o governo de Juscelino Kubitschek no bojo do Plano de Metas⁴², elaborado como continuidade da política desenvolvimentista e integracionista de Getúlio Vargas.

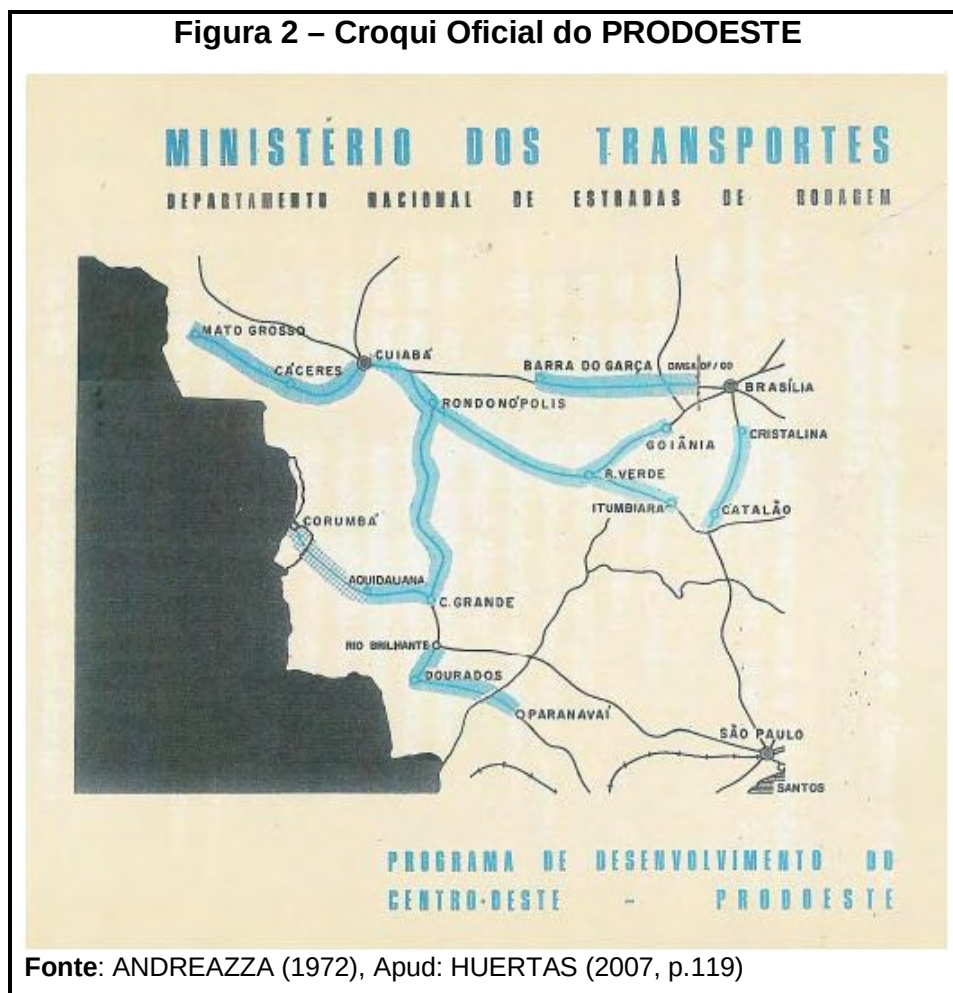
O PRODOESTE foi implementado em novembro de 1971 pelo governo Médici, e objetivava dinamizar o desenvolvimento econômico do Distrito Federal e de áreas selecionadas ao sul de Goiás e de Mato Grosso, dotando esses subespaços de um novo sistema de engenharia, incluindo uma nova malha

⁴⁰ "A alocação de recursos do setor público viabilizou a implantação de infra-estrutura (transporte, energia, armazenagem), o que permitiu a expansão da ocupação, anexando novos espaços ao processo produtivo. Utilizou incentivos fiscais e financeiros, atraindo grandes empresas para a região. Definiu novos projetos tecnológicos para terras até então pouco utilizadas e estabeleceu uma ampla e abundante política creditícia, transformando a agricultura regional" (DUARTE, 1989, p. 249).

⁴¹ Segundo Oliveira, (1991, p. 90): "[...] agora não eram atos complementares editados, eram planos de governo, metas, portanto, a serem alcançadas. Agindo assim, o governo militar obedecia à lógica da "ideologia da Escola Superior de Guerra" e, como se sabe, nem sequer perguntou à sociedade civil deste país se era isso mesmo que ela pretendia".

⁴² "As obras de infra-estrutura não foram as únicas responsáveis pela incorporação do Centro-Oeste, pois estradas, embora precárias, já existiam. O que se inaugura, com o Plano de Metas é, fundamentalmente, a articulação dessas infra-estruturas num processo mais arrojado, que envolvia a concepção de um novo padrão de industrialização, elevadas taxas de crescimento econômico, unificação do mercado nacional e o binômio indústria automobilística-rodoviarismo" (GUIMARÃES e CAMPOS LEME, 1998, p. 39).

rodoviária, onde foram pavimentados 3.995 Km (Figura 2), conjugada a um sistema de estradas vicinais e a uma rede de silos e armazéns⁴³ (SILVA, 2003).



O PLADESCO, era parte integrante do PIN e, por sua vez, buscava a “ocupação racional do território”, no sentido de explorar suas supostas potencialidades. Nesse sentido, seguindo as prioridades nacionais contidas no I PND, foram estabelecidas as seguintes metas: incorporação de novas áreas de produção, fixação de populações, desenvolvimento urbano, tecnificação da agropecuária e industrialização da produção. Era composto por 13 Áreas-

⁴³ O PRODOESTE, objetivava, ao mesmo tempo, subsidiar os novos sistemas de atividades agrícolas instalados em subespaços do Centro-Oeste não incluídos na Amazônia Legal.

Programa⁴⁴, entre as quais Cuiabá-Rondonópolis, divididas por sua localização enquanto: áreas de Incentivos e áreas de Exportação, incluindo o escoamento da produção até os portos de Santos e Paranaguá, por meio dos corredores de exportação (Brasil. Ministério do Interior. SUDECO, 1973).

Estes programas objetivaram, sobretudo, prover o território de novos sistemas técnicos, tornando-o mais fluído a serviço dos fluxos emanados pelos atores hegemônicos desde o exterior, promovendo a competitividade e a seletividade territorial. Nesse sentido, os Corredores de Exportação são explicitados por Eliseu Rezende (1973, Apud: LOPES, 2006, p. 41):

O Governo Federal por intermédio do Ministério dos Transportes, estabeleceu o Programa de Corredores de Exportação, que através da melhoria da infra-estrutura viária, desde áreas de produção até certos portos selecionados, visam a redução dos custos de transporte de bens destinados à exportação. O projeto desses corredores procura harmonizar as funções dos diversos modos de transporte, de forma a aumentar o nível geral de produtividade desse sistema, reduzindo, através de economia de escala e de especialização, os custos de serviços de transferência de mercadorias, desde as fontes de produção, até os portos de embarque para o exterior.

Entre as estradas pavimentadas no período pelo PRODOESTE, com influência direta para Rondonópolis, destacam-se as rodovias BR-364 e BR-163. A primeira, pavimentada em 1973, ligando Rondonópolis com Cuiabá, Cáceres, além de Rondônia e Acre a noroeste, e a sudeste com Rio Verde-GO, Triângulo Mineiro e daí para São Paulo. Por sua vez, a BR-163, pavimentada em 1974, interliga Rondonópolis com Campo Grande, ao sul e ao norte com o extremo norte de Mato Grosso, até o entroncamento com a Transamazônica.

A pavimentação destas rodovias foi fundamental para situar Rondonópolis como um importante entroncamento rodoviário no Sudeste Mato-grossense, reforçando sua centralidade funcional, tornando-se um lugar ainda mais atrativo no contexto do avanço da fronteira agrícola intensiva da década de 1970. Esses novos fixos alterariam a dinâmica territorial, acelerando os fluxos e, por

⁴⁴ Além da Área Cuiabá-Rondonópolis, também faziam parte do PLADESCO as seguintes áreas selecionadas: Jiparaná, Aripuanã, Cachimbo, Xingu, Gurupi, Araguaína, Cáceres, Corumbá, Campo Grande-Dourados, CERES-Anápolis, Rio Verde-Itumbiara e Paraná.

consequente, aprofundando a integração do lugar ao mercado nacional. Entretanto, como ressalta Abreu (2001), as novas rodovias, não propiciaram, de imediato, conexões internas regionais, pois eram prioritariamente direcionadas aos interesses do Estado e do capital, vinculados à circulação de mercadorias.

Portanto, a configuração territorial herdada foi adensada através de novas intervenções da esfera estatal, tudo para viabilizar a expansão do novo modelo de acumulação capitalista, na nova fronteira agrícola que se configurava na região. A importância das vias de circulação para colonização e integração do Centro-Oeste ao resto do Brasil é destacada por Cataia (2006, p. 08):

As vias de circulação ou eixos estruturais de penetração no Centro-Oeste traçados pelo governo federal foram primordiais. Como destaca Machado (1995), as frentes pioneiras, depois do golpe militar, deixaram de ser espontâneas vinculando-se a um padrão espacial estreitamente articulado com os sistemas de transporte. Em 1970, apesar das rodovias federais representarem 7,5 % (Geografia do Brasil, 1977) do total regional centro-oestino, elas eram fundamentais pois se constituíam na base do sistema rodoviário regional e também nas artérias de integração com o restante do país.

O processo de transformação do Centro-Oeste brasileiro seria acentuado com a implantação do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento - 1975-1979), sobretudo naqueles subespaços mais receptivos ao novo sistema de ações e objetos vinculados às políticas estatais. Ao mesmo tempo, a refuncionalização desses subespaços resultou de uma definição, à priori, de novas funções que os mesmos deveriam desempenhar daí por diante. Segundo Ianni (1986, p. 69), o modelo de desenvolvimento dependente, adotado pela ditadura militar desde 1964, impunha novas exigências para a agricultura na Amazônia Legal e Centro-Oeste dentro desse novo modelo de acumulação de capital, e dessa forma,

Procurava-se refazer, aprimorar ou “modernizar” a economia primária exportadora, de modo a aumentar a sua capacidade para produzir para os mercados interno e externo. Foi nesse sentido que o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) formulado para 1975-1979, reafirmou a estratégia de desenvolvimento extensivo e intensivo da agricultura e pecuária, para o Brasil, em geral, e para a Amazônia, em especial. A pretexto de efetivar a

“vocação do Brasil” para produzir alimentos para outros países, o II PND definiu uma “estratégia agropecuária” voltada para o desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo no campo. Ao mesmo tempo, reafirmam-se e desenvolvem-se, em termos de favores e incentivos fiscais e creditícios para a empresa privada, as condições de articulação e subordinação da agricultura à indústria.

Na nova dinâmica territorial, derivada do II PND, destaca-se a especialização destas porções do Centro-Oeste na produção de *commodities* destinada ao exterior, e a produção de alimentos e matérias-primas para a indústria nacional. Redwood II e Barreto (1984, p. 448), acrescentam ainda a função de “absorver” e orientar as correntes espaciais da mão-de-obra e a de servir de área alternativa para a descentralização industrial do país”.

Conforme projetado no II PND, o papel da agricultura seria o de assegurar preços baixos para os produtos que predominavam na formação dos preços da mão-de-obra e de geração de divisas mediante a exportação de *commodities*. Conseqüentemente, a agricultura desenvolvida nos cerrados do Centro-Oeste e na Amazônia Legal teria, daí por diante, teria um papel subordinado ao processo de industrialização do Brasil, nucleado em São Paulo e aos interesses do capital transnacional⁴⁵.

Assim, os desenvolvimentos e as transformações econômicas em curso na Amazônia fazem com que a região passe a contribuir, em escala crescente, para a acumulação de capital no Centro-Sul e no exterior. Ao mesmo tempo que produz cada vez mais excedentes para os mercados regional, nacional e exterior, também se torna um mercado cada vez mais atrativo para produtos industriais provenientes do Centro-Sul do país e do exterior. Sitiantes, caboclos, posseiros, colonos e índios, além dos latifundiários, fazendeiros e outros, em diferentes gradações, são incorporados no mercado que o capital industrial faz estender-se e diferenciar-se, continuamente” (IANNI, 1986, p. 73).

Nesse processo de refuncionalização do território regional, são instalados novos fixos, além das rodovias, conforme é o caso daqueles destinados à

⁴⁵ “A agropecuária é uma atividade periférica, subordinada ao complexo financeiro-industrial, e sua modernização visou centralmente ao fortalecimento e expansão do setor bancário, das indústrias de máquinas e insumos modernos, das agroindústrias de processamento e transformação da produção agropecuária” (BRUM, 1988, p. 64).

armazenagem da produção agrícola, uma vez que a infra-estrutura herdada era rarefeita para atender a nova dinâmica territorial inaugurada pelo processo de incorporação capitalista dos cerrados. Além disso, a maioria das unidades se localizava nas áreas urbanas, com exceção de alguns poucos depósitos destinados à pequena produção no campo. Segundo Monteiro (2004), nessa precária rede de armazenagem, a maioria dos armazéns era particular e ligada a usinas de beneficiamento de arroz.

A partir de 1975, através do PRONAZEM (Programa Nacional de Armazenagem), a rede de armazenagem estadual seria reestruturada, com o aumento substancial de sua capacidade estática. Esse processo se deu através da atuação direta do Estado, por meio da implementação e respectiva ampliação da CIBRAZEM (Companhia Brasileira de Armazenagem), bem como da CASEMAT (Companhia de Armazenamento de Mato Grosso), além de incentivos e subsídios para a construção de grandes unidades de capital privado.

Derivado desse novo sistema de ações e objetos, a rede de armazenagem de Rondonópolis cresceu vertiginosamente, aumentando 1.140.880 toneladas em sua capacidade estática em apenas três décadas. Crescimento que se sucedeu de forma concentrada, pois se tomarmos por base os dados de 1985, o número de unidades armazenadoras decresceu (Quadro 3).

Quadro 3 – Número e Capacidade Estática das Unidades Armazenadoras para Grãos em Rondonópolis entre 1975 a 2008.		
Anos	Número	Toneladas
1975	44	4.344
1985	156	35.892
1995	71	114.203
2000	64	690.868
2008	115	1.145.224
Fonte: IBGE, Censos Agropecuários, 1975, 1985 e 1995/6; Anuário Estatístico de Mato Grosso, 2001; CONAB, 2008.		

Este fato está relacionado ao processo de agroindustrialização da soja no município, com sua respectiva lógica de armazenamento, baseada e concentrada em grandes unidades a partir de 1985, denotando uma estratégia de competitividade do circuito espacial de produção da soja. Os maiores armazéns são de propriedades das unidades de esmagamento de soja da Bunge e da

Archer Daniels Midland (ADM). Conforme salientam, Castro e Fonseca (1995, p. 103, 104):

A presença dos grandes grupos esmagadores começa com a instalação de entrepostos de comercialização de grãos que serão trasladados para as fábricas de esmagamento do Sul e/ou negociados no mercado internacional de *commodities*. É somente na década de 80 que o volume (e retornos) das operações comerciais passa a justificar investimentos em infra-estrutura de armazenamento. A localização destes armazéns é estratégica para a indústria não só por uma questão logística de abastecimento, mas porque, em sua ausência, o grão da soja perde as características que o tornam competitivo, em especial o menor teor de umidade (10 contra 16% no Sul do país).

Ainda assim, Rondonópolis possuía um déficit de armazenamento para 744 mil toneladas de grãos, na safra 2005/2006, segundo levantamento divulgado no primeiro Encontro sobre Pós-colheita de Grãos na cidade, realizado pela CONAB em agosto de 2006. Segundo informações da CONAB, além do déficit de armazenagem, outro grave problema que afeta diretamente os produtores rurais é a questão da localização dos depósitos e armazéns para estocar a produção, que em sua maior parte, localizam-se na cidade, longe das propriedades rurais. Além disso, o tipo de depósito contribui para o baixo índice de industrialização dos produtos agrícolas, pois em Rondonópolis, a capacidade estática total da CONAB é de 92.1 mil toneladas (Foto 5). Deste total, 79 mil, ou 85,77%, são destinados a grãos, restando somente 13.1 mil toneladas para mercadorias embaladas. Ainda segundo a CONAB, além de Rondonópolis, Governo Federal possui ainda outros quatro armazéns: em Sorriso, Sinop, Diamantino e Alta Floresta. (<http://www.portaldoagronegocio.com.br>. Acesso em 10/08/2009).

Esse processo de modernização do território⁴⁶ também se evidencia pela internalização do sistema elétrico. Conforme relatam Silva (2003) e Monteiro

⁴⁶ Nesse processo de internalização do meio técnico-científico, Rondonópolis avança também na área de telecomunicações através da instalação da TELEMAT (Telecomunicações de Mato Grosso) em 1976. Em 1979, o município é integrado ao sistema DDD e DDI. Merece atenção ainda, a instalação do quartel do Exército (18º GAC) e de um Batalhão da Polícia Militar com efetivo de 680 soldados em 1975. De forma a acelerar a rapidez dos fluxos deste subespaço foi determinada a construção de um aeroporto de porte médio no município enquanto “fator de integração nacional” e da instalação, no ano seguinte, da Empresa de Transporte Aéreo (TAM) na cidade (TESORO, 1993).

(2004), em Mato Grosso, até meados da década de 1970, a questão energética se constituía em grande entrave para o crescimento industrial, dado ao déficit na oferta e qualidade dos serviços, que, ademais, se constituía na tarifa mais cara do Brasil.

Foto 5 – Vista parcial dos armazéns da CONAB em Rondonópolis



Fonte: www.atribunamt.com.br/wp-content/uploads/2009.

A oferta de energia elétrica em Rondonópolis aumenta a partir de 1975, com a implantação de uma subestação da CEMAT (Centrais Elétricas Mato-grossenses). Trata-se do momento de transição de um sistema isolado para um sistema unificado, substituindo energia térmica (da qual era em grande parte dependente) pela hidroeletricidade.

Nesse processo, Rondonópolis apresenta um extraordinário aumento no consumo de energia elétrica, um crescimento de 6.694,69% em apenas três décadas. O consumo residencial e o comercial, preponderantes até a década de 1980, cedem lugar ao consumo industrial, motivado pelo processo de agroindustrialização da produção agrícola. Por sua vez, o consumo rural que de inexistente no início da década de 1970, passa a responder por 4,44% do consumo total em 2004, evidenciando o processo de modernização dos sistemas de atividades agrícolas no município (Quadro 4).

Fato que se explicita também pelo número de consumidores de energia elétrica de uso rural, que em 2006 já somavam 2.413 consumidores, terceira maior classe de uso, atrás somente do uso residencial (52.433) e do uso comercial (5.443).

Quadro 4 - Consumo de Energia Elétrica (KWh), Segundo as Classes, em Rondonópolis (1971 – 2004)						
	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Outros*	Total
1971	1.365.350	291.880	1.367.350	-	1.707.716	4.732.296
1980	11.310.702	2.207.568	9.202.073	85.460	5.359.867	28.165.670
1989	41.838.870	26.387.727	22.356.229	3.770.097	15.380.042	109.734.065
2000	90.666.833	85.974.897	51.871.546	9.047.892	30.618.268	268.179.436
2004	88.156.906	114.322.803	62.469.958	14.083.842	37.779.275	316.812.784
(*) Poder Público, Iluminação Pública, Serviço Público e Consumo Próprio.						
Fonte: Anuário Estatístico de Mato Grosso: 1971, 1981, 1990, 2001, 2005.						

A energia elétrica, entendida enquanto um dos principais elementos da modernização do território e, portanto, da produtividade espacial (SANTOS, 1996), é ressaltada pelo poder público em suas parcerias com o capital. Assim, vende-se a cidade, vende-se o território, tudo em busca de investimentos, no contexto da “guerra dos lugares” (SANTOS, 2002). Nesse sentido, segundo o Dossiê Rondonópolis, uma publicação conjunta da Prefeitura Municipal de Rondonópolis com a ACIR (Associação Comercial e Industrial de Rondonópolis), (2008, p. 63), Rondonópolis seria uma cidade:

Preparada para receber mais investimentos, a cidade possui quatro subestações de 138 KV e através das ampliações das linhas de transmissão e distribuição, além da manutenção constante do sistema elétrico, o fornecimento de energia da cidade tornou-se eficiente e suficiente para atender toda a demanda. Além disso, na região sul existem sete subestações de 138 KV, quatro usinas hidrelétricas e mais de 12 mil quilômetros de linhas de distribuição. O sul do Estado (sic), onde está localizada Rondonópolis, consome mensalmente mais de 50 milhões KW/h. Ainda assim, há energia disponível para atender novos investidores e moradores.

Esse processo de renovação da materialidade do território, com o aprofundamento de formas capitalistas de produção, foi acompanhado pela expansão do capital financeiro para a região. Com efeito, verifica-se um

acentuado processo de creditização do território⁴⁷ por meio da instalação de várias agências bancárias em Rondonópolis, no período. Em 1964 foi instalada uma agência do Banco do Brasil, facilitando a concessão de empréstimos (SUZUKI, 1996), fato potencializado, mais tarde, pelo ingresso do município na Amazônia Legal em 1972⁴⁸. Em 1975 é instalada uma agência do BEMAT (Banco do Estado do Mato Grosso) quando o município passa a contar com sete estabelecimentos bancários, número que foi ampliado para 18 agências nas últimas décadas, das quais, oito são públicas (Quadro 5).

Quadro 5 – Agências Bancárias existentes em Rondonópolis - 2009	
Instituições	Número
Banco Bradesco	02
Banco da Amazônia	01
Banco do Brasil S.A	05
Banco HSBC	01
Banco Itaú	02
Banco Real	01
Banco Santander	01
Banco Sicredi Sul	02
Banco Unibanco	01
Caixa Econômica Federal	02
TOTAL	18
Fonte: Trabalho de campo em dezembro de 2008; organizado por Sergio Negri.	

A educação superior no município também foi contemplada, com a criação do Campus Universitário de Rondonópolis (CUR) em 1976, mas sua autorização, pela Lei Estadual nº 3.575, data de 1974 denominado, então, como Centro Pedagógico de Rondonópolis (CPR). O Centro inicia suas atividades oferecendo apenas dois cursos: Ciências e Estudos Sociais, na forma de Licenciatura Curta.

A federalização do Campus resultou do processo de divisão do estado de Mato Grosso em 1977. Nesse processo, o Centro Pedagógico de Rondonópolis

⁴⁷ Segundo Santos (1996, p. 144), “Como consequência das novas condições trazidas pelo uso da ciência e da técnica na transformação do território, há uma maior expressão do assalariado em formas diversas (segundo as regiões) e uma necessidade maior de capital adiantado, o que vai explicar a enorme expansão do sistema bancário, de tal forma que poderíamos falar de uma creditização do território, dando uma nova qualidade ao espaço e à rede urbana”.

⁴⁸ Após a divisão do estado de Mato Grosso, (lei de 1977, implantada em 1979), todo o território do novo estado (Mato Grosso), passou a integrar a Amazônia Legal. Até então, somente sua porção ao norte do paralelo 16°S fazia parte da Amazônia Legal. Com isso, o Sudeste Matogrossense e, particularmente, Rondonópolis, passou a ter acesso oficial aos recursos, subsídios e incentivos fiscais da SUDAM, através do Banco do Brasil e do Banco da Amazônia (BASA).

seria integrado oficialmente à estrutura da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) no mês de janeiro de 1980. No ano subsequente já eram ofertados três novos cursos: Letras, Ciências contábeis e Pedagogia; muito embora, somente em 1983 o CPR teria sede própria. Atualmente o CUR conta com 15 cursos de graduação (Foto 6 e Quadro 6).

Foto 6 – UFMT – Vista parcial do Campus Universitário de Rondonópolis



Fonte: www.atribunamt.com.br/wp-content/uploads/2009.

Como se observa, na política de expansão do Campus de Rondonópolis a partir de 2000 são instalados cursos, sobretudo de bacharelados, muito ligados à nova dinâmica territorial derivada da modernização dos sistemas de atividades agrícolas (Zootecnia, Engenharia Agrícola e Ambiental, Engenharia Mecânica). Nesse escopo, foi criado o curso de Zootecnia “[...] com o intuito de formar técnicos de nível superior capacitados para atuar junto aos sistemas produtivos, à pesquisa, ensino e extensão zootécnica, visando ao aumento da produtividade animal da mesorregião” (PROJETO DE CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS (UFR), 2008, p. 19).

Quadro 6 - Cursos de Graduação regulares existentes no CUR e respectivos anos de criação	
Cursos	Ano de Criação
Bacharelado em Ciências Contábeis	1981
Licenciatura em Pedagogia	1981
Licenciatura em Letras, habilitação em Língua Portuguesa	1981
Licenciatura em Geografia	1986
Licenciatura em História	1986
Licenciatura em Matemática	1988
Licenciatura em Biologia	1988
Biblioteconomia	2000
Licenciatura em Informática	2000
Zootecnia	2002
Psicologia	2003
Licenciatura em Letras, habilitação em Língua Inglesa	2006
Bacharelado em Enfermagem	2006
Engenharia Agrícola e Ambiental	2006
Engenharia Mecânica	2006
Fonte: Projeto de Criação e Implantação da Universidade Federal de Rondonópolis -UFR, 2008. Organizado por Sergio Negri, 2009.	

Nessa mesma perspectiva, atribuindo às instituições de ensino superior o papel de coadjuvante no processo de reprodução do capital nos principais circuitos espaciais de produção (soja, algodão e pecuária bovina) e de qualificação de profissionais para o mundo do trabalho⁴⁹ (CATANI , et al, 2001), se insere o trecho a seguir, retirado do Dossiê Rondonópolis (2008, p. 63):

As instituições de ensino públicas e privadas acompanham o desenvolvimento da cidade e respondem à demanda por capacitação profissional, ampliando a oferta de cursos de graduação e pós-graduação. Cursos voltados para diversas áreas de especialização como Engenharia Mecânica e Civil, agora podem ser encontrados nas faculdades e universidades da cidade, tornando maior o acesso da população ao mercado de trabalho.

⁴⁹ Esse novo mercado, inaugurado pelo aprofundamento do projeto neoliberal a partir da década de 1990, acaba por alterar o projeto de formação educacional das Instituições. Nesse contexto, com o discurso de formar mão-de-obra qualificada e garantir a competitividade e a eficiência o saber é fragmentado e dividido por regiões. São criados novos cursos especializados de acordo com as chamadas “vocações regionais”. As diferentes concentrações regionais geradas pelo capital e pela política, propiciam diferentes concentrações de cursos de acordo especialidade regional. A divisão social do trabalho contribui direta ou indiretamente para a qualidade e quantidade de cursos superiores a serem instalados. A opção por um ou outro curso é social e econômica de acordo com a região (SANTOS e SILVEIRA, 2000).

Ao que se vislumbra, o ambiente universitário se encaminha a passos largos para se tornar um “viveiro” para formação e mão-de-obra. Trata-se, portanto, de uma visão utilitarista e pragmática decorrente das políticas oficiais das últimas décadas, onde a universidade deve se ajustar ao mercado, agora tornado global, graças aos avanços da ciência e da técnica (SANTOS, 2004). Nesse processo, a função social da educação vai se estreitando, se reduzindo paulatinamente ao treinamento de mão-de-obra capacitada para o novo mundo do trabalho.

Todo esse processo de renovação da materialidade do território em Rondonópolis, com a territorialização de novos elementos técnico-científicos e organizacionais, deve ser analisado enquanto “[...] resultado e condição, ao mesmo tempo, dos processos econômicos e sociais em curso” (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 55). Trata-se de um novo sistema de ações e objetos carregado de ciência, tecnologia e uso intensivo de capital que, uma vez internalizado, intensificou a divisão social e territorial do trabalho resultando, também, numa especialização crescente da produção agrícola, alterando a dinâmica territorial e as funções historicamente exercidas por este subespaço.

Dessa forma, se verifica que “O espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoados por um sistema de ações igualmente imbuídas de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos, ao lugar e a seus habitantes” (SANTOS, 1996, p. 90).

Nesse sentido, entende-se que “Num mundo dominado pela ciência e pela técnica, a lei do novo é a lei de fora” (SANTOS, 1979, p. 153), uma vez a nova materialidade do território derivou de parâmetros exógenos à região, num processo incentivado e subsidiado pelo Estado, associado aos interesses da burguesia nacional e ao capital transnacional, tudo para viabilizar uma nova dinâmica de acumulação do modo capitalista de produção sob a égide da globalização.

2.2 – O papel do POLOCENTRO na incorporação capitalista do cerrado

No âmbito dos programas para a renovação da materialidade do território e incorporação do cerrado à nova dinâmica da acumulação capitalista internacional, o POLOCENTRO é considerado o mais importante (DUARTE, 1989; ABREU, 2001).

Implantado em 1975, era parte integrante do II PND⁵⁰, vigente entre 1975 e 1979, tinha como objetivo o “[...] desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias da região Centro-Oeste e do oeste do estado de Minas Gerais, mediante a ocupação racional de áreas com características de cerrados e seu aproveitamento em escala empresarial” (MUELLER, 1990, p.53).

Nesse propósito, foram selecionadas 13 áreas - três no oeste de Minas Gerais e 10 nos estados da Região Centro-Oeste: cinco em Goiás (Gurupi⁵¹, Pirineus, Paranã, Piranhas e Rio Verde); dois em Mato Grosso do Sul (Bodoquena e Campo Grande-Três Lagoas); e três em Mato Grosso (Parecis, Xavantina e Cuiabá-Rondonópolis) (Figura 3).

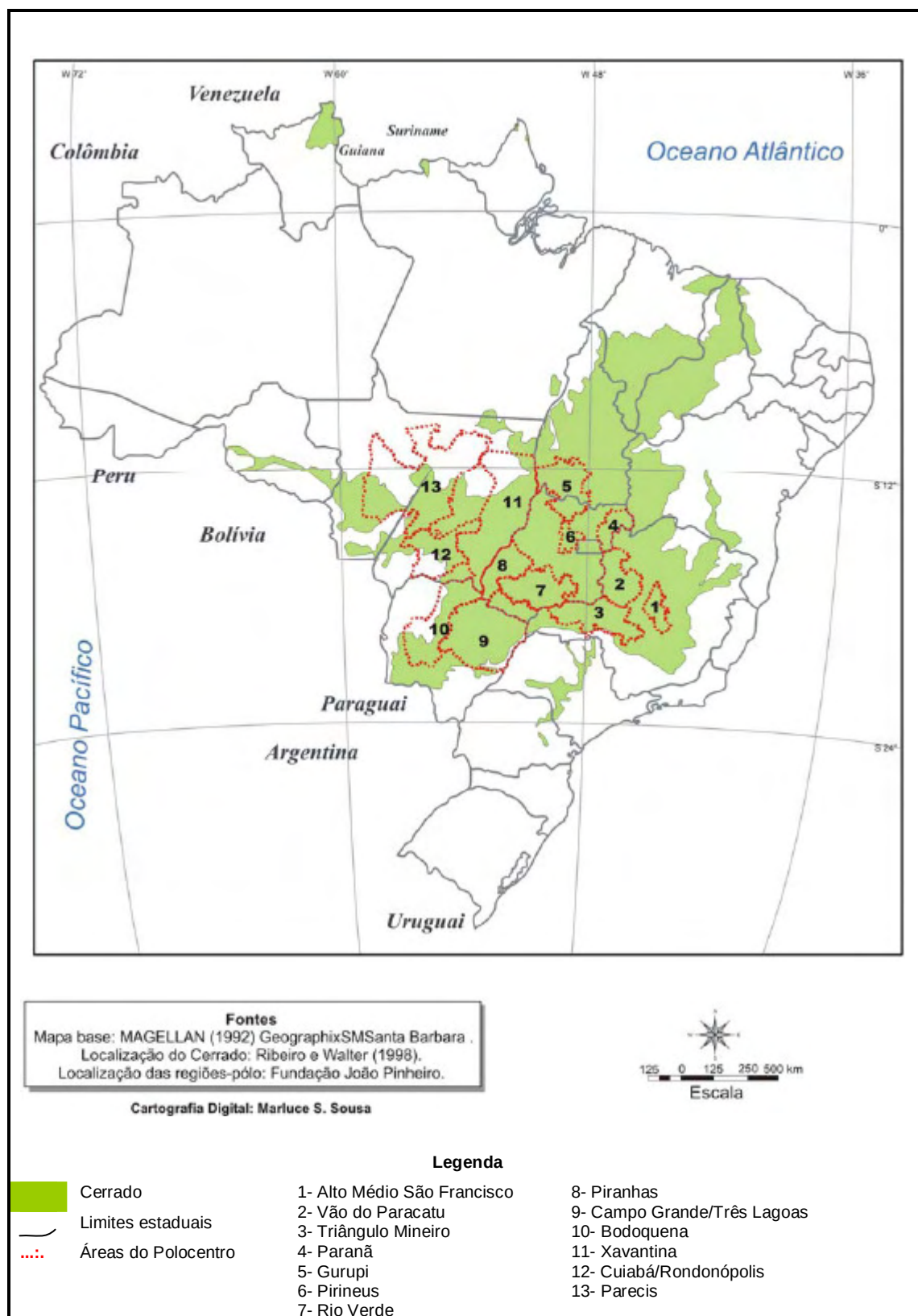
O POLOCENTRO buscava a incorporação produtiva de 3,7 milhões de hectares de cerrado, destes: 1.800.000 com lavouras, 1.200.000 com pastagens e 700.000 com reflorestamento.

Os recursos deste programa destinavam-se à pesquisa, experimentação agropecuária e extensão rural, reflorestamento, assistência técnica e crédito rural orientado, além de implantar e/ou fortalecer a tecnificação e mecanização do território: rodovias, estradas vicinais, eletrificação rural, armazenagem e comercialização. (BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1982)

⁵⁰ Além do POLOCENTRO, o II PND contemplou, para a região Centro-Oeste: o PRODEPAN (Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal); o PRODEGRAN (Programa Especial da Região da Grande Dourados); o GEOECONÔMICA (Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília), além do POLAMAZÔNIA (Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia).

⁵¹ Atualmente pertencente ao estado de Tocantins.

Figura 3 – Brasil: localização do Cerrado e das áreas do POLOCENTRO



Fonte: Adaptado de PEIXINHO (2006, p. 60). Organizado por Sergio Negri, 2009.

A seletividade sócio-espacial na distribuição dos recursos foi a principal característica do POLOCENTRO, entre os beneficiários, 58% controlavam estabelecimentos maiores de 500 hectares, que absorveram 76,5% do crédito. Por outro lado, os pequenos estabelecimentos, de até 100 hectares, somavam 2,2% e absorveram somente 0,3% destes recursos (SILVA, 1985).

Ademais, inversamente ao previsto pelo Programa, a pecuária foi responsável por 70% do total incorporado entre 1975 e 1980, as lavouras participaram com 23% e o reflorestamento com 7%, beneficiando largamente os pecuaristas tradicionais do cerrado. Verifica-se, que dos 2,06 milhões de hectares incorporados no período, somente Mato Grosso apresentou participação maior das lavouras em detrimento das pastagens: 51,58% contra 45,79%, respectivamente. Nos demais, as pastagens plantadas foi a principal forma de incorporação da área cultivada, com destaque para Mato Grosso do Sul, onde aquelas representaram 84,83% da área incorporada pelo POLOCENTRO.

No caso das lavouras, a soja foi a que contribuiu de forma mais significativa para as transformações no uso do território no cerrado durante o POLOCENTRO. Sua área colhida passou de 81.719 hectares em 1975, para 519.579 em 1980. Por outro lado, as culturas tradicionais, como o milho e feijão, não obtiveram crescimento significativo em nenhuma das áreas do programa. Como se pode verificar, houve dupla inversão do uso que se pretendia dar às áreas incorporadas: a área de pastagens suplantou àquelas inicialmente destinadas a lavouras, e dentre estas, a soja expandiu-se em detrimento das culturas tradicionais.

2.2.1 – Especificidades do Pólo Cuiabá/Rondonópolis

No território brasileiro, esse Programa abrangeu 202 municípios, englobando uma população de 4.193.000 habitantes. Somente em Mato Grosso, 58 municípios eram integrantes do POLOCENTRO, dos quais 30 municípios em sua porção norte, atual Mato Grosso, envolvendo 720.568 habitantes segundo o Censo Demográfico de 1980 (ABREU, 2001). No atual estado de Mato Grosso,

Parecis e de Xavantina foram contempladas de forma desigual, em conformidade com a nova configuração territorial desenhada pelo POLOCENTRO no estado.

O Pólo Parecis, implantado em uma área de 200 Km ao longo da rodovia BR-364, na Chapada dos Parecis, abrangia 35.500 Km² englobando seis municípios⁵² e 87.280 habitantes em 1975. Foi o Pólo mais contemplado com a construção de armazéns e silos, com a adição de 52.200 toneladas, 56,5% do total adicionado no estado, de forma a antecipar a produção, planejada através da expansão do cultivo do arroz de sequeiro. Uma unidade de pesquisa da EMBRAPA chegou a ser planejada, embora não efetivada nesse Pólo. Estradas vicinais foram construídas, e rodovias federais e estaduais melhoradas para ampliar os fluxos, sobretudo, acesso às jazidas de calcário; o setor elétrico, foi expandido com 201 quilômetros de linhas de transmissão, 52,2% do total.

Por sua vez, o pólo Xavantina abrangia 14 municípios⁵³, totalizando 160.100 Km² numa área com 173.153 habitantes. Um dos objetivos principais nesse Pólo, era o de fazer expandir a rizicultura irrigada. Para isso foi contemplado com infra-estrutura de transportes - 417 quilômetros de estradas vicinais, pontes e pontilhões, além de balsas, representando 62,1% do total estadual. Além disso, recebeu duas subestações elétricas, uma em Nova Xavantina (10 Kwh) e outra em Barra do Garças (13,8 Kwh). Também foi contemplado com uma usina termoeletrica com capacidade de 2.130 Kwh. Também, para a consecução dos objetivos propostos, foi instalado um centro de pesquisa em parceria com a SUDECO para ser administrado pela EMBRAPA.

O pólo Cuiabá/Rondonópolis (Figura 4), envolvia 10 municípios⁵⁴, numa área de 64.500 Km², abrangendo 460.100 habitantes e foi integrado ao POLOCENTRO somente em 1979, após a divisão do estado e foi considerada como “área especial” Recebeu poucos recursos para infra-estrutura, pois já apresentava uma configuração territorial relativamente mais densa, advinda do PRODOESTE e PLADESCO. Aqui a maior contribuição do programa residiu no

⁵² Alto Paraguai, Diamantino, Nobres, Rio Claro, Rosário D'Oeste e Sinop.

⁵³ Barra do Garças, Canarana, Água Boa, Alto Araguaia, Alto Garças, Araguaína, General Carneiro, Guiratinga, Ponte Branca, Poxoréu, São Félix do Araguaia, Tesouro, Torixoréu e Nova Xavantina.

⁵⁴ Acorizal, Barão do Melgaço, Cuiabá, Dom Aquino, Jaciara, Juscimeira, Nossa Senhora do Livramento, Rondonópolis, Santo Antônio do Leverger e Várzea Grande.

crédito rural subsidiado e nos investimentos em pesquisa e assistência técnica visando à consolidação da vocação agropastoril regional. Nesse sentido, foram incentivados os cultivos do arroz, milho e algodão, em escala comercial nas terras de cerrado, e também a modernização da pecuária, através de pastagens plantadas, visando reafirmar esse subespaço enquanto grande pólo de cria, recria e engorda de bovinos.

FIGURA 4 – POLOCENTRO: Área Programa Cuiabá/Rondonópolis



Fonte: ABREU (2001, p. 168)

Abreu (2001, p. 167), ressalta essa característica do pólo Cuiabá/Rondonópolis:

Essa foi uma área-programa criada dentro do POLOCENTRO para permitir acesso aos créditos fornecidos pela sua linha de financiamento, haja vista que boa parte dos municípios envolvidos já eram beneficiados com as infra-estruturas fomentadas pelas outras áreas-programa do Programa, ou mesmo de outros Programas da SUDECO.

Essa importância do POLOCENTRO para Rondonópolis, é corroborada por Tarsitano (1991), que analisando o investimento de capital na agricultura de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, observa que entre 1975 e 1980, período de maior atuação do programa, a microrregião de Rondonópolis apresentou o maior crescimento - 174% no volume de crédito investido por estabelecimento agropecuário, em mil hectares de área explorada. Os financiamentos e os investimentos em ciência e tecnologia foram fundamentais para pioneirismo do município no processo de incorporação capitalista das terras de cerrado e modernização dos sistemas de atividades agrícolas em Mato Grosso⁵⁵.

Esse processo de vanguarda na experimentação de variedades de soja adaptadas às condições do cerrado em Rondonópolis, sob os auspícios do POLOCENTRO é destacado por SILVA (2003, p. 70),

[...] em 1976/77, a EMBRAPA, EMATER-MT, CODEAGRI (Companhia de Desenvolvimento Agrícola de Mato Grosso), Centro de Pesquisa do Cerrado (CPAC) e SAGRI-MT iniciaram pesquisas em campo experimentais de soja com apoio do POLOCENTRO, no Sudeste mato-grossense. No município de Rondonópolis, realizaram-se os primeiros trabalhos com a montagem de unidades experimentais, como o da Fazenda Ouro Verde

⁵⁵ “A implantação do POLOCENTRO beneficiando, inicialmente, a área de Rondonópolis, orientou o plantio da soja, com grande sucesso de produção. Houve expansão na área da cultura, que atingiu os municípios vizinhos, chegando às margens do Araguaia. Em 1984 esta subárea produziu 501.289 toneladas, representavam 47,74% da produção de soja do Estado de Mato Grosso” (DUARTE, 1989, p. 257).

O POLOCENTRO contribuiu para a rápida incorporação das terras de cerrado em Rondonópolis, processo acompanhado pela internalização de um pacote técnico-produtivo (tratores, máquinas agrícolas, agrotóxicos, adubos químicos, sementes melhoradas, etc.) proibitivo para a maioria dos agricultores, pequenos proprietários, excluídos do processo e, por conseguinte, a possibilidade do cultivo de gêneros tradicionais (arroz, feijão, milho, mandioca).

Com efeito, o novo sistema de atividades agrícolas potencializado pelo POLOCENTRO, nasce desigual, pouco diversificado e vinculado a produtos exportáveis. A modernização agrícola se restringiu às médias e grandes propriedades, uma vez que foi direcionada ao produtor-empresário. Assim, o novo sistema de atividades agrícolas - muito exigente de capital e tecnologia – alijou os pequenos produtores do processo, pois o SNCR, conforme Delgado (1985) e Martine e Beskow (1987), continha exigências impraticáveis para os mesmos. Esse processo, discricionário e conservador, é descrito por Negri (2001, p. 76).

O crédito subsidiado e orientado, do SNCR, tornava obrigatório a aquisição de insumos e a assistência técnica por parte do produtor que desejasse acesso aos recursos. Como a quantidade de crédito relaciona-se com o tamanho da propriedade, a tecnologia disponibilizada pelas grandes empresas será viabilizada pelos subsídios do crédito rural aos grandes proprietários, que desde o final da década de 1960, tiveram o acesso facilitado para todas as fases da produção agrícola (investimento, custeio e comercialização). Assim, a política agrícola que induziu o processo de modernização e propiciou a mudança da base técnica foi seletiva e não alterou a estrutura agrária vigente no campo.

Esse projeto, forjado pelas ações políticas do Estado, através dos mecanismos já salientados (recursos públicos subsidiados, isenções fiscais e transferência de tecnologia), se fez acompanhar por um discurso ideológico, a Psicoesfera que antecedeu e justificou a nova Tecnoesfera (SANTOS, 1996, 2002), que se instalava.

Nesse sentido, merece destaque a entrevista, citada por Sorj (1980), do então Ministro do Planejamento da ditadura militar, Reis Veloso, ao Jornal do Brasil, em 14 de abril de 1975 (Apud: PEIXINHO, 1998, p. 34):

[...] os cerrados não gostam de agricultura tradicional e sim de agricultura empresarial, com inteligência. Gosta de fertilizantes, de tecnologias avançadas e de mecanização. É uma oportunidade que se tem de modificar a estrutura da exploração agrícola no Brasil. Evidentemente, se o POLOCENTRO poderá trazer um aumento da produção agrícola, os lucros dos empreendimentos ficarão nas mãos de poucos empresários com condições de desenvolver uma agropecuária mecanizada e moderna

Esse tipo idealizado e requisitado pelo Estado enquanto produtor para a área de cerrados, a partir de meados da década de 1970, foi corporificado pelo migrante sulista capitalizado - em sua maioria proveniente dos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo - que se instalou em Rondonópolis e região.

Nessa nova dinâmica de intervenção estatal, aonde, segundo Santos (1979), o próprio espaço se constitui enquanto objeto da política econômica e onde os grandes investimentos alteram as condições de ocupação no território, a organização espacial regional pretérita é eficazmente reordenada viabilizando o agronegócio globalizado.

CAPÍTULO III

MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL E REORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DO TERRITÓRIO EM RONDONÓPOLIS

3.1 – O processo de modernização da agricultura no contexto do agronegócio globalizado

Os primórdios do processo de modernização da base técnica dos sistemas de atividades agrícolas em Rondonópolis, já podiam ser identificados desde o final da década de 1960, com as primeiras tentativas de cultivo nas terras de cerrado. Conforme relatam Keller e Magnanini (1977), essas ações se pautaram no cultivo do algodão, arroz e nas pastagens plantadas.

Entretanto, é a partir da década de 1970, com a efetiva incorporação e ocupação capitalista do cerrado, que o processo de modernização do sistema de atividades agrícolas se efetiva plenamente, conforme Cataia (2006, p. 07).

A fraqueza de *rugosidades* (Santos, 1994) e a força do Estado com políticas de financiamento e créditos subsidiados na frente pioneira da região Centro-Oeste serviram como poderosos estímulos à implantação da agricultura comercial, com destaque para as *commodities* agrícolas. É nesse contexto do pós-guerra, mas mais especificamente a partir dos anos 1970, que o capital nacional e transnacional “coloniza” o Centro-Oeste brasileiro.

Esse processo de modernização do sistema de atividades agrícolas foi viabilizado por meio de um adensamento técnico-científico-informacional, renovando a materialidade do território. De um lado, através das transformações na composição técnica, com a instalação de novos fixos (estradas, armazéns, eletricidade, etc.); de outro, mudanças na composição orgânica do território, pela modernização da base técnica (inovações químicas-mecânicas, biotecnologia, gestão informatizada, etc.) (SANTOS, 1996). Nesse sentido, é que Santos e Silveira (2001, p. 118), consideram que:

Inovações técnicas e organizacionais na agricultura concorrem para criar um novo uso do tempo e um novo uso da terra. O aproveitamento de momentos vagos no calendário agrícola ou o encurtamento dos ciclos vegetais, a velocidade da circulação de produtos e de informações, a disponibilidade de crédito e a preeminência dada à exportação constituem, certamente, dados que vão permitir reinventar a natureza, modificando solo, criando sementes e até buscando, embora pontualmente impor leis ao clima. Eis o novo uso agrícola do território no período técnico-científico-informacional.

A partir de 1970, Rondonópolis apresentou grandes alterações na composição orgânica de seu território, revolucionando a base técnica do sistema de atividades agrícolas, processo evidenciado pela internalização do pacote tecnológico da “Revolução Verde⁵⁶”, entre outros, pelo acentuado aumento do número de tratores e do uso de inovações químicas e biológicas.

3.1.1 – Inovações técnico-científicas

Segundo Bernardes (2003), o elevado nível técnico dos sistemas de atividades agrícolas em Mato Grosso, com grande destaque para o sistema produtivo da soja - e responsável pelo alto índice de produtividade desta *commodity* - está assentado em um padrão químico-mecânico exógeno (europeu e americano) e num padrão biológico nacional, responsável pelo desenvolvimento de cultivares adaptados às variações edafo-climáticas dos subespaços Mato-grossenses onde a soja é cultivada.

Na perspectiva da modernização da base técnica dos sistemas de atividades agrícolas, Brum (1988, p. 60), considera que [...] modernização da agricultura é o processo de mecanização e tecnificação da lavoura. Neste sentido, o grau de modernização avalia-se pelo índice de máquinas, equipamentos, implementos e insumos modernos utilizados”. Na concepção de Graziano da Silva (1985, p. 31), a análise das inovações técnico-científicas na agricultura deve contemplar concomitantemente:

a) inovações mecânicas, que afetam de modo particular a intensidade e o ritmo da jornada de trabalho; **b) inovações físico-químicas** que modificam as condições naturais do solo, elevando a produtividade do trabalho aplicado a esse meio de produção básico e reduzindo as “perdas naturais” do processo produtivo; **c) inovações biológicas**, que afetam principalmente a velocidade de rotação do capital adiantado no processo produtivo, através da

⁵⁶ Trata-se da internacionalização de um pacote tecnológico de origem americana, em meados da década de 1960, popularmente chamado de Revolução Verde. Segundo Martine e Beskow (1987, p. 20): “[...] Em essência, esse pacote prometia a elevação da produtividade média através de sementes melhoradas ou de “alto rendimento”; o aproveitamento efetivo dessas sementes, porém, era condicionado ao uso integrado de máquinas e de insumos químicos”.

redução do período de produção e potencialização dos efeitos das inovações mecânicas e físico-químicas. (Negritos meus).

Esse tripé químico-mecânico e biológico, de forma articulada, propicia o aumento da produtividade do trabalho, a superação das barreiras naturais, potencializando a velocidade do capital, de forma que o espaço se apresenta com a fluidez demandada pela produção de grãos, sobretudo, a soja (SILVA, 2003).

3.1.1.1 – Tratores

Graziano Neto (1985, p. 28), considera que o uso de tratores na agricultura se constitui como um dos melhores indicadores para a análise da modernização da base técnica dos sistemas de atividades agrícolas, uma vez que esse uso “[...] é que viabiliza a utilização de vários implementos (arados, grades, pulverizadores, etc.), além de que a mecanização, de alguma forma, impulsiona ou provoca a utilização de grande parte da tecnologia moderna”.

Em Rondonópolis foi rápido e bastante intenso, o processo de tecnificação da produção agrícola, fazendo aprofundar a relação entre a população rural e o número de tratores. Desta forma, enquanto em 1970 havia um trator para cada 596,6 habitantes da zona rural, em 2006/2007 a relação era de um trator para apenas 10,09 habitantes. No mesmo período, em Mato Grosso, a relação passou de um trator para 1.521,5 habitantes em 1970, para um trator para 13,50 habitantes rurais em 2006/2007 (Tabela 1).

Tabela 1 - Número de tratores em Rondonópolis e no estado de Mato Grosso. 1970 – 2006.

Anos	Rondonópolis	Mato Grosso
1970	62	600
1980	576	11.156
1985	784	19.534
1996	798	32.713
2006	774	40.657

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1970, 1980, 1985, 1995/96 e 2006

O processo intensivo de mecanização em Rondonópolis e em Mato Grosso, como de resto, em grande parte das áreas de cerrado do Centro-Oeste, contribuiu para a alteração na distribuição espacial desses objetos técnicos no Brasil, desde 1970. Anunciam-se, assim, novas complementaridades regionais, derivadas da internalização do meio técnico-científico-informacional nas áreas de cerrado, processo acompanhado, tendencialmente, por especializações territoriais produtivas.

Muito embora o número de tratores tenha apresentado crescimento em todas as regiões brasileiras, verifica-se que houve uma grande variação entre as mesmas, entre 1970 e 1995. Proporcionalmente, nesse período, a região Centro-Oeste apresentou o segundo maior crescimento do número de tratores, com 1.115%. O maior crescimento foi apresentado pela região Norte, com um aumento de 1.562%; na sequência o Nordeste, com 762%, seguido pelo Sul, com 518%, e, finalmente, a região Sudeste, com 335%.

Segundo Peixinho (2006, p. 66), a região Sudeste que, até a década de setenta, detinha a maior frota de tratores, foi a que apresentou o pior desempenho entre 1970 e 1995 abaixo, inclusive, da média nacional de 482%, no período. Esses dados “[...] mostram um claro redirecionamento da espacialização da agricultura mecanizada no território nacional, que se consolidou na região Centro-Oeste e está se expandindo para as regiões Nordeste e Norte”.

Nos anos mais recentes, entre 1996 e 2008, verifica-se proporcionalmente, o aprofundamento da mecanização agrícola na região Sul, com 503,96% de crescimento, ao mesmo tempo, a consolidação do Centro-Oeste nesse processo, com 372,04%.

Paralelamente, a região Norte vai mantendo o dinamismo, com crescimento de 351,74%, enquanto a região Sudeste, apesar de ainda manter a maior frota nacional de tratores também, no período recente, apresentou um desempenho menor que a média nacional, 271,20%, contra 321,86%.

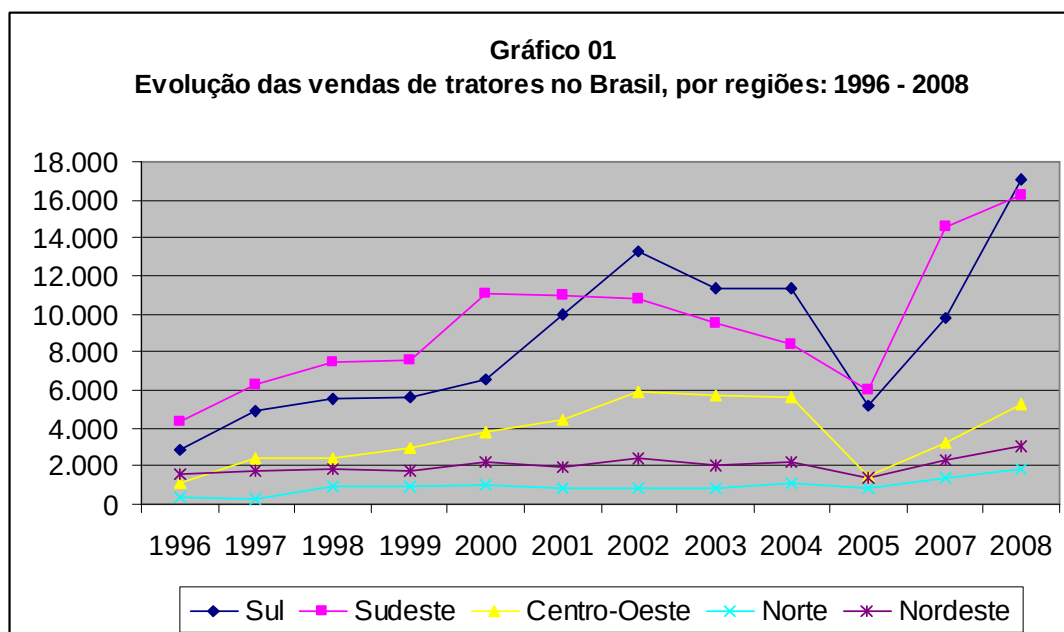
Por último, o Nordeste apresentou somente 92,64% de crescimento no período, apesar do grande dinamismo das áreas de cerrado incorporadas pela soja cultura ao sul do Piauí e Maranhão e no oeste da Bahia (Tabela 2 e Gráfico 1).

Tabela 2 - Evolução das vendas de tratores no Brasil, por região, entre 1996 e 2008

Ano	Sul	Sudeste	Centro-Oeste	Norte	Nordeste	Total
1996	2.827	4.369	1.116	402	1.577	10.291
1997	4.872	6.300	2.363	323	1.793	15.651
1998	5.541	7.475	2.422	903	1.817	18.158
1999	5.648	7.612	2.913	892	1.723	18.788
2000	6.517	11.071	3.817	981	2.205	24.591
2001	9.972	11.005	4.458	834	1.934	28.203
2002	13.331	10.764	5.924	843	2.355	33.217
2003	11.368	9.535	5.693	845	2.035	29.476
2004	11.373	8.432	5.675	1.076	2.247	28.803
2005	5.147	5.957	1.437	803	1.385	14.729
2006	-	-	-	-	-	-
2007	9.818	14.599	3.238	1.364	2.281	31.300
2008	17.074	16.218	5.268	1.816	3.038	43.414

Fonte: Anuário Estatístico da ANFAVEA, 2009.

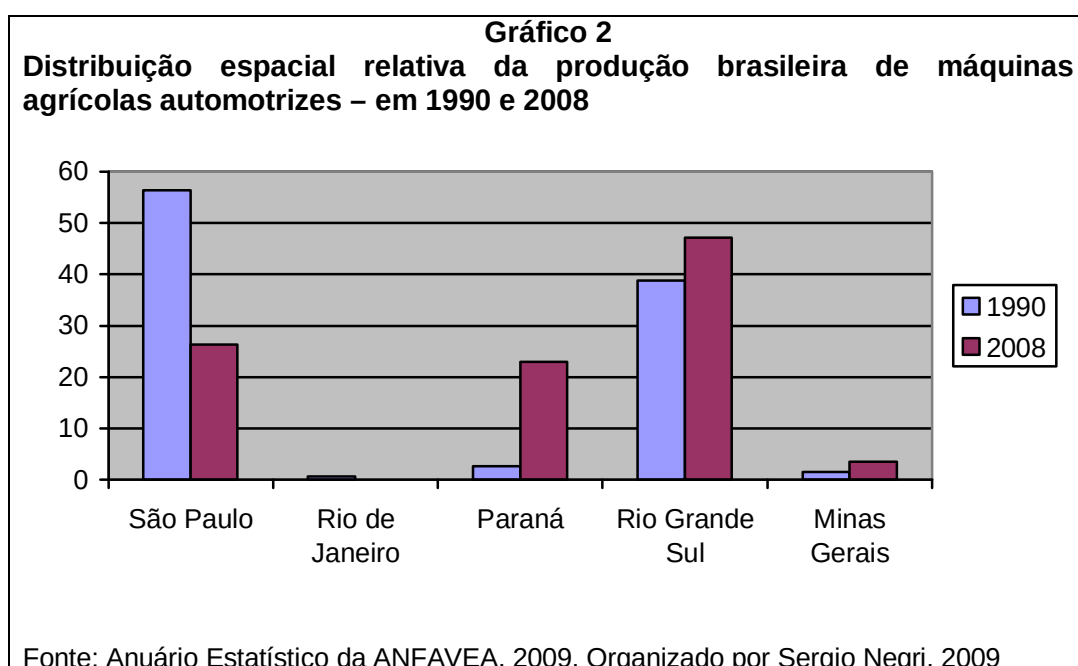
O estado de Mato Grosso, entre 2007 e 2008, apresentou um crescimento de 61,34% no número de tratores adquiridos, passando 1.252 para 2.020, número que representava 38,34% da frota de tratores vendida na região Centro-Oeste em 2008 (ANFAVEA, 2009).



Fonte: Anuário Estatístico da ANFAVEA, 2009. Organizado por Sergio Negri, 2009

No tocante a produção de tratores e máquinas agrícolas no Brasil, verifica-se que a totalidade produzida se localiza na Região Concentrada do país. Entretanto, sua distribuição espacial relativa por entre os estados apresentou grandes e significativas mudanças nos anos recentes.

O estado de São Paulo que se apresentava como maior produtor nacional de máquinas agrícolas automotrizes em 1990, com uma produção de 18.676 unidades, ou 56,4% do total, caiu para a segunda colocação, passando a representar 26,4%, embora sua produção tenha sido aumentada para 22.437 unidades em 2008. Por sua vez, o estado do Rio Grande do Sul, que com uma produção de 12.848 unidades ou 38,8%, já figurava como segundo maior estado produtor em 1990, teve sua produção aumentada para 40.031 em 2008, tornando-se o estado maior produtor nacional de máquinas, com 47,1% do total. De outro lado, o estado do Paraná apresentou o maior crescimento relativo do período, passando de apenas 2,7% da produção brasileira de máquinas agrícolas automotrizes em 1990, para 23,0% em 2008. O estado de Minas Gerais apresentou um pequeno crescimento no período em questão, passando de 1,5% em 1990 para 3,5% em 2008. Finalmente o Rio de Janeiro que produzia 0,6% em 1990, deixou de produzir em 2008 (Gráfico 2).



3.1.1.2 – Fertilizantes

No processo de modernização do sistema de atividades agrícolas, o uso de fertilizantes e de agrotóxicos agrícolas também foi intensificado e seu consumo massificado entre os produtores rurais. Trata-se de uma variável importante, pois maximiza a produtividade do trabalho, nesse sentido, os fertilizantes são usados para suprir as demandas nutricionais de determinada cultura explorada, enquanto os agrotóxicos combatem as “pragas”, ou seja, animais e/ou vegetais que tentam competir com a homogeneização do ambiente, provocada com as monoculturas praticadas em grande escala (PEIXINHO, 2006).

No Brasil, o consumo de fertilizantes saltou de 1.000.000 de toneladas no início da década de 1970, para 7.682.000 toneladas em 2002. Deste total consumido pela agricultura brasileira em 2002, 5.165.000 toneladas, ou seja, 67,23% são provenientes de importação, pois o país ainda é muito dependente de outros países para suprir suas necessidades⁵⁷, sobretudo dos macro-nutrientes compostos de nitrogênio, fósforo e potássio (NPK) (PEIXINHO, 2006).

O estado de Mato Grosso apresentou uma dinâmica relativamente maior que a média nacional no aumento do uso de fertilizantes, passando de 423,8 mil toneladas de produto em 1987 para 3,2 milhões de toneladas em 2002, com taxa de crescimento anual de 14,26% ao ano, no período, contra uma taxa média de 5,3% ao ano observado para o país (VEGRO e FERREIRA, 2004).

Na atualidade, o estado de Mato Grosso se apresenta como o maior consumidor de fertilizantes por hectare do mundo. No estado, na safra 2008/2009, a utilização média de fertilizantes foi de 450 kg por hectare cultivado, num total de 3,7 milhões de toneladas utilizadas, quantidade suficiente para uma área plantada

⁵⁷ Segundo Dias e Fernandes (2006, p. 124-125), “O consumo de fertilizantes no Brasil está concentrado em algumas culturas, principalmente soja e milho, que juntas representam mais da metade da demanda nacional. A dependência da demanda de fertilizantes no Brasil em relação à soja reproduz no setor de fertilizantes a volatilidade do preço internacional dessa *commodity*, que tem sofrido variações bruscas e baixas esporádicas, além de queda na rentabilidade pela valorização cambial”. Este fato agrava, ainda mais, a vulnerabilidade do território brasileiro, sobretudo subespaços funcionalizados pela sojicultura, como é o caso de Rondonópolis.

de 8,39 milhões de hectares⁵⁸. Segundo Luana Camila de Almeida, analista de custos do IMEA (Instituto Mato-grossense de Economia Agrícola), em entrevista para o sítio *notícias agrícolas*⁵⁹: "A média de consumo de fertilizantes por hectare do estado é praticamente a soma das médias de aplicação da Argentina, dos Estados Unidos e do dobro do Paraná."

No Sudeste Mato-grossense, ocorreu um aumento significativo do uso de fertilizantes, inicialmente devido ao processo de incorporação de novas áreas do cerrado à área dos estabelecimentos, com solos normalmente ácidos e de baixa fertilidade natural, durante a década de 1970. De fato, entre 1970 e 1980, o número de estabelecimentos que faziam uso de fertilizantes aumentou em 1.423 ou 1.801%. Enquanto que entre 1980 e 1995-96, o aumento foi de 57,52%.

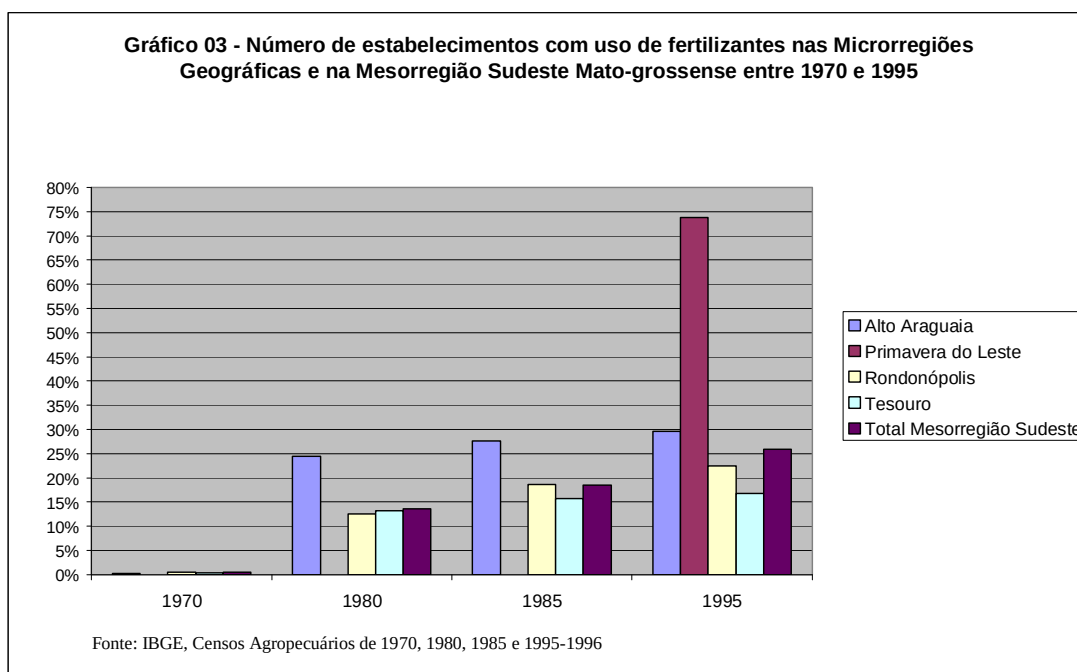
O aumento do uso de fertilizantes foi significativo em toda Mesorregião, cuja participação relativa frente ao total estadual manteve-se estável, representando quase 20%, entre 1980 e 1995, demonstrando o alto nível de capitalização da agricultura regional. Ao nível das Microrregiões, destaca-se Rondonópolis, em termos absolutos, passando de 58 estabelecimentos com uso de fertilizantes em 1970, para 959 estabelecimentos em 1995. A Microrregião de Primavera do Leste apresenta-se com uma performance que a torna um caso a parte, no contexto da Mesorregião, uma vez que quase 74% de seus estabelecimentos faziam uso de fertilizantes em 1995 (Gráfico 3).

A fórmula NPK, em forma de mistura granulada, é a mais utilizada no Brasil, mas sua eficácia depende de outras medidas relacionadas ao manejo dos solos, sendo a principal, a aplicação de calcário⁶⁰, que visa à correção da acidez do solo, potencializando a ação dos fertilizantes.

⁵⁸ "Historicamente, os fertilizantes vêm respondendo por pelo menos 30% do total dos custos de produção. Dados do Imea revelam que na atual safra ciclo 08/09 o custo de aplicação de adubo por hectare (ha) nas lavouras estaduais registrou média de US\$ 477/ha, valor ainda estimado para o próximo ciclo. No mesmo período, o custo no Paraná foi de US\$ 358/ha, e nos Estados Unidos e na Argentina, de cerca de US\$ 100/ha". (<<http://www.noticiasagricolas.com.br/noticias.php?pagina=5>>, 21/07/2009).

⁵⁹ <<http://www.noticiasagricolas.com.br>>. (21/07/2009).

⁶⁰ Segundo Monteiro (2004), o uso de calcário em Mato Grosso passou de 843.320 toneladas em 1995, para 3.226.539 no ano 2000.



As primeiras fábricas de fertilizantes no Brasil⁶¹ surgiram na década de 1940, e dedicavam-se exclusivamente à mistura NPK com base em insumos importados. Segundo Dias e Fernandes (2006, p.103), “[...] Isso permitiu que as formulações NPK se adaptassem melhor às condições dos solos brasileiros, com as primeiras unidades instaladas próximas a portos marítimos, como Cubatão (SP) e Rio Grande (RS)”.

Atualmente poucas empresas detêm o mercado da produção de fertilizantes no Brasil, com a hegemonia de empresas transnacionais (Tabela 3). São os casos da norte-americana Bunge; da Mosaic, originária da fusão, em 2004, nos EUA, de duas empresas líderes mundiais na indústria de fertilizantes – a IMC Global e a Cargill Crop Nutrition – e é hoje líder global na produção de fertilizantes potássicos e fosfatados, e o grupo norueguês Yara, maior grupo mundial de fertilizantes, que adquiriu a Adubos Trevo, passando a denominar-se Yara Brasil Fertilizantes S.A.

⁶¹ Segundo Dias e Fernandes (2006, p.103): “Algumas das grandes empresas do setor já atuavam no mercado no fim da década de 1940 e início da década de 1950, entre elas Trevo (1930), Quimbrasil (1945), IAP (1945), Copas (1945), Manah (1947), Fertilul (1948), Elekeiroz (1949) e Solorrico (1956)”.

Tabela 3 - Principais Fabricantes de Fertilizantes no Brasil em 2004

EMPRESA	RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL EM 2004 (R\$ Milhões)	SEDE
1. Bunge Fertilizantes	5.829,2	SP
2. Fosfertil/Ultrafertil	2.245,7	SP
3. Mosaic Fertilizantes	1.689,0	SP
4. Yara Brasil	1.549,5	RS
5. Heringer	1.571,5	ES
6. Copebras	769,4	SP
7. Fertipar	621,2	PR
8. Fertibras	537,1	SP
9. Galvani	433,3	SP
10. Iharabras	336,6	SP
11. Unifertil	258,7	RS
Fonte: Dias e Fernandes, 2006, p.130.		

Merece destaque, a atuação dos grupos Bunge, Cargill e a ADM - originários da área agrícola - na produção e comercialização de fertilizantes. A ADM inaugurou sua primeira misturadora de fertilizantes em 2002, enquanto a Bunge Fertilizantes cresceu e se fortaleceu no Brasil por meio da aquisição de empresas donas de marcas tradicionais como Fertisul, IAP, Ouro Verde e Manah. Por sua vez, a Cargill comprou a Solorrico e a Fertiliza (DIAS e FERNANDES, 2006, p.129, 130).

3.1.1.3 - Agrotóxicos

O uso de agrotóxicos (agroquímicos) no Brasil, assim como ocorreu no caso dos fertilizantes, também se acentuou a partir da década de 1970. De fato, em duas décadas o consumo aparente apresentou um crescimento da ordem de 217%, passando de 27.728 em 1970, para 60.188 toneladas em 1991 (PEIXINHO, 2006). Em 2000, o consumo de agrotóxicos no Brasil chegou a 2,5 bilhões de dólares, cifra que aumentou para 4,9 bilhões de dólares em 2004. Segundo Velasco e Capanema (2006), o faturamento anual da indústria mundial de agroquímicos (agrotóxicos) chega à cerca de 31 bilhões de dólares. Nesse contexto, o Brasil se apresentava como o terceiro mercado consumidor global.

Com a expansão das lavouras temporárias e a conseqüente tendência à especialização regional produtiva, com destaque para a soja, o perfil de consumo no Brasil, dentro de cada classe de agrotóxicos, se alterou. Até a década de 1970, a classe mais consumida de agrotóxicos no país era a dos inseticidas, mas, atualmente, se assemelha ao padrão mundial, com primazia para os herbicidas, que respondem por cerca de 51%, os inseticidas, por 24% e os fungicidas, por 18%. Segundo Velasco e Capanema (2006), a soja se apresenta como o cultivo que mais demanda o uso de agrotóxicos na agricultura brasileira, tanto que em 2002 respondeu por 38,9% das vendas destes produtos, na seqüência vinha a cana-de-açúcar com 11,5%, seguida do algodão, com 9,3% , do milho, com 8,6% e dos citros, com 5,9%, para citar os cinco produtos que mais demandam agrotóxicos para sua produção no país.

A produção nacional de agrotóxicos, até meados de 1970 era bastante incipiente, situação que se altera com a implantação do PNDA (Programa Nacional de Agroquímicos) em 1975, aumentando a produção interna e gerando excedentes para exportação. Mas, com a desnacionalização do setor, advinda da política neoliberal dos anos de 1990, além do processo intenso de fusões e aquisições nas últimas décadas, o Brasil voltou a ser dependente do mercado internacional, apresentando um déficit anual em 2004 de cerca de 1,8 bilhão de dólares. Verifica-se, ainda, que o percentual de fornecimento de agrotóxicos por empresas de capital nacional declinou de 30% em 1990, para apenas 5% em 2004 (VELASCO e CAPANEMA, 2006).

Todo esse processo resultou numa concentração e centralização de capitais sem precedentes nas áreas da química fina, farmacêutica e da biotecnologia. Como resultado de todo esse processo, hoje predominam o Brasil as empresas subsidiárias de multinacionais, que, no geral, desenvolvem no país apenas uma adaptação das tecnologias desenvolvidas em suas matrizes.

O resultado prático desse novo tipo de competição no mercado global de agroquímicos foi uma elevada concentração da produção, que vem se ampliando com as fusões e aquisições ocorridas. Apenas para citar um exemplo, a principal empresa produtora do mundo, a Syngenta (fusão da divisão de agronegócios da Novartis e da AstraZeneca), tem uma participação de 24% no mercado. [...] Enquanto, no setor

farmacêutico, as dez maiores empresas do mundo detinham cerca de 40% do mercado, no setor de agroquímicos as sete maiores empresas do setor controlavam cerca de 72% do mercado em 2000, estimado em US\$ 30 bilhões (VELASCO e CAPANEMA, 2006, p. 79-80).

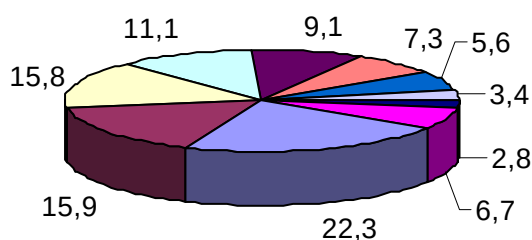
Na Tabela 4 estão relacionadas as dez maiores empresas em operação no Brasil, juntas dominavam 90% do mercado nacional em 2002. A única que tinha capital nacional, a Milenia, foi adquirida pelo grupo israelense Makhteshim-Algan, maior produtor mundial de produtos genéricos.

Tabela 04 – Venda de Agrotóxicos: Faturamento por Empresa no Mercado Brasileiro em 2002 (em US\$ Milhões)		
EMPRESA	FATURAMENTO	%
Bayer CropScience	366	18,75
Syngenta	301	15,42
Basf	182	9,32
Monsanto	181	9,27
Dow AgroSciences	176	9,02
Milenia	151	7,74
Du Pont	143	7,33
FMC	109	5,58
Nortok	66	3,38
Hokko	61	3,13
Demais Empresas (22)	216	11%
TOTAL	1,952	100,00
Fonte: Adaptado de Velasco e Capanema, 2006, p. 88. Organizado por Sergio Negri, 2009		

Quando se observa a distribuição espacial do consumo de agrotóxicos no Brasil, é perceptível a associação desta repartição relativa pelos estados brasileiros, relacionada à expansão e modernização da agricultura no país.

Verifica-se, que somente cinco estados brasileiros - São Paulo (22,3%), Mato Grosso (15,9%), Paraná (15,8%), Rio Grande do Sul (11,1%) e Goiás (9,1%) - juntos, respondiam por 74,2% do total de agrotóxicos consumido no campo do país em 2002, explicitando, esse fato, a fragmentação do território brasileiro no processo de especialização territorial produtiva, sob o signo da globalização (Gráfico 4).

Gráfico 04 - Distribuição espacial do consumo de agrotóxicos no Brasil em 2002 (%)



■ São Paulo

■ Mato Grosso

■ Paraná

■ Rio Grande do Sul

■ Goiás

■ Minas Gerais

■ Mato Grosso do Sul

■ Bahia

■ Santa Catarina

■ Demais estados

Regionalmente, no Sudeste Mato-grossense, subespaço que primeiro foi incorporado pela agricultura comercial no estado, a evolução do uso de defensivos foi estrondosa, de 57,68% dos estabelecimentos fazendo uso de defensivos em 1975, passou-se para mais de 97% em 1996 (NEGRI, 2001). Fato que ajuda a demonstrar o aumento da composição orgânica no território regional.

Segundo Elias (1996), o uso de fertilizantes e agrotóxicos apresentou um índice de crescimento proporcionalmente maior que o da produção agrícola nacional, desde 1970. Essa disparidade entre o crescimento da produção agrícola e o uso dessas inovações químicas, segundo a autora, constitui-se como uma das maiores distorções da modernização da agricultura no Brasil.

3.1.1.4 - O protagonismo da biotecnologia

Responsáveis por uma verdadeira revolução no sistema de atividades agrícolas brasileiro, a partir da década de 1970, as inovações biológicas, agem potencializando as inovações químicas-mecânicas, tornando possível padronizar a produção agrícola em moldes industriais e rompendo os limites historicamente

impostos pela natureza a esta atividade (ELIAS, 1996). Esse novo conteúdo técnico-científico internalizado no território local e regional revolucionou o processo produtivo do sistema de atividades agrícolas num breve lapso temporal. Nesse processo, “Muda a composição técnica das áreas rurais e muda, ao mesmo tempo, a sua composição orgânica graças às novas químicas e às biotecnologias. É no período atual que o homem realiza seu antigo anseio de inventar a natureza⁶²” (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 88).

De fato, a “redescoberta” do cerrado para fins produtivos, do ponto de vista do capital, foi devido a pesquisas e ao desenvolvimento de sementes adaptadas ao solo e clima da região. Nesse processo, estavam em jogo os interesses das grandes corporações internacionais. Segundo Graziano da Silva (1985, p. 38), “[...] via de regra pesquisam-se novas variedades que facilitem a colheita mecânica e/ou respondam melhor à adubação química, justamente para que a Massey-Fergusson, a Ford, a ICI, a Shell, a Basf, etc., possam aumentar a sua rentabilidade privada”.

No cerrado, apesar da grande extensão de terras com características propícias à mecanização em larga escala (topografia suave ondulada, solos profundos e bem drenados nas áreas de chapadas); clima com duas estações bem definidas (uma pouco úmida e outra chuvosa), com grande regularidade na distribuição das precipitações, além de um fotoperíodo mais estendido que subespaços austrais do país; é a internalização do meio técnico-científico-informacional que se constitui na variável determinante para a reorganização produtiva do território centroestino⁶³.

No processo de constituição do meio técnico-científico-informacional nas áreas de cerrado, deve-se destacar o papel do Estado brasileiro. Este, a partir de

⁶² “Foi o período técnico-científico da humanidade, isto é, a possibilidade de inventar a natureza, de criar sementes como se elas fossem naturais, isto é, o progresso da biotecnologia, que permitiu, no espaço de duas gerações, que [...] o cerrado, na Região Centro-Oeste e na Bahia, se transformasse num vergel formado por um caleidoscópio de produções, a começar pela soja” (SANTOS, 1996, p. 143).

⁶³ Segundo Silva (2003, p. 95), “Mesmo que haja, no cerrado, condições favoráveis como topografia, temperatura, distribuição de chuvas e luminosidade, o solo necessita ser corrigido. O domínio sobre a natureza se dá através da adubação, irrigação, uso de máquinas, etc. Apesar dos recursos mecânicos, informatizados e de telecomunicações, a fim de se implantar uma tecnologia de processos produtivos compatível com a nova geografia da produção, os impactos da biorrevolução constituem o elemento-chave para o ordenamento territorial que ali se realiza. O uso de sementes melhoradas e adequadas à diversidade regional é o primeiro passo da verticalização da produção”.

meados do século XX, mais precisamente, a partir da década de 1970, se tornou o principal protagonista para expandir e tornar viável a agricultura capitalista no território nacional. Para tanto lançou mão de vários instrumentos técnico-científicos, políticos e normativos visando à renovação da base técnica dos sistemas de atividades agrícolas, inicialmente utilizando-se de instituições públicas de pesquisa localizadas no Sul e Sudeste do país⁶⁴.

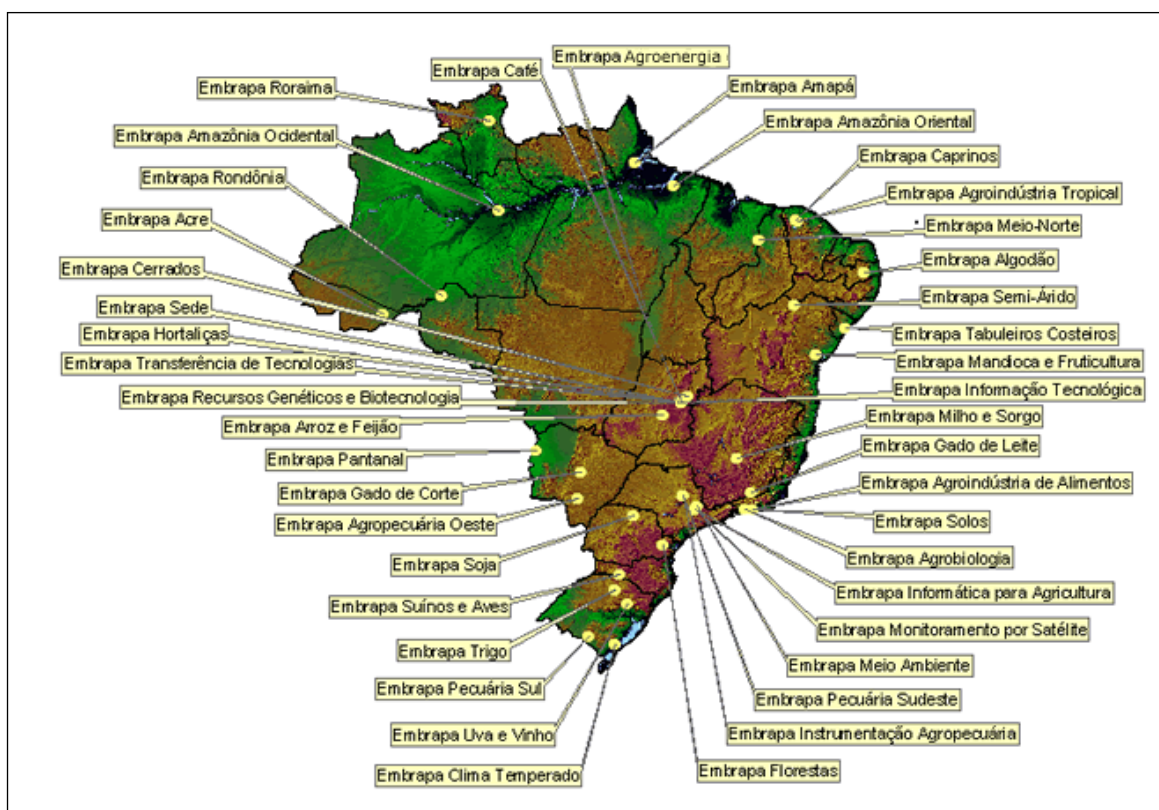
Posteriormente, orientado “[...] pela idéia de tornar alguns subespaços nacionais funcionais aos modernos e internacionalizados circuitos produtivos do agronegócio [...]”, o poder público federal também concentrou esforços no sentido de fomentar o cultivo de produtos reclamados pelo mercado mundial. Nesse sentido, “[...] para prover o país de uma estrutura territorial de pesquisa agrícola colaboraram, também, com as estratégias de uso corporativo do território brasileiro pelas grandes empresas que comandam atualmente o processo de modernização da atividade agrícola” (NASCIMENTO JUNIOR, 2007, p. 42).

Nesse processo, foi fundamental a rearticulação de todo o sistema de pesquisa do país, sob a coordenação da EMBRAPA, criada em 1973, conforme já mencionamos, a qual veio a se constituir como principal agente do círculo de cooperação de pesquisa científica e tecnológica no Brasil. A configuração territorial da EMBRAPA é constituída por 41 Unidades de Pesquisa distribuídas no território nacional⁶⁵, e mais três Unidades de Serviços (Embrapa Café, Embrapa Informação Tecnológica e Embrapa Transferência de Tecnologia), localizadas em Brasília–DF, onde também está sediada sua Unidade Administrativa, a qual detém o comando político da empresa (Figura 5).

⁶⁴ Segundo Peixinho (2006, p. 80) “Instituições como o Instituto Agrônomo de Campinas - IAC e a Universidade de Viçosa, foram pioneiros no processo de melhoramento e produção de variedades de soja, possibilitando a primeira grande expansão da sojicultura pelo território nacional”.

⁶⁵ Segundo Nascimento Júnior (2007, p. 48, 49): “A atividade de pesquisa científica da Embrapa encontra-se descentralizada, em função das demandas e/ou das “vocações produtivas” das regiões onde se desenvolvem. Isto quer dizer que são, em grande parte, as especificidades da formação territorial que condicionam a especialização da pesquisa técnico-científica das unidades da empresa”. Deste modo é que se poderia, por exemplo, justificar o perfil agroflorestal das Embrapas de Belém-PA, Boa Vista-RR, Porto Velho-RO, Manaus-AM, Rio Branco-AC e Macapá-AP, e a predominância das pesquisas agropecuárias nas unidades de Londrina-PR, Sete Lagoas-MG, Coronel Pacheco-MG, Cruz das Almas-BA, Petrolina-PE, Passo Fundo-RS, Campo Grande-MS, Dourados-MS, Bento Gonçalves-RS, Concórdia-SC, Sobral-CE, Campina Grande-PB, Juiz de Fora – MG, etc.

Figura 5 - Distribuição das Unidades de Pesquisa da Embrapa no Território Brasileiro – 2009.



Fonte: <http://www.cnpm.embrapa.br/apres/embrapa.html>. Acesso: 15 de Dez. 2009

A EMBRAPA atua em estreita colaboração e parceria com empresas públicas, cooperativas, governos e empresas privadas, no Brasil e no exterior⁶⁶, por meio de projetos e pesquisas visando o desenvolvimento e/ou melhoramento genético de plantas e animais e de novas tecnologias, com destaque para o aumento da produção e produtividade de produtos voltados ao mercado externo – *commodities*. A atuação dessa empresa contribuiu significativamente,

⁶⁶ A EMBRAPA possui Laboratórios virtuais (Labex) nos Estados Unidos (Beltsville); na Europa: Holanda (Biologia Avançada (Biotecnologia)), França (Tecnologias para a Sustentabilidade dos Agroecossistemas) e Inglaterra (Biotecnologia); na Ásia (Coreia do Sul). Mantém no Continente Africano a Embrapa África (Gana, Moçambique, Mali e Senegal), e na América Latina a Embrapa Venezuela. Além disso, encontra-se em fase de implantação o Projeto Embrapa Panamá. (http://www.embrapa.br/a_embrapa/labex).

conjuntamente com outras políticas públicas, para uma reorganização produtiva do território nacional nas últimas décadas.

Estes projetos técnico-científicos, envolvendo o Estado e grandes empresas, com grandes repercussões para o uso agrícola do território brasileiro são definidos enquanto *projetos tecno-políticos* por Nascimento Júnior (2007, p.43). No entendimento do autor trata-se de produção induzida de tecnologias, que por sua vez, constituem-se em:

[...] fator determinante da concretização das estratégias de incorporação de partes do território nacional aos circuitos produtivos globalizados. A produção dessa tecnociência pela Embrapa vem servindo de ferramenta para a otimização dos sistemas de atividades agroexportadoras no Brasil, viabilizando sobretudo as estratégias territoriais das grandes empresas do agronegócio da soja.

No território brasileiro, segundo Nascimento Júnior (2007, p. 57), os cultivares desenvolvidos pela Embrapa respondiam por aproximadamente 53% de toda área brasileira cultivada com soja em 2001. “Somente para a safra 2005/2006 a Embrapa lançou 20 cultivares, entre eles a soja convencional, a orgânica e a transgênica, de modo a atender às diversas regiões de adaptação”.

Para vários autores, como Graziano da Silva (1981); Goodman, Sorj e Wilkinson (1990); Santos (1996, 2004); Elias (1996), um dos avanços técnico-científicos mais importantes derivados da biotecnologia foi a produção de sementes geneticamente modificadas, as sementes híbridas.

Nesse sentido, conforme enfatiza Mooney (1987), citado por Elias (1996, p. 47), “[...] dominar a produção de sementes é poder controlar a própria humanidade”.

No Brasil, processo de expansão de novas fronteiras agrícolas e a necessidade de regulamentar o setor de produção de sementes resultaram em legislações que normatizaram esse mercado. Inicialmente, a Lei 6.507 de 1977, que estabeleceu os sistemas de produção de Sementes Certificadas e Fiscalizadas. Posteriormente, com a promulgação da Lei 10.711 de 2003, foi disciplinada tanto a produção e a comercialização, como a inspeção e fiscalização de sementes no território brasileiro.

Essa legislação instituiu quatro categorias de sementes, que são: **semente genética** – produzida sob responsabilidade e controle direto do melhorista de plantas e mantida dentro de suas características de pureza genética; **semente básica** – resultante da multiplicação da semente genética ou básica, realizada de forma a garantir sua identidade e pureza genética, sob responsabilidade da entidade que a criou ou a introduziu; **semente registrada** – resultante da multiplicação da semente, de acordo com as normas estabelecidas pela entidade certificadora; **semente certificada** – resultante da multiplicação da semente básica, registrada ou certificada, produzida em campo específico, de acordo com as normas estabelecidas pelas entidades certificadoras (PEIXINHO, 2006, p. 81). (Grifos do autor).

A engenharia genética, difundida com mais velocidade a partir de meados da década de 1970, se tornou uma das principais forças produtivas em vários setores da economia, como são os casos da indústria química, farmacêutica e alimentícia.

Na agropecuária, as mudanças genéticas operadas em plantas e animais pelas inovações biotecnológicas, potencializaram a produtividade do trabalho, multiplicando a rentabilidade do capital no setor, atraindo, por conseguinte, grupos transnacionais. Nesse processo, as sementes uma vez patenteadas, passam de patrimônio da humanidade a mercadorias, cujo valor de troca se realiza no mercado.

Nessa estratégia, com o advento da biotecnologia moderna, grandes empresas de química fina (agroquímicos e farmacêuticos), começam a migrar seus investimentos de pesquisa e desenvolvimento para a “indústria de suprimentos genéticos”, buscando o desenvolvimento de sementes resistentes aos seus agroquímicos.

Na década de 1980, esse processo se desdobra no conceito de “ciência da vida”, produzindo “[...] uma única base de conhecimento – química e biologia – para os setores de agroquímicos, sementes, farmacêutico, alimentos e bebidas”, segundo Martins (2000), citado por Velasco e Capanema (2006, p. 79).

Paralelamente, dado ao alto grau de investimento necessário ao desenvolvimento dessa nova tecnologia⁶⁷, a partir dos anos de 1990, se iniciou um forte processo de concentração de capital por meio de fusões e/ou aquisições, entre as empresas de química fina, monopolizando as patentes de tal forma que, segundo Silveira *et al.* (2004), “[...] 74% de todas as patentes depositadas nos EUA em 2000 pertenciam às seis maiores empresas do setor de sementes: Pharmacia, 21%; DuPont, 20%; Syngenta, 13%; Dow, 11%; Aventis, 6%; Pulsar, 3%; Outros, 26%” (Apud: VELASCO e CAPANEMA, 2006, p. 84).

No mercado de sementes comerciais assiste-se a um verdadeiro processo de “privatização da natureza”, por parte de umas poucas grandes empresas transnacionais, que nas últimas décadas fazem um uso corporativo das sementes sobre as quais detêm as patentes, em detrimento dos agricultores, segundo o Grupo ETC, coordenado por Pat Roy Mooney (2008, p. 15):

En la primera mitad del siglo XX, las semillas estaban indiscutiblemente en manos de los agricultores y de los fitomejoradores del sector público. En las décadas posteriores, los *gigantes genéticos* han utilizado las leyes de propiedad intelectual para mercantilizar el suministro mundial de semillas – una estrategia cuyo objetivo es el control del germoplasma de las plantas y la maximización de los beneficios eliminando los derechos de los agricultores.

Em termos mundiais, analogamente ao que ocorre com as indústrias de fertilizantes e de agrotóxicos (agroquímicos), a produção de sementes geneticamente modificadas se concentra nas mãos de pouquíssimas empresas que detêm as respectivas patentes. De acordo com os dados disponibilizados pelo Grupo ETC (2008), as dez maiores companhias detinham 67% do mercado mundial de sementes patenteadas (Tabela 5).

⁶⁷ Segundo Silveira *et al.* (2004), “As principais tecnologias advindas da biotecnologia moderna em uso pelas empresas agroquímicas são: 1) uso da engenharia genética para a produção de novas variedades vegetais; e 2) estudos genômicos de plantas e fitopatógenos com o objetivo de combater doenças e melhorar a qualidade dos alimentos” (Apud: VELASCO e CAPANEMA, 2006, p. 79).

Tabela 5 - As 10 principais companhias mundiais de sementes - 2007		
Companhia	vendas de sementes (US\$ milhões)	% mercado de sementes patenteadas
1. Monsanto (EUA)	4.964	23%
2. DuPont (EUA)	3.300	15%
3. Syngenta (Suíça)	2.018	9%
4. Groupe Limagrain (França)	1.226	6%
5. Land O' Lakes (EUA)	917	4%
6. KWS AG (Alemanha)	702	3%
7. Bayer Crop Science (Alemanha)	524	2%
8. Sakata (Japão)	396	<2%
9. DLF-Trifolium (Dinamarca)	391	<2%
10. Takii (Japão)	347	<2%
Total - 10 primeiras	US\$ 14.785	67%
Fonte: Grupo ETC (2008, p. 15). Traduzido do espanhol e organizado por Sérgio Negri, 2009		

Dentre as dez maiores empresas de sementes, a Monsanto detinha quase um quarto (23%) do mercado mundial de sementes patenteadas. Juntas, somente as três primeiras companhias (Monsanto, Du Pont e Syngenta), detinham 47% do mercado mundial de sementes patenteadas, significando um valor de 10 bilhões e 282 milhões de dólares em 2007. Ainda, segundo estimativas do Grupo ETC (2008, p. 15-16), estas três empresas transnacionais detêm mais da metade das sementes patenteadas de soja no mundo.

En la actualidad, el mercado de semillas patentadas detenta una participación pasmosa en el suministro mundial de semillas comerciales. En menos de tres décadas, un puñado de corporaciones multinacionales ha creado un rápido y feroz cerco corporativo en torno al primer eslabón de la cadena alimentaria.

As primeiras pesquisas voltadas à produção de sementes selecionadas no estado de Mato Grosso, tiveram início na década de 1970, com a CODEAGRI (Companhia de Desenvolvimento Agrícola de Mato Grosso), através da produção e beneficiamento de sementes de arroz, algodão, soja, milho e feijão. Segundo Silva (1999), tal iniciativa atendeu aproximadamente 60% da demanda estadual entre 1978 e 1983.

Segundo Monteiro (2004), a produção de sementes foi fundamental para a transformação da agricultura estadual. Voltada inicialmente somente para a produção de sementes de soja e arroz, após 1985 iniciou-se também a produção de semente de milho e de forrageiras, embora em reduzida quantidade. Foi também em meados de 1980 que se iniciou a produção de sementes básicas, como forma de manter as características genéticas dos grãos e, nesse processo, realizar o zoneamento de aptidão, buscando o aumento da produtividade.

O resultado foi um contínuo processo de crescimento da produção de sementes em Mato Grosso. Embora tenham aumentado significativamente a quantidade produzida de sementes de milho, algodão e das forrageiras, é a soja que se destaca, cuja produção de sementes passou de 1.541 toneladas na safra 1978/1979, para 186.131 toneladas na safra 2005/2006, representando mais de 80% de toda a produção de sementes do estado (Quadro 8).

Quadro 8 - Produção de sementes de Mato Grosso registradas no MAPA*/DFA** - MT - 1978-2006								
Safra	Culturas – Produção em Toneladas							Total
	Arroz	Soja	Forrageiras	Feijão	Milho	Algodão	Sorgo	
78/79	20.822	1.541	-	-	-	-	-	22.363
82/83	14.196	23.207	-	-	-	-	-	37.404
85/86	7.578	33.732	632	-	181	-	-	42.124
90/91	9.776	55.772	1.793	162	204	227	115	68.050
95/96	5.907	145.661	6.607	28	2.655	136	185	161.179
00/01	6.159	170.770	19.658	39,6	3.274	4.635	124	204.662
05/06	10.499	186.131	21.227	738	8.975	4.642	47	232.263

Fonte: Anuário Estatístico de Mato Grosso, 2007. Adaptado e Organizado por Sergio Negri, 2009.

(*) MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

(**) DFA/MT - Delegacia Federal de Agricultura em Mato Grosso

No caso específico da soja, a primeira variedade a adaptar-se às terras de cerrado foi a IAC-4 desenvolvida pelo Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), no final da década de 1970, e que alcançava uma produtividade média de 1.700 Kg/ha. Em meados da década de 1980, começou o plantio da variedade “Cristalina”, resultante de um convênio entre EMATER-MT (Empresa Mato-grossense de Assistência Técnica e Extensão Rural) e EMBRAPA. Esta

variedade apresentou uma produtividade média de 2.700 Kg/ha, potencializando a expansão desse cultivo no território de Rondonópolis (TESORO, 1993).

Em Mato Grosso, grande parte dos avanços em biotecnologia deve ser creditada à Fundação Mato Grosso. Empresa privada, fundada em 1993, com sede em Rondonópolis e mantida por 27 empresas produtoras de sementes da região, possui bases de pesquisa em Sorriso-MT, Costa Rica –MS e Cambé-PR. Até 2006 esta instituição já havia desenvolvido 20 cultivares convencionais de soja, sete cultivares transgênicos e uma variedade de algodão⁶⁸.

O Sudeste de Mato-grossense, desde meados da década de 1990, se apresenta como o subespaço mais importante na produção de sementes de soja em Mato Grosso, concentrando sua produção na Serra da Petrovina, nos municípios de Pedra Preta e Alto Garças.

Além da quantidade, esta área se destaca também pela qualidade das sementes produzidas, uma vez que o comportamento fisiológico das sementes produzidas apresenta baixo índice de perturbação, quando comparado a outras regiões produtoras no país. Segundo Costa, et al. (2005), este fato está relacionado à capacitação técnica dos produtores, fato que reduz o índice de deterioração mecânica e de lesões por percevejos nas sementes, e também às características climáticas da área, o que favorece a obtenção de sementes de com alto potencial fisiológico.

Também na pecuária, o avanço da biotecnologia foi fundamental para a revolução do sistema produtivo no Brasil. Nesse setor, a engenharia genética possibilitou ao capital uma velocidade de reprodução semelhante àquela realizada em ambiente fabril. Na avicultura, por exemplo, o grau de conversão de cereal em carne é um dos casos mais bem sucedidos (ELIAS, 1996), transformando o Brasil em grande exportador de frango nos últimos anos.

Nesse processo, Mato Grosso tem se destacado no cenário nacional pela política de atração de empresas, aliada à oferta abundante de grãos, mão-de-obra barata e mercado consumidor. Exemplo desse processo é a construção de uma nova unidade de produção da Sadia na cidade de Campo Verde (a 120 km de

⁶⁸ Segundo informações do Engenheiro Agrônomo Sergio Suzuki, responsável pelo setor de genética e melhoramento da Fundação MT. Entrevista concedida em 23/11/2006.

Rondonópolis), onde a empresa já atua na criação de frangos, fábrica de rações e incubadoras.

Segundo reportagem do Jornal Folha de São Paulo⁶⁹, de 03 de julho de 2009, o novo empreendimento da Sadia prevê a construção do chamado "ciclo completo de aves", que inclui um incubatório de frangos com capacidade para produzir 150 milhões de ovos férteis ao mês, um sistema de integração com 200 granjas avícolas e silos para grãos.

Estão previstos investimentos de aproximadamente 630 milhões de reais, a partir de 2009, na unidade que deve entrar em operação no segundo semestre de 2010 e terá capacidade para abater 500 mil frangos ao dia cuja maioria, 60% da produção, deve ser exportada segundo a empresa. Por seu turno, a fábrica de rações deverá produzir 80 mil toneladas ao mês. Ao todo, estima-se a geração de 3,5 mil empregos diretos e outros 9.000 indiretos em Campo Verde. A Sadia afirmou que decidiu intensificar os investimentos no Mato Grosso, principalmente, para o aumento de escala. No Estado, essa empresa também construiu uma unidade em Lucas do Rio Verde, que começou a operar no final de 2008.

Em Rondonópolis predomina a pecuária bovina, cujo manejo ainda se caracteriza como majoritariamente extensivo, apesar de várias iniciativas que vem sendo adotadas nos últimos anos visando aumentar a produtividade do rebanho. Uma das iniciativas mais destacadas, é o Programa de Incentivo à Produção do Novilho Precoce coordenado pela secretaria de agricultura do estado (Foto 6).

O lançamento do programa ocorreu em 1992, visando reduzir a idade média de abate de quatro anos e meio (média estadual em 1994). Para tanto, o governo oferece a redução de ICMS; para animais abatidos entre 28 a até 30 meses, a alíquota é reduzida de 7% para 4%, no caso do abate até 24 meses, essa alíquota de ICMS cai para 2% (os animais devem apresentar 225 quilos de carcaça ou 15 arrobas). Outras iniciativas para a modernização da pecuária são a inseminação artificial e o programa de redução da mortalidade de bezerros até um ano de vida (GAZETA MERCANTIL, 1994).

⁶⁹ <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u418937.shtml>>. Acesso em Agosto de 2009.

Foto 6 – Novilhos precoces em exposição na Exposul – 2009.



Foto: Sergio Negri, setembro de 2009.

O melhoramento genético do rebanho também vem sendo buscado por pecuaristas mais capitalizados da região, exemplo disso são importações de gado da Alemanha. Nesse projeto, as novilhas são utilizadas como doadoras de embriões, enquanto os touros se submetem à coleta de sêmen, visando melhorar o rebanho, enquanto gado de raça pura importado: Simental, Limousin e Pardo-Suiça. Estas raças ganham peso mais rapidamente e podem melhorar a produtividade do rebanho local e regional, onde predomina o gado zebuino. Mas, apesar dessas iniciativas o nível de difusão do processo de modernização da pecuária bovina nem de longe pode ser comparado com àquele das lavouras de grãos (Quadro 9).

No Sudeste Mato-grossense, por exemplo, somente 336 estabelecimentos mantinham gado estabulado, representando apenas 3,6% do total de estabelecimentos com bovinos neste subespaço, em 2006 (IBGE). No caso da inseminação artificial, o quadro é ainda pior, na medida em que somente 2,0% dos estabelecimentos com bovinos utilizavam-se dessa inovação.

Quadro 9 – Número de Estabelecimentos com bovinos, com Bovinos Confinados, com Inseminação Artificial e Total do Rebanho Bovino, na Microrregião Geográfica de Rondonópolis, Mesorregião Sudeste Mato-grossense e em Mato Grosso em 2006.

Unidade territorial	Estabelecimentos com bovinos	Estabelecimentos com bovinos confinados	Estabelecimentos com inseminação artificial	Total do rebanho bovino
Microrregião de Rondonópolis	4.667	211	109	1.190.759
Sudeste Mato-grossense	9.145	336	183	2.517.383
Mato Grosso	81.374	1.258	1.140	26.018.216

Fonte: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso: agosto de 2009. Elaborado por Sergio Negri, 2009

No caso da Microrregião de Rondonópolis, o quadro é um pouco menos pior, uma vez que o número de estabelecimentos que mantinham gado estabulado e que faziam uso de inseminação artificial era de 4,5% e 2,3%, respectivamente. Esse caráter extensivo, e a timidez do processo de modernização da pecuária em Rondonópolis e região, se comparado com as culturas temporárias de grãos, é abordado em entrevista concedida pelo empresário Jairo Pradela⁷⁰,

[...] a tecnologia dentro da pecuária ainda se engatinha, mas grande incentivo, com grandes melhorias na questão da formação de pastagem, na questão de genética animal, de uns cinco, seis anos para cá a consciência ambiental, consciência social que o sustentáculo da economia rural, da economia do nosso município, varias ferramentas hoje são colocadas no mercado para melhoria deste contexto total da pecuária.

Verifica-se, que a maior parte da pecuária bovina de Rondonópolis, a pecuária de corte, continua sendo praticada nas grandes propriedades em caráter extensivo, mantendo a tradição iniciada no período da Frente Pioneira. Essa característica é ressaltada por Valdir Corrêa⁷¹, Secretário Municipal de Agricultura e Pecuária:

⁷⁰ Jairo Pradela é proprietário da PRADEAGRO, empresa que comercializa produtos agropecuários e membro da Diretoria do Sindicato Rural de Rondonópolis. Graduado em Administração de Empresas; paulista de Tanabi, reside em Rondonópolis desde 1976. Entrevista concedida ao autor em julho de 2009.

⁷¹ Valdir Corrêa é Secretário de Agricultura e Pecuária do município de Rondonópolis desde janeiro de 2009. Bacharel em direito, já foi coordenador regional do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) na década de 1990; na última década liderou o MTA (Movimento dos Trabalhadores na Agricultura); paranaense de Iporã, reside em Rondonópolis desde 1993. Entrevista concedida ao autor em agosto de 2009.

Rondonópolis, geograficamente, está bem próximo do pantanal, essa pecuária tradicional ainda vai muitos anos para ser excluída do nosso meio aqui, o estilo antigo continua um pouco aqui ... Mas Rondonópolis já modernizou muito, nós temos vários confinamentos, tem várias empresas de agropecuária que elas modernizaram e esses confinamentos têm demonstrado a rentabilidade, agregação de ganho econômico.

Como se percebe, o melhoramento do rebanho de corte, seja por manejo ou melhoramento genético, é realizado normalmente em propriedades onde há uma integração entre lavoura temporária e pecuária. Ou seja, a modernização da pecuária bovina está se concentrando em torno de empresas agropecuárias - um reduzido número de grandes propriedades originalmente mantidas por sojicultores e produtores de sementes da região, como forma de diversificar a produção e, ao mesmo tempo, agregar valor à carne com as sobras das culturas.

Por outro lado, a pecuária leiteira é mantida nas pequenas propriedades, onde a modernização se inicia timidamente, a partir de iniciativas da Secretaria de Agricultura e Pecuária do município em parceria com a EMPAER. O programa "Balde Cheio"⁷² é um exemplo desse tipo de iniciativa em Rondonópolis. O Secretário, Valdir Corrêa⁷³ descreve esse processo de modernização com entusiasmo:

Hoje a pecuária de leite está concentrada na agricultura familiar, nós tem aí produção de leite, por exemplo, um sitiante chega a 1.500 litros de leite por dia, sozinho. [...] A produtividade dele é de 10 alqueires, então a tecnologia avançou mais na produção de leite, através de incentivo, programa inseminação e também o próprio preço de leite, ele ajudou bastante. A pessoa passa a investir mais na propriedade e melhorar geneticamente o seu rebanho.

⁷² Programa de melhoramento genético e de transferência de embriões. Segundo informações obtidas junto à Secretaria de Agricultura e Pecuária de Rondonópolis, já chega a 2.800 o número de animais inseminados. Além disso o programa de transferência de embriões será viabilizado em parceria com o Sindicato Rural de Rondonópolis, governo do estado e UFMT, que abrigará um laboratório de transferência de embriões. Ainda, segundo informação da referida secretaria, o objetivo do programa é de aumentar a produção de leite e a renda do pequeno produtor.

⁷³ Em entrevista citada.

Todo esse processo de modernização dos sistemas de atividades agrícolas, sobretudo da produção de grãos, incluindo a mecanização das atividades produtivas, a quimificação e fertilização artificial do solo, mais a biotecnologia, revolucionando a pauta de cultivos e, em menor proporção da pecuária, vincula-se umbilicalmente ao projeto nacional de exportação de *commodities* agrícolas - a sua forma predominante de inserção na divisão internacional do trabalho no período contemporâneo.

O território nacional vai se tornando instrumento da política das empresas transnacionais, no seu ímpeto de competitividade e acumulação desenfreada. Nesses termos, nos subespaços onde a agricultura tornada científica se internaliza, se autoriza um novo uso agrícola do território, derivado de verticalidades carregadas de uma nova racionalidade e também de um novo tempo, ambos exógenos.

3.2 – Expansão da sojicultura e fragmentação do território Mato-grossense

No período da globalização, todos os subespaços do planeta se tornaram ecúmenos, senão pela ocupação humana, por sua presença política. Diferentemente de períodos precedentes, com a globalização o espaço geográfico se fragmenta ao sabor da escolha dos agentes hegemônicos para a localização de suas atividades. Nesse processo, “[...] Os atores mais poderosos se reservam os melhores pedaços do território e deixam o resto para os outros” (Santos, 2004, p. 79). Nestes termos, as novas lógicas impostas pela globalização influenciam a evolução territorial das regiões e lugares.

No Brasil, com o aprofundamento da nova divisão territorial do trabalho, há uma expansão sem precedentes do agronegócio, através da agricultura científica globalizada⁷⁴ nas terras de cerrado, principalmente no Centro-Oeste, resultando

⁷⁴ “A agricultura moderna, cientificada e mundializada, tal como a assistimos se desenvolver em países como o Brasil, constitui um exemplo dessa tendência e um dado essencial ao entendimento do que no país constituem a compartimentação e a fragmentação atuais do território” (SANTOS, 2004, p. 80).

numa especialização regional produtiva, com destaque para Mato Grosso, a partir do ano 2000. Castillo (2007, p.36), analisando os dados da safra brasileira de 2003 já concluía que: “Dos trinta municípios maiores produtores de grãos do país, vinte e quatro localizam-se nas fronteiras agrícolas consolidadas; entre os dez primeiros, sete pertencem ao estado do Mato Grosso”

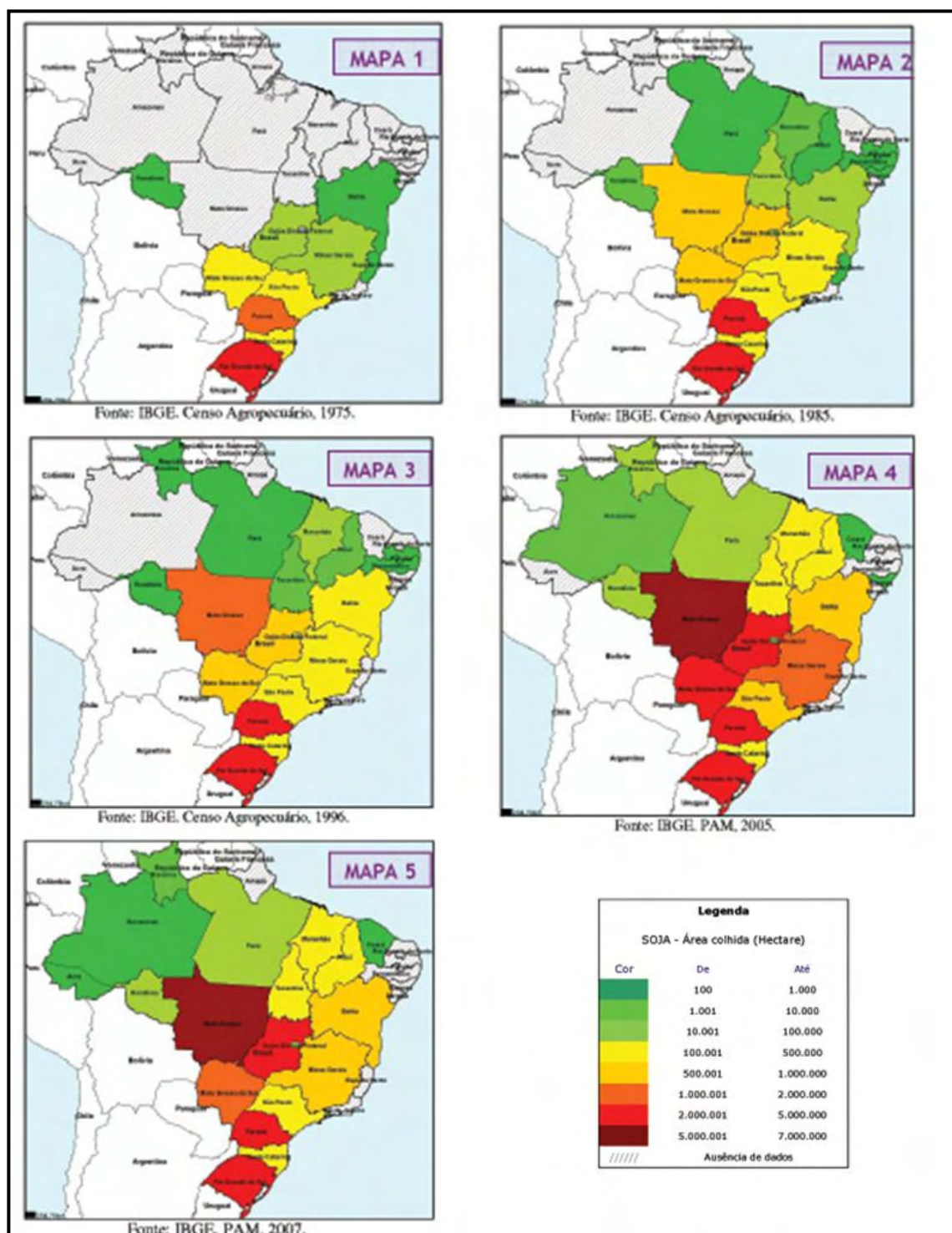
Tratou-se de um remodelamento do território a partir da reorganização dos sistemas de atividades agrícolas pretéritos efetivado com extrema rapidez. Esse processo que incluiu normatizações estatais, migrações e instalação de um novo sistema de objetos, além de empresas hegemônicas globais do agronegócio, ocorreu às expensas do vertiginoso avanço da soja no estado (BERNARDES, 2002, 2003b; OLIVEIRA, 2006).

Em 1980, em Mato Grosso se produziu apenas 88.852 toneladas de soja, número que se eleva para 3.064.715 toneladas em 1990, um crescimento de 3.349,23%. Na década seguinte a produção estadual é quase triplicada alcançando o patamar de 8.774.470 toneladas, o que elevou Mato Grosso à condição de estado maior produtor de soja do Brasil, a partir do ano 2000.

Nos últimos anos (2000-2007), segundo dados do IBGE, a produção apresentou uma variação de mais de 74%, chegando a 15.275.087 toneladas, respondendo por 26,40% da produção nacional em 2007 (Quadro 10; Figura 6).

Quadro 10 – Soja: Produção de Mato Grosso e sua participação relativa ao Centro-Oeste e Brasil – 1980 – 1990 e 2000 – 2007 (Toneladas).					
Ano	Mato Grosso	Centro-Oeste	Brasil	% MT / CO	% MT / BR
1980	88.852	1.509.861	12.757.962	5,88	0,69
1990	3.064.715	6.441.323	19.897.804	47,57	15,40
2000	8.774.470	15.446.445	32.820.826	56,81	26,73
2001	9.533.286	16.771.874	37.907.259	56,84	25,15
2002	11.684.885	20.460.662	42.107.618	57,11	27,75
2003	12.965.983	23.495.779	51.919.440	55,18	24,97
2004	14.517.912	24.026.816	49.549.941	60,42	29,30
2005	17.761.444	28.652.564	51.182.074	61,98	34,70
2006	15.594.221	25.911.228	52.464.640	60,18	29,72
2007	15.275.087	26.201.565	57.857.172	58,29	26,40
Fonte: IBGE-PAM: Produção Agrícola Municipal; Censo Agropecuário, 1980. Organizado por Sergio Negri, 2009.					

Figura 6
Brasil: Área colhida de soja (ha.) por unidades da Federação – 1975 a 2007



Fonte: Luedemann (2006, p. 04)

Considerando todo o período, entre 1980 e 2007, a produção da soja em Mato Grosso apresentou um extraordinário aumento de 17.091,60%. Ao mesmo tempo, sua área colhida também apresentou um impressionante crescimento de 8.880,21%, passando de 56.514 hectares em 1980, para 5.075.079 hectares em 2007. Mesmo assim, trata-se de um crescimento em área significativamente menor que o aumento da produção, indicando que este está relacionado ao aumento da produtividade média desta lavoura e não simplesmente à expansão de sua área colhida, trata-se, aqui, da expansão da área de produção consoante diminuição da arena (SANTOS, 1996, 2002). Com efeito, a produtividade média da cultura da soja passou de 1.572 Kg/ha em 1980 para 3.000 Kg/ha em 2007, e isto se deve, certamente, ao desenvolvimento científico e técnico da produção da soja e certamente da instalação de sistemas de engenharia no território, elementos que potencializam a produtividade do trabalho.

A instrumentalização e normatização do território para uso da produção capitalista do agronegócio no período atual muda toda a composição orgânica das áreas produtoras de *commodities* (SANTOS, 1996). Esse adensamento de capital constante torna o meio geográfico mais científico e informacional para responder às demandas das grandes corporações. Enquanto o capital variável, a força de trabalho, fica à deriva de “políticas suplementares e reboqueadas pelas insurgências e tensões decorrentes exatamente do uso seletivo e hierárquico do território” (KAHIL, 2007, p. 15).

Todo esse processo de incorporação do cerrado, de reorganização produtiva e especialização regional do Centro-Oeste, mais particularmente no território Mato-grossense, ocorreu de forma desigual e combinada no tempo e no espaço, na medida em que a expansão dessa cultura se deu sobre espaços com rugosidades distintas. Com efeito, até o início da década de 1970 poucos subespaços, notadamente áreas de mata de ocupação mais antiga, já se constituíam em meios técnicos. Nos demais, sobretudo em ambientes de cerrado, predominavam os meios naturais ou pré-técnicos, pouco carregados de pedaços de tempo materializados no território⁷⁵.

⁷⁵ Segundo MESQUITA (1989) no início da década de 1970 somente 1/5 do território Mato-grossense estava ocupado com estabelecimentos rurais.

Assim é que, ao mesmo tempo em que há toda uma especialização produtiva e funcionalização do território Mato-grossense para produção da soja, há também, uma distribuição desigual dessa produção no estado. Ainda que a soja ocupe o primeiro lugar no ranking da produção agrícola estadual e ocupe 86,22% do total da área colhida com lavoura temporária em Mato Grosso, em 2007, há toda uma acentuada seletividade espacial dessa cultura no estado.

De fato, os 15 municípios maiores produtores de soja responderam por 66,35% do total produzido e 65,95% da área colhida em Mato Grosso em 2007. Esse fato se torna mais desconcertante, na medida em que, 97 dos 141 municípios de Mato Grosso, cultivam soja. Destes 15 municípios maiores produtores de soja no estado, destaca-se o de Sorriso, em termos de produção e área plantada, com significativa liderança em relação aos municípios de Sapezal, Nova Mutum e Campo Novo do Parecis, respectivamente, segundo, terceiro e quarto municípios, maiores produtores de soja do estado em 2007 (Quadro 11).

Quadro 11 – Municípios maiores produtores de soja em Mato Grosso – Quantidade produzida, Área colhida e rendimento – 2007				
Nº	Município	Produção (Ton.)	Área Colhida (ha)	Rendimento (Kg/ha)
1	Sorriso	1.662.666	543.000	3.062
2	Sapezal	1.011.140	324.600	3.115
3	Nova Mutum	970.610	310.000	3.131
4	Campo Novo do Parecis	894.000	298.000	3.000
5	Diamantino	796.147	276.660	2.877
6	Lucas do Rio Verde	623.758	215.535	2.893
7	Primavera do Leste	620.200	200.000	3.101
8	Nova Ubiratã	576.382	205.557	2.804
9	Itiquira	513.360	180.000	2.852
10	Campos de Júlio	474.730	152.157	3.120
11	Querência	449.500	145.000	3.100
12	Santa Rita do Trivelato	436.320	144.000	3.030
13	Ipiranga do Norte	374.400	120.000	3.120
14	Campo Verde	367.080	120.000	3.059
15	Santo Antônio do Leste	366.007	113.000	3.239
Subtotal		10.136.300	3.347.509	-
Total de Mato Grosso		15.275.087	5.075.079	3.000
% municípios/MT		66,35%	65,95%	-
Fonte: IBGE, PAM – Produção Agrícola Municipal, 2007. Organizado por Sergio Negri, 2009.				

No quesito produtividade, verifica-se que 11 dos 15 municípios maiores produtores de soja no estado se sobressaem com produtividade acima dos 3.000 kg/ha, que é a média estadual. Santo Antônio do Leste, com produtividade média de 3.239 kg/ha, merece destaque. Por seu turno, os municípios de Nova Ubiratã, Itiquira, Diamantino e Lucas do Rio Verde apresentaram índices de produtividade abaixo de 2.900 Kg/ha, menor, portanto, da média estadual.

Essa dispersão espacial da produção agrícola para áreas periféricas à Região Concentrada da formação territorial brasileira, verificada nas últimas décadas, foi viabilizada pela difusão do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1996; ELIAS, 1996). Embora em forma de manchas e pontos, as novas densidades técnico-científicas criaram as condições materiais e imateriais para o surgimento e aprofundamento de uma nova especialização do trabalho no território Mato-grossense.

Nesse sentido, os subespaços Mato-grossenses portadores da nova tecnosfera respondem às demandas do agronegócio com a produção em larga escala de produtos reclamados por lógicas exógenas (Santos, 1996, 2004), destinados à exportação e à transformação agroindustrial.

Nesse processo, a economia estadual se tornou extremamente dependente das grandes corporações ligadas à atividade agrícola, sobretudo do circuito espacial produtivo da soja, que respondeu por mais de 70% do valor das exportações do estado de Mato Grosso em 2008, predominando a exportação de soja em grão com quase 50% deste total (Quadro 12).

Quadro 12 – Exportações de Mato Grosso: 2007-2008 (janeiro a dezembro)				
Discriminação	Em US\$ Milhões FOB		Participação (%)	
	2007	2008	2007	2008
Complexo Soja	2.911.932	5.492.242	56,8	70,3
Carnes	816.981	944.882	15,9	12,1
Milho	662.886	573.340	12,9	7,3
Algodão	293.876	436.036	5,7	5,6
Madeiras	245.946	194.972	4,8	2,5
Minerais	93.119	89.109	1,8	1,1
Couro	76.096	65.648	1,5	0,8
Outros	30.031	16.117	0,6	0,2
Total Geral	5.130.866	7.812.346	100,0	100,0
Fonte: Adaptado de Luedemann, 2009, p.08. Org. por Sergio Negri, 2009.				

Apesar de Mato Grosso, no contexto centroestino, ser considerado um *front* industrial (SANTOS e SILVEIRA, 2001), ainda é muito baixo o nível de agregação de valor de suas exportações (88% básico, 8% semimanufaturado e apenas 4% manufaturado).

Vemos que a necessidade de geração de divisas através das exportações, tem sido uma das principais metas perseguidas pelo governo federal nos últimos anos, de forma a amenizar o déficit do crescimento do PIB industrial⁷⁶, derivado das políticas neoliberais adotadas desde 1989 no governo Collor, sobretudo as diretrizes do Consenso de Washington⁷⁷. Essa política de “socialização das dívidas” tem resultado num pesado fardo para os brasileiros e um entrave para a construção de um novo projeto de desenvolvimento para a nação (FURTADO, 1999).

No contexto da globalização, são os projetos das empresas que ganham a cena. Representadas pela mídia hegemônica, tomam as rédeas dos rumos dos países, cujas instâncias públicas, mormente subservientes, abrem mão de projetos autônomos em nome de preocupações menores, pragmáticas, envoltas em metas estatísticas. Esse conformismo acaba resultando numa “[...] produção sem contrapartida de desequilíbrios e distorções estruturais, acarretando mais fragmentação e desigualdade, tanto mais graves quanto mais abertos e obedientes se mostrem os países” (SANTOS, 2004, p. 155).

⁷⁶ Segundo Luedemann (2009, p. 10): “A desnacionalização da indústria nacional, associada à política monetária de controle da inflação e redução de déficit orçamentário, além da desvalorização cambial, tem redirecionado os investimentos para o setor agroindustrial. A vocação agrária do Brasil ressurgiu como alternativa ao déficit “galopante” da balança comercial nos anos 1990”.

⁷⁷ “O Consenso de Washington é a denominação de um conjunto de medidas técnicas e políticas em favor da economia de mercado imposto pelo governo norte-americano, Banco Mundial e o FMI. As medidas abrangem dez áreas: 1) disciplina fiscal; 2) priorização dos gastos públicos; 3) reforma tributária; 4) liberalização financeira; 5) regime cambial; 6) liberalização comercial; 7) investimento direto estrangeiro; 8) privatizações; 9) desregulamentação e 10) propriedade intelectual” (BATISTA, 1994, p. 26).

3.2.1 – Especialização do uso agrícola do território em Rondonópolis

Na divisão territorial do trabalho agrícola no Brasil, particularmente no estado de Mato Grosso, Rondonópolis não se destaca propriamente pela produção da soja, frente ao contexto estadual. Ao contrário, se tomamos sua produção com essa commodity em 2005, por exemplo, verificamos que a mesma somou 206.550 toneladas, montante que representou somente 1,16% do total de 17.761.444 toneladas produzidas no estado naquele ano.

Sua centralidade funcional advém de suas formas e respectivas funções desempenhadas no circuito superior do agronegócio, tanto no que diz respeito ao circuito espacial de produção da soja, como nos seus círculos de cooperação, conforme procuraremos demonstrar no capítulo IV deste trabalho.

Mas, é importante destacar que as especializações territoriais produtivas acabam por alterar o uso agrícola dos territórios provocando, tendencialmente, a especialização funcional dos lugares, uma vez que a agricultura científica cria novas demandas do urbano (SANTOS, 1993).

Nesse sentido, torna-se importante discorrer sobre o processo de reorganização produtiva do território de Rondonópolis, entendido enquanto um momento - concomitante à modernização agrícola – no processo de refuncionalização do território do município, bem como do Sudeste Matogrossense.

O processo de reorganização produtiva do território em Rondonópolis, se caracterizou pela incorporação das terras de cerrado, através da expansão de culturas temporárias, sobretudo a soja, e também pela expansão da pecuária, através do aumento da área de pastagens plantadas⁷⁸, priorizando a demanda do mercado externo e das agroindústrias. Por sua vez, os cultivos tradicionais, base da alimentação da população local e regional, foram substituídos rapidamente, evidenciando, a partir daí, uma desvinculação - que será mais crescente quanto mais se acentua o processo de modernização e expansão de *commodities* – entre a produção e o consumo local.

⁷⁸ Segundo Mesquita (1989), estas duas vertentes de crescimento do espaço agrícola – a dos pastos plantados e a das lavouras temporárias – caracterizam-se como a forma de crescimento padrão dos novos usos da terra no Centro-Oeste a partir de 1970.

Na década de 1970, a produção de alimentos dominava amplamente a área plantada⁷⁹ em Rondonópolis, com destaque para arroz (48,7%), seguido pelo milho (24,9%) e o algodão (10,3%), que juntos, somavam 84% da área cultivada. Em 1985 a soja, cuja produção inexistia até uma década antes, se destacava como o mais importante cultivo do município (20,3%), seguida pelo arroz com (2,7%), este depois de apresentar um decréscimo impressionante de 14.878 hectares em apenas 15 anos; o milho (1,2%), e o algodão em quarto lugar com somente (0,85%).

Nesse processo de expansão e especialização do uso agrícola do território em Rondonópolis, em 2005⁸⁰ uma grande parte da área plantada no município (45,2%), era destinada a produtos voltados a agroindustrialização e à exportação; a soja (39,5%) para óleo vegetal, farelo, ração e exportação *in natura*, e o algodão (5,6%) para fabricação de tecidos, bem como exportação em plumas (Quadro 13).

Quadro 13 – Área (hectares) e produção (toneladas), dos principais produtos agrícolas de Rondonópolis – 1970 - 2008										
Ano	Soja		Milho		Algodão		Arroz		Mandioca	
	ha	T	ha	T	ha	T	ha	T	ha	T
1970	10	2	11.699	7.783	4.852	2.542	22.842	30.105	99	712
1975	-	-	12.471	8.950	-	-	29.155	40.810	263	2.501
1980	7.809	11.837	5.126	6.909	2.200	1.980	37.220	43.379	160	1.397
1985	58.064	126.750	3.392	5.514	2.451	2.168	7.964	9.420	191	1.225
1990	64.310	165.310	13.000	54.418	3.636	5.650	3.030	3.636	170	2.550
1995	45.743	103.608	9.940	43.684	3.562	7.480	1.443	2.251	230	3.450
2000	49.500	148.500	14.620	68.714	20.080	82.830	1.984	3.690	750	11.250
2005	76.500	206.550	2.600	13.500	11.000	41.800	600	720	1.151	17.265
2008	63.000	195.300	15.000	60.000	10.000	61.000	27	49,9	1.540	27.720
Fonte: IBGE, PAM: 1970, 1975, 1980, 1985 e 1990; EMPAER-MT: 1995, 2000, 2005 e 2008										

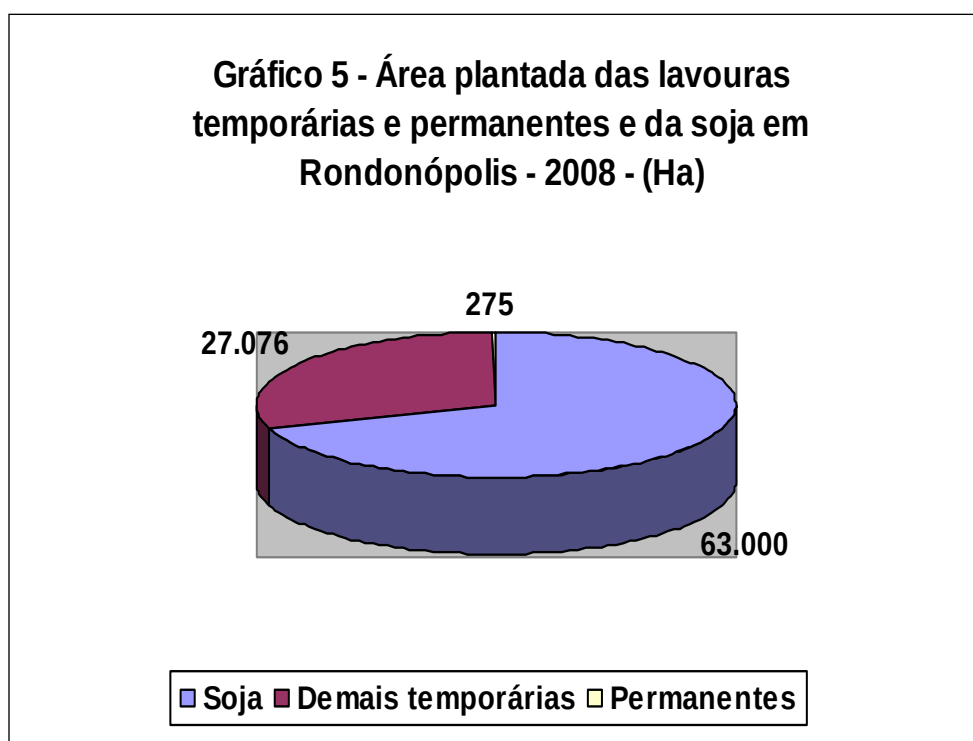
Portanto, em poucas décadas houve uma completa reorganização territorial produtiva em Rondonópolis, onde o cultivo da soja assume a primazia no uso do território entre as lavouras (temporárias e permanentes). De fato, fica evidenciado

⁷⁹ Estamos considerando como a Área Plantada, a soma das áreas das lavouras temporárias e permanentes e as pastagens plantadas. Aqui é importante ressaltar que esses números da produção agrícola estão sendo ofuscados pela grande expansão apresentada pelas pastagens plantadas no período, cuja área passou de 16.238 hectares em 1970, para 194.343 hectares em 1985, representando um aumento de 1.096%, processo que será detalhado mais adiante.

⁸⁰ Mesmo dispondo dos dados atualizados de 2008, estamos utilizando as informações referentes a 2005 para feito de cruzamento com os dados da utilização das terras em Rondonópolis, presentes no Censo Agropecuário de 2006.

um *uso corporativo* do território agrícola, uma vez que 69,7% da área plantada destinava-se ao cultivo dessa *commoditie* no município, em 2008 (Gráfico 5).

Segundo Elias (1996), o acentuado processo de crescimento da área e produção da soja, deve ser apreendido na lógica da reprodução do capital em nível global e na suas repercussões locais. Fenômeno ligado, sobretudo, ao aumento da demanda de farelo usado para rações aos animais confinados em países europeus desde 1970, concomitante ao esgotamento da fronteira agrícola nos Estados Unidos, país principal produtor mundial de soja desde 1950.



Fonte: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Organizado por Sergio Negri, 2009

Na opinião de Brum (1988, p. 77), também é importante a mudança nos hábitos de consumo nos Estados Unidos, Canadá e na Europa, onde a proteína vegetal passou a ser substituída por proteína animal, ao passo que a gordura animal foi sendo substituída pelos óleos vegetais. “[...] Obviamente foi uma mudança induzida pelos interesses dos grupos econômicos que estavam assumindo o comando da economia. [...] Afirma-se, então, com crescente insistência, as vantagens da proteína animal e dos óleos vegetais”.

O fato é que a expansão do cultivo da soja em Mato Grosso confere a Rondonópolis uma nova dinâmica territorial, cuja lógica transcende os limites regionais, inserida em um circuito produtivo nacional e transnacional através da produção, agroindustrialização e exportação de *commodities*.

Nesse processo de expansão da produção da soja e conseqüente especialização do uso agrícola do território, são aprofundadas as formas capitalistas de produção, legadas do período anterior, inclusive com a instalação de grandes empresas agroindustriais, no transcurso da década de 1980, como a CEVAL e Sadia, em Rondonópolis, num primeiro momento⁸¹.

Por sua vez, o cultivo do arroz que até 1980 era o produto agrícola mais expressivo de Rondonópolis, com 37.220 hectares de área plantada, praticamente desaparece da pauta de cultivos do município. Em 2008, esse produto representava somente 27 hectares plantados (Quadro 10). Mas, para o coordenador do escritório local da EMPAER, Laércio Polizel⁸², esse número ainda é superestimado, pois segundo seu relato, a produção de alimentos no município se encontra em uma profunda crise.

[...] hoje...é complicado você produzir. O custo é muito alto, a pessoa para produzir um milho, o arroz é muita mão-de-obra e produtividade baixa, o milho se ele fizer pelo menos adubação... porque o solo foi esgotando [...] Pequena propriedade, a agricultura familiar, eles não fizeram adubação, por falta capital... Nas pequenas, nós fizemos um levantamento aí pelo IBGE. Nós assustamos, no município só tem uma área de arroz que é do índio [Bororos] Tadarimana... 17 hectares!

O processo de especialização do uso agrícola do território local e regional, pode ser detalhado por meio da análise da performance das culturas da soja e do

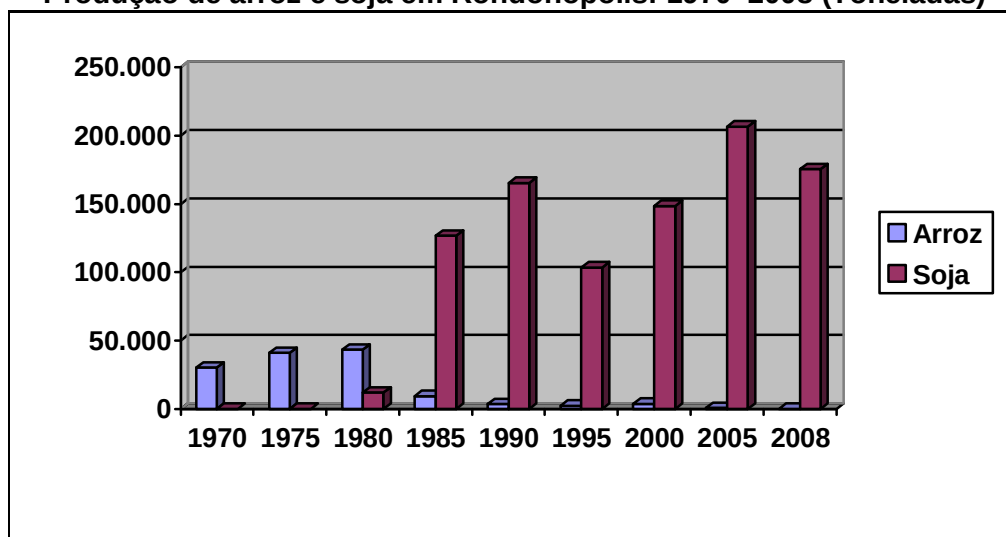
⁸¹ Assim, como afirmam Santos e Silveira (2001, p. 129), o avanço do cultivo comercial de grãos para o Centro-Oeste evidencia: “[...] a ocupação periférica, que a modernidade contemporânea tornou possível, e não podem esconder as pegadas das grandes firmas agroalimentares sulistas. Ceval, Sadia, Frangosul, Avipal e também Perdigão são responsáveis pela expansão acelerada das fronteiras agrícolas nessa região, onde implantaram monoculturas altamente cientificadas que são, certamente, solidárias com as cadeias produtivas que essas empresas comandam”.

⁸² Laércio Benedito Polizel é engenheiro agrônomo, extensionista rural e coordenador do escritório local da EMPAER. Paulista de Juritis, reside em Rondonópolis desde 1978. Entrevista concedida ao autor em agosto de 2009.

arroz, uma vez que simbolizam temporalidades bem distintas, pois advindas de divisões territoriais do trabalho diferenciadas (Gráfico 6).

A cultura do arroz, enquanto produção de excedente, está vinculada ao processo de ocupação do território em Rondonópolis, nas terras de mata, dentro de um circuito espacial de produção local e regional até 1970. Posteriormente, já nas terras de cerrado, há uma grande expansão de sua área plantada até meados de 1980. Nesse segundo período, seu cultivo antecedia o plantio da soja ou das pastagens plantadas, servindo para “amansar o cerrado”.

Gráfico 6
Produção de arroz e soja em Rondonópolis: 1970–2008 (Toneladas)



Fonte: IBGE, PAM: 1970, 1975, 1980, 1985 e 1990; EMPAER-MT: 1995, 2000, 2005 e 2008. Organizado por Sergio Negri, 2009.

Fica evidente que o avanço da sojicultura no Sudeste Mato-grossense, com mais vigor na década de 1980, não resultou num processo de substituição de culturas sob os moldes do ocorrido na Região Concentrada, ou seja, com as culturas de exportação se sobrepondo às áreas outrora ocupadas por culturas tradicionais. Isso porque a soja já surge no território a partir de demandas externas, na década de 1980, dentro de um circuito espacial de produção de alcance global, no contexto da expansão do meio técnico-científico para as terras de cerrado. Nesse processo, as culturas comerciais, destinadas para a indústria e/ou à exportação “conquistaram as chapadas” (MENDONÇA, 2004), que, conjuntamente com o avanço da pecuária, impuseram uma nova dinâmica produtiva ao espaço agrícola local e regional.

Os cultivos do milho e do algodão também apresentaram um relativo crescimento na produção, evidenciando o meio técnico-científico-informacional presente, adensando o território. De fato, segundo o Anuário Brasileiro do Algodão (2001), a partir de 1995, Mato Grosso foi o estado pioneiro no plantio de algodão em moldes empresariais nas terras de cerrado, processo que inclui mecanização em todas as fases da produção e uso intensivo de capital, uso de agrotóxicos, fertilizantes e sementes adaptadas. Fatores que possibilitaram uma sensível elevação da produtividade desse produto, que atinge em média de 3.300 a 3.600 Kg/ha no estado.

Mas, ao lado das inovações técnico-científicas introduzidas no sistema produtivo, o sucesso da produção do algodão no cerrado Mato-grossense deriva também das ações políticas, normatizações por parte do Governo Estadual, nesse caso, do PROALMAT (Programa de Incentivo à Cultura do Algodão de Mato Grosso) de 1997. Programa que concede aos produtores, um incentivo fiscal de até 75% do ICMS incidente sobre o valor de comercialização do algodão.

Por sua vez, o cultivo da mandioca apresentou relativo crescimento desde o ano 2000. Em Rondonópolis seu cultivo é voltado principalmente para a subsistência, produzida exclusivamente pela pequena produção familiar, destina-se ao consumo *in natura* (variedade Liberata) e ao fabrico artesanal de farinha (variedade Paraguaia), cujo excedente é comercializado, segundo EMPAER (2008).

No território brasileiro, o consumo da mandioca se constitui enquanto importante fonte para a alimentação e subsistência de inúmeros povos e comunidades ao longo da história, fato que remonta ao período anterior à colonização européia. Segundo Darcy Ribeiro (1995, p. 31), a domesticação da mandioca e de várias outras plantas da floresta tropical é devida aos povos Tupi, fato que se “[...] constituiu uma façanha extraordinária, porque se tratava de uma planta venenosa a qual eles deviam, não apenas cultivar, mas também tratar adequadamente para extrair-lhe o ácido cianídrico, tornando-a comestível”.

Darcy Ribeiro (1995), ainda destaca a importância, a “preciosidade”, da mandioca para a agricultura de subsistência, uma vez que essa planta resiste por meses na terra, não necessitando ser colhida e estocada. De fato, segundo o

calendário agrícola da EMPAER, em Mato Grosso, a mandioca pode ser colhida ao longo de oito meses do ano (de março a novembro), com custos irrisórios.

Nos últimos anos alguns produtos não tradicionais da região vêm ganhando relativo destaque, como são os casos do cultivo da seringueira, cultura permanente de maior área no município, com 645 hectares; também o cultivo de coco da Bahia, com 125 hectares ocupados, envolvendo 30 pequenos produtores rurais e, mais recentemente, a piscicultura, representada no município por 76 piscicultores, com 332 viveiros, distribuídos por 68 hectares.

Ainda assim, há uma exacerbada especialização do uso agrícola do território em Rondonópolis, que inclusive importa de outros estados brasileiros a maior parte dos alimentos consumidos no município, incluindo hortifrutigranjeiros, segundo informações da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária. Aliás, essa é uma situação generalizada em todo Mato Grosso, pois de acordo com a SEDER (Secretaria de Desenvolvimento Rural de Mato Grosso), 56% de todos os alimentos consumidos no estado provem de outras unidades da federação.

Segundo o presidente da ASMAT (Associação dos Supermercados de Mato Grosso), Altair Pierozan Magalhães, quase todas as mercadorias são importadas: “Tudo. A não ser óleo de soja, mandioca, açúcar e carne [...] Nós não temos fábrica de massa, ou qualquer outra, apenas duas empacotadoras de arroz e açúcar. Não produzimos batata, cebola, tomate, nada disso” (Apud: FANZERES, 23/10/2008). Portanto, uma realidade distante do discurso do agronegócio que procura exaltar Mato Grosso enquanto “celeiro do mundo”.

Rondonópolis não foge à regra, ao contrário, no município 80% dos alimentos são importados. As explicações são várias, segundo Laércio Polizel⁸³. Mas, a principal questão parece ser a falta de crédito e assistência técnica, já que se têm priorizado a produção de leite, através de uma política direcionada ao produto pelo Banco do Brasil (PRONAF A). Assim, paradoxalmente, grande parte dos alimentos consumidos inclusive no interior das pequenas propriedades também provém de fora do município: [...] tem propriedade aí que você chega, não sei também a tradição da pessoa, não tem pé de mandioca “os caras” levam tudo daqui para lá”. Ou seja, o pequeno produtor compra grande parte dos alimentos na cidade.

⁸³ Em entrevista citada.

Também, concomitante ao avanço das lavouras temporárias, a pecuária manteve seu processo de expansão, embora seu grau de modernização não tenha sido comparável com àquele das lavouras. Em Rondonópolis predomina a pecuária bovina, seguida pela criação de aves e de suínos (Quadro 14).

Desde 1970, a expansão da pecuária bovina se evidencia tanto pelo aumento do rebanho, como pela evolução da área ocupada pelas pastagens. Dessa forma, a especialização do uso agrícola do território regional e local vem se caracterizando pelo binômio: soja e gado bovino, ou seja agricultura e pecuária.

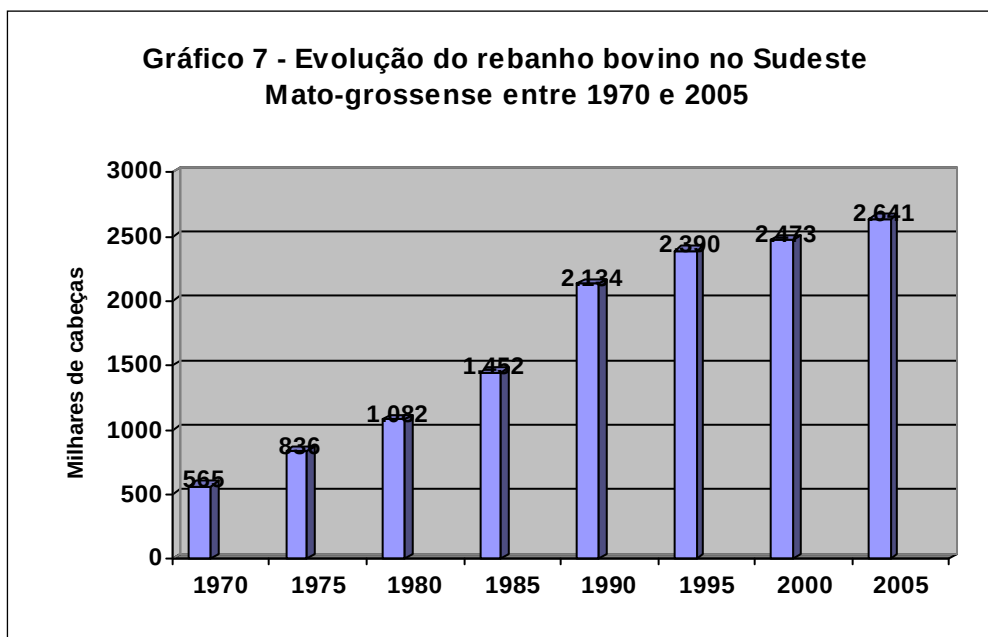
Quadro 14 - Efetivo da Pecuária nos Estabelecimentos Rurais de Rondonópolis - 2006		
Rebanho	Estabelecimentos	Cabeças
Bovinos	1.497	172.661
Bubalinos	04	1.714
Caprinos	25	365
Ovinos	169	4.502
Suínos	936	38.118
Aves	1.600	122.369
Fonte: Dossiê Rondonópolis, 2008. Organizado por Sergio Negri, 2009.		

As pastagens plantadas que representavam somente 11,1% do total das pastagens no município em 1970, passaram a representar 81,5% em 2008, evidenciando um dos poucos e principais vetores de modernização da atividade. Na opinião de Jairo Pradela⁸⁴,

[...] o produtor hoje está se preocupando mais em colocar algo na terra que tirar... hoje a reforma de pastagem já é fato com adubação, com a reforma deste capim, sementes certificadas, não estão comprando mais sementes piratas. [...] No estado e na região, aqui no município na região sul, a sementeira tem base aqui. Mas na região de Itiquira, Alto Garças, Jaciara, Primavera é que se produz as sementes para o consumo e tem mais, tem rotação de pastagem, não estão criando em pasto 200, 300, 500 cabeças, as pastagens de 200, 300 hectares estão piqueteadas, rotacionadas.

⁸⁴ Em entrevista citada.

O aumento das pastagens plantadas nas terras de cerrado se generalizou pelo Sudeste Mato-grossense, desde a década de 1970, graças à introdução do gênero *Brachiaria*, gramínea que revolucionou a pecuária nas áreas de cerrado do Brasil Central, evento acompanhado de um processo de contínuo crescimento do rebanho bovino na região (Gráfico 7).



Fonte: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em agosto de 2009.
Organizado por Sergio Negri, 2009.

Conseqüentemente, a expansão da produção agrícola local e regional após 1970 se deu pela acentuada expansão da área ocupada, modernização e especialização crescente da produção agrícola, consubstanciada na cultura da soja e pecuária bovina, produtos fortemente vinculados às demandas globais por *commodities*.

Este processo de reorganização produtiva do território, comandado pelos novos migrantes sulistas capitalizados, beneficiados pelas políticas estatais culminou na reorganização do território de Rondonópolis, o qual foi refuncionalizado para exercer o papel de um centro funcional, constituído de fixos e fluxos voltados aos interesses corporativos do agronegócio globalizado da soja.

CAPÍTULO IV

AGRONEGÓCIO DA SOJA E USO DESIGUAL DO TERRITÓRIO EM RONDONÓPOLIS

4.1 – Expansão do agronegócio da soja e refuncionalização do território

A nova dinâmica territorial que se instala no cerrado Mato-grossense, após 1970, integra definitivamente Rondonópolis nos circuitos espaciais produtivos globalizados de *commodities* agrícolas. Nesse processo, todo o Sudeste Mato-grossense passa a receber grande contingente de migrantes - de um lado, uma maioria constituída de pobres, que buscava trabalho, de outro, uma pequena minoria capitalizada em busca de investimentos, sobretudo, aquisição de terras de cerrado na região.

Estes novos migrantes capitalizados vindos das Regiões Sul e Sudeste do Brasil⁸⁵, se apropriaram de grandes propriedades rurais, fato facilitado pelo preço da terra no cerrado que era relativamente mais barato que no mercado de sua região de origem⁸⁶.

Nesse processo, também foram fundamentais as políticas estatais que atendiam a interesses de classes específicos - financiamentos, subsídios e incentivos fiscais, que possibilitaram a incorporação capitalista das terras de cerrado. Ou seja, a transferência da mais-valia retida pelo Estado para uma minoria, escolhida e idealizada para produzir grãos para exportação no cerrado.

Além dos gastos com investimento e custeio, muitas vezes os recursos públicos (como os do POLOCENTRO e PROTERRA), eram utilizados para aquisição de terras no município e região, conforme se pode verificar nas colocações do sr. Eloi Prata, agrônomo que trabalha com financiamentos desde

⁸⁵ Aqui abrimos um parêntese para sublinhar a diferença entre a colonização entre as regiões norte e sul do estado de Mato Grosso, a partir de 1970. Como já destacado por vários autores (TAVARES dos SANTOS, 1993; GALINDO e SANTOS, 1995 e SILVA, 2003, entre outros), a migração para a porção norte do estado é resultante de projetos de colonização, sobretudo particular, como são os casos de Sinop e Alta Floresta, por exemplo, e em sua maioria, composta de pequenos produtores rurais vindos do Sul do país. Enquanto que na porção sul são as migrações espontâneas que predominam, incluindo empresários capitalizados, técnicos, profissionais liberais, mas também trabalhadores pobres, alguns ex-proprietários arruinados no Sul. Todos estes possuíam em comum a atração exercida pela nova dinâmica territorial derivada do processo de incorporação das terras de cerrado da região.

⁸⁶ Durante o transcorrer da década de 1980, esse diferencial ainda funcionava como grande atrativo para a região. Nesse sentido, Cunha (1994), relata que em 1985 os preços de terras de lavouras no Mato Grosso correspondiam a apenas 19% daqueles praticados no Paraná e a 34% daqueles observados no Rio Grande do Sul à época.

1975: “Na minha mesa de trabalho, eu cansei de ver gaúcho pagar terras com os financiamentos que deveriam ser destinados a desmatamento e custeio de áreas a serem cultivadas” (Apud: PEIXINHO, 1998, p. 112).

Esses novos agentes - “gaúchos⁸⁷”, como são conhecidos regionalmente - imprimiram novos usos às terras de cerrado (chapadas), porções do território até então à margem do processo de acumulação de capital que se realizava na região. Luedemann (2009, p. 03), relata esse processo:

Sem dívidas e com o apoio financeiro e técnico do governo, ocuparam o alto das chapadas sem gerar grandes conflitos com as oligarquias pecuaristas instaladas nos vales. Abriram o cerrado e palmilharam as serras aplainadas com a soja até alcançar o cultivar que melhor adaptasse as condições climáticas da região. A sojicultura permitiu a instituição definitiva da agricultura capitalista em Mato Grosso, retirou dos vales o poder político-econômico e inseriu o território na economia internacional

Do poder econômico, agora fundado principalmente no capital tecnológico, desloca-se a força política dos sistemas de atividades, da antiga oligarquia pecuarista dos vales, ao sistema de atividades do agronegócio comandada pelo migrante “sulista” nas terras de cerrado das chapadas, como nova elite política e econômica em Rondonópolis (Figura 7).

Portadores de uma experiência acumulada em suas regiões de origem - Rio Grande do Sul, Oeste do Paraná e sul do Mato Grosso do Sul (COY e LÜCKER, 1996), esses novos produtores capitalistas são inseridos rapidamente nos circuitos espaciais produtivos globalizados, no contexto da política brasileira de exportações da década de 1980, principalmente da *commodity* soja.

⁸⁷ Haesbaert (1995, p. 24), qualifica essa migração sulista conhecida genericamente como “Gaúcha”, enquanto “Diáspora”. Para esse autor, trata-se de uma migração originária do “[...] camponês expulso da terra pela modernização ou pela concentração da propriedade e do empresário em busca de novas áreas agrícolas para investir ou de novas terras e crédito fácil com os quais especular”. Na opinião de BRUM (1988, p. 102), trata-se de uma vanguarda “[...] constituída predominantemente de sojicultores gaúchos, que adquirem terras por menos preço em novas regiões do país e levam para elas sua experiência nessa atividade e parcela de seu capital, além de contarem com a ajuda do crédito bancário. Trata-se, portanto, de grandes proprietários, geralmente com a colaboração de capatazes e mão-de-obra assalariada”.

Figura 7 - Feições geomorfológicas do Cerrado em Rondonópolis

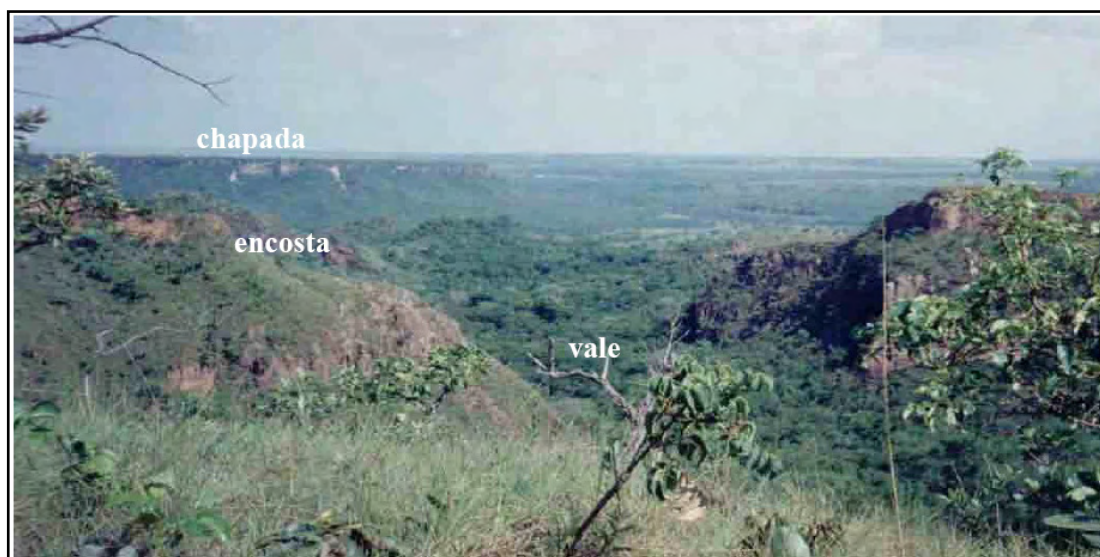


Foto: STURZA, 2005, p. 46.

Essa nova dinâmica de ocupação frente ao espaço herdado, é marcada pelo encontro de temporalidades diferenciadas (SANTOS, 2002), processo comentado por Joaquim Santiago, agrônomo da EMPAER, em entrevista a Peixinho (1998, p. 102-103):

[...] O pessoal que morava aqui predominantemente era descendente de mineiros, baianos, paulistas. Então tudo isso influenciou na questão, até das culturas introduzidas aqui. O pessoal desconhecia a cultura da soja. Como o conhecimento vai passando de pai para filho, esses migrantes que vieram de São Paulo, Minas e Bahia, eles não tinham esses conhecimentos. Eles não entraram no negócio. Então eles cultivavam mais arroz, milho, feijão e faziam aberturas das terras com arroz, mas com o intuito de fazer pastos.

No caso de Rondonópolis, esse novo fluxo constituído por migrantes capitalistas foi considerado um evento modernizador e saudado pela população local, enquanto o pequeno produtor, em torno do qual se sustentava a produção agrícola, até então, foi sendo progressivamente marginalizado.

Esse fato é ressaltado por Nascimento (1997, p. 55, 56):

[...] o sulista que se estabeleceu como médio ou grande proprietário, geralmente dedicado à cultura de soja, precedida ou não pela do arroz. [...] foi considerado sinônimo de progresso, e o pequeno produtor tradicional, base do desenvolvimento, foi esquecido e estigmatizado. A substituição parcial do produtor tradicional pelo novo migrante chegou a ser saudada no município.

Fica evidente que a ampliação da área de produção em subespaços, manchas e pontos modernizados no território necessita, tanto de uma esfera técnica como, e em primeiro lugar, de uma psicosfera. Trata-se, a psicosfera de uma generalização da idéia de modernização como sinônimo de instrumentalização do território para a viabilidade e crescimento das atividades econômicas capitalistas. Dessa idéia todo um investimento, principalmente por parte do Estado, se instala seletivamente nos lugares a serviço da iniciativa privada.

Nos países subdesenvolvidos, a ideologia precede o modo de produção. Ela não é um reflexo ou um espelho, uma superestrutura, ou seja, um resultado da produção. É sim, o instrumento de penetração dos modos de produção novos, uma causa. A ideologia do crescimento, no nível da nação e do Estado, e a ideologia do consumo, no nível dos indivíduos, são o motor da introdução de novas formas de produção (SANTOS, 2004b, p. 21).

É toda uma nova organização dos circuitos espaciais da produção agrícola no município de Rondonópolis. Intensificando o processo de urbanização da cidade de Rondonópolis e o uso corporativo do território, círculos de cooperação com o agronegócio vão instalando no município toda uma rede de serviços e comércio, aumentando ainda mais a produtividade espacial do lugar.

4.1.1 – Reorganização produtiva e concentração fundiária

Nesse processo, as novas funções demandadas pela expansão do capital, imprimiram novo ritmo à apropriação de terras, interferindo na escala de exploração agrícola, fato que acabou repercutindo na estrutura fundiária local e

regional. Ou seja, um processo de territorialização de novas formas capitalistas de produção, inserido na nova divisão territorial do trabalho do período técnico-científico-informacional.

Todavia, esse processo de reorganização fundiária na região se inicia em meados da década de 40, com a Frente de Expansão (pequenos proprietários, posseiros, colonos) e é sucedida, nas décadas de 50 e 60, pela Frente Pioneira (fazendeiros, pecuaristas, grileiros e trabalhadores braçais). A partir de 1970, com a possibilidade de uso das terras do cerrado como recurso produtivo, e a chegada dos novos migrantes, configura-se uma nova estrutura agrária mantendo ou aprofundando a concentração fundiária, em cujas grandes propriedades se instala uma agricultura moderna⁸⁸ (técnica e cientificamente), ou seja, uma *Frente Agrícola Intensiva*.

Segundo Mesquita (1989, p. 161), o impacto desse processo na estrutura fundiária regional foi diferenciado, dependendo das características do espaço pretérito dos lugares, as quais: “[...] combinaram-se às novas formas de ocupação regional, conduzindo a uma estrutura produtiva que, embora guarde homogeneidade quanto ao alcance de um novo patamar técnico, apresenta aspectos peculiares na sua evolução fundiária”.

Segundo dados do IBGE (1975), o Sudeste Mato-grossense possuía uma área total de 3.318.929 hectares em 1970. As pequenas propriedades – até 100 hectares – representavam 5,93%, enquanto as grandes propriedades, com mais de 1.000, hectares, representavam mais de 70% da área total dos estabelecimentos agropecuários. Enquanto isso, as 124 propriedades acima de 5.000 hectares existentes no período, ocupavam uma área 610,28% maior que a área ocupada pelas 14.408 pequenas propriedades. Esse fato evidencia que o espaço regional pretérito já apresentava uma estrutura fundiária muito concentrada no início da década de 1970, com a posse da terra monopolizada por latifundiários, mormente pecuaristas.

Rondonópolis não destoava do contexto regional, uma vez que em 1975, existiam 111 propriedades acima de 1.000 hectares, que ocupavam uma área de

⁸⁸ “O conteúdo técnico-científico do espaço permite, em áreas cada vez menos extensas, a produção de um mesmo produto em quantidades maiores e em tempo menor, rompendo os equilíbrios preexistentes e impondo outros, do ponto de vista da quantidade e da qualidade da população, dos capitais empregados, das formas de organização, das relações sociais, etc.” (SANTOS, 1996, p. 127).

404.667 hectares, correspondendo a mais de 66% da área total dos estabelecimentos. Enquanto isso, a área ocupada pelas 4.542 pequenas propriedades, de até 100 hectares, respondia por apenas 53.268 hectares, e representavam somente 8,71% da área total.

Aqui, quer se destacar, que essa herança fundiária adequava-se perfeitamente à nova estrutura produtiva que estava se implantando em Rondonópolis, consubstanciada no cultivo mecanizado de lavouras comerciais, e consumidora de insumos industrializados, principalmente a soja que exige grande escala de produção para ser viabilizada nas terras de cerrado (CUNHA, 1994). Ou seja, o território pretérito já era utilizado de forma desigual, já havia um uso corporativo do espaço agrário, anterior ao processo de modernização, que só fez aprofundá-lo e agravá-lo.

Entendemos que há uma continuidade do processo de concentração fundiária em Rondonópolis, uma vez que houve uma acentuada redução do número de pequenos estabelecimentos - até 100 hectares - entre 1975 e 1995. Nesse período, deixaram de existir 3.581 estabelecimentos nesse extrato de área, ou seja, uma redução de 78,85% em apenas 20 anos. Conseqüentemente, a área ocupada pelos pequenos estabelecimentos diminuiu 53.268 hectares para 31.389 hectares no período, contribuindo para o processo de concentração fundiária, com a área média das propriedades aumentando de 119,5 hectares em 1975, para 290,8 hectares em 1995 (Tabela 06).

A concentração fundiária e conseqüente êxodo rural em Rondonópolis derivam indiretamente do processo de incorporação do cerrado e da modernização agrícola⁸⁹. Conforme constatado já havia uma concentração da propriedade da terra herdada e mantida pela pecuária extensiva, que historicamente concorreu com a pequena propriedade nas áreas de mata, pois na

⁸⁹ Na interpretação de Cunha (1994, p. 90), “[...] as condições ecológicas aliam-se à tecnologia para separar as zonas de predomínio da propriedade muito pequena e da propriedade grande. Os pequenos proprietários carecem de recursos financeiros e particularmente humanos para o desenvolvimento de uma agricultura empresarial, intensamente capitalizada, como a do cerrado. [...] Em semelhantes circunstâncias é fundamental para esse grupo que a terra seja fértil. Por isso eles tendem a concentrar-se em algumas manchas de áreas de florestas (dentro da região de cerrados) e em áreas em que predominam os solos podzólicos eutróficos, [...] nos quais a topografia ondulada dificulta a mecanização. Os grandes proprietários, por outro lado, evitam as áreas de florestas – é mais barato desmatar uma área de cerrados que uma área de florestas - , preferem os terrenos planos e não se importam com a baixa fertilidade do solo, que pode ser facilmente corrigida”.

região já “No início da década de 70, a pecuária dominava espacialmente, acentuando-se a concentração da terra” (KELLER e MAGNANINI, 1977, p.158).

Tabela 06 - Área e número de estabelecimentos nos estratos de áreas no município de Rondonópolis: 1960–1995.									
Ano	Número	Área total	Área média	0 a 100		100 a 1.000		+ de 1.000	
				Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área
1960	1.391	229.304	164,84	1.101	29.336	260	77.185	30	122.783
1970	4.798	513.866	107,10	4.317	51.605	392	130.217	83	332.044
1975	5.110	611.123	119,59	4.542	53.268	456	153.188	111	404.667
1980	2.463	451.485	183,30	2.025	33.957	388	123.716	90	293.812
1985	2.089	448.061	214,48	1.587	31.096	401	127.075	101	289.890
1995	1.473	428.487	290,89	961	31.389	419	136.042	92	261.052
Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1960, 1970, 1980, 1985 e 1995/96. Organizado por Sergio Negri									

Também, é preciso considerar que nesse processo, nas décadas de 1970 e 1980, a terra foi apropriada enquanto reserva de valor, conforme relata Mesquita (1989, p. 151):

Os incentivos fiscais à ocupação da Amazônia foram decisivos no sentido de estimular uma forma de ocupação de caráter empresarial que, no caso de Mato Grosso, assume a feição de empreendimentos voltados para a exploração agropecuária ou para a colonização, que têm, contudo, em comum o uso do território amazônico como forma de valorização do capital.

A valorização das terras que acompanhou o processo de difusão do meio técnico-científico nas áreas de cerrado do Centro-Oeste⁹⁰, constitui-se numa variável explicativa importante para esse processo. De fato, a valorização das terras em Rondonópolis foi bastante acentuada entre 1970 e 1985. Segundo Peixinho (1998), o preço médio do hectare das terras de lavouras passou de 58,88 dólares em 1970, para 380,12 dólares em 1985, enquanto isso, o preço das terras de pastagens aumentou de 36,22 dólares em 1970, para 323,93 dólares o

⁹⁰ Segundo Mesquita (1989, p. 160), “A variação do preço da terra foi particularmente elevada na porção meridional do Centro-Oeste, [...] No Estado de Mato Grosso apenas a área de Rondonópolis apresentou aumento absoluto mais significativo no preço da terra a partir da reestruturação de sua atividade agrícola tradicional e da implantação de modernos empreendimentos voltados para a pecuária de corte”.

hectare, em 1985, um crescimento percentual de 545,58% e 794,34%, respectivamente, em apenas 15 anos.

Esse processo de valorização fundiária ainda é muito importante para o entendimento das alterações no uso do território em Rondonópolis, uma vez que presentemente, nesse município estão localizadas as terras mais caras de Mato Grosso. O vetor desse processo é a produção de *commodities*, sobretudo, soja e algodão, pois nestas terras o hectare valia, em 2009, 10.50 mil reais, segundo reportagem do Jornal Diário de Cuiabá (2009), citando levantamento da AgraFNP (Agra Informa Inc.). (<http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=348135>. Acesso em 15 de julho de 2009).

Esse fenômeno, provavelmente contribuiu para o decréscimo da produção familiar em Rondonópolis, resultado do processo de aglutinação de lotes por parte dos proprietários capitalizados.

O comportamento da condição do produtor em Rondonópolis demonstra que entre 1970 e 2006, diminuiu radicalmente o número de estabelecimentos, bem como a área mantida pelos arrendatários, parceiros e ocupantes, em detrimento dos produtores-proprietários, indicando um processo de aprofundamento de formas capitalistas de produção no espaço agrário de Rondonópolis (Tabela 7).

Tabela 7 - Evolução da condição do produtor no município de Rondonópolis, por estabelecimentos - 1970–2006

Ano	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante	
	Nº	Área (ha)	Nº	Área (ha)	Nº	Área (ha)	Nº	Área (ha)
1970	1.642	483.095	2.265	18.257	328	3.175	563	9.338
1975	1.553	581.127	2.647	21.677	365	2.482	545	5.830
1980	1.251	426.464	657	15.627	129	1.098	427	8.299
1985	1.483	421.952	312	22.626	75	584	219	2.901
1996	1.368	350.559	52	8.815	05	46	52	1.337
2006	1.372	245.561	70	28.742	09	889	32	587

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96 e 2006. Organizado por Sergio Negri, 2008.

Em poucos anos houve um alargamento da área de produção e um aumento da produtividade dos cultivos destinados à exportação, com destaque para a soja.

4.1.2 – Urbanização acelerada e corporativa

Todo esse processo de reorganização fundiária e produtiva do território deslocou o investimento do capital das áreas de mata, intensificando-o nas áreas de cerrado. A concentração fundiária e a concentração do capital são também responsáveis por um movimento de migração da população para Rondonópolis, exigindo uma urbanização acelerada da cidade.

Portanto, é exatamente durante a década de 1970, período auge das políticas públicas e de incorporação capitalista das terras de cerrado, com a internalização do meio técnico-científico-informacional, que ocorre a inversão, o ponto de inflexão, na distribuição rural-urbana da população. De 36.989 habitantes - representando quase 60% da população total em 1970 - a população rural decresceu para 16.512 habitantes em 1980, passando a representar somente 20,06% da população total. Em apenas uma década, Rondonópolis se tornou um subespaço urbanizado, chegando em 2007 com uma população total de 172.783 habitantes, dos quais 164.969 habitantes ou 95,47%, reside na área urbana (Quadro 15).

Quadro 15 - Evolução da população total e da situação do domicílio no Município de Rondonópolis entre 1950 e 2007					
Ano	Total	Rural	(%)	Urbana	(%)
1950	2.888	2.044	70,77	844	29,22
1960	22.302	17.820	79,90	4.482	20,09
1970	62.086	36.989	59,57	25.097	40,42
1980	82.293	16.512	20,06	65.781	79,93
1991	126.627	13.595	10,73	113.032	89,26
2000	150.227	8.389	5,58	141.838	94,41
2007	172.783	7.814	4,52	164.969	95,47
Fonte: IBGE, Censos Demográficos: 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e Contagem da População, 2007.					

Esse processo teve conseqüências no crescimento da cidade, com o surgimento de vários loteamentos. Na década de 1970 foram 76 os loteamentos, enquanto no decorrer dos anos de 1980, 83 novos loteamentos foram criados. Deste período até 2000, mais 43 loteamentos, ou seja, 201 loteamentos no

período ente 1970 e 2008. O comando desse processo de parcelamento do solo urbano, maior que o crescimento da população no período, foi feito pela iniciativa privada, responsável por mais de 90% dos loteamentos, evidenciando que esse acentuado crescimento da malha urbana foi direcionado pela especulação imobiliária⁹¹. Esse processo é analisado por Negri (2008, p. 54):

O principal instrumento de especulação imobiliária utilizado pelos promotores imobiliários é a instalação de loteamentos distantes do centro da cidade em áreas completamente vazias entre estes e o restante da cidade. A construção de conjuntos habitacionais foi iniciada neste período, pois dessa forma haveria maiores chances do Estado provê-los com infra-estrutura básica, as quais passariam pelos terrenos vazios, valorizando-os. Essa estratégia do mercado imobiliário contribuiu em muito para o aumento da malha urbana e, conseqüentemente, também para o aumento do perímetro urbano em várias oportunidades no decorrer da história recente de Rondonópolis. Desta forma, conjuntos habitacionais como Colina Verde, Coophalis, Jardim Atlântico, Jardim Europa, Coopharondon, todos no quadrante leste, distantes em média mais de quatro quilômetros do centro da cidade, surgiram neste período, intercalados, às vezes, por um ou por outro pequeno residencial.

Mais recentemente, com a agroindustrialização da produção agrícola, o crescimento da cidade de Rondonópolis também se enveredou para um processo de verticalização, inicialmente na área central da cidade (Foto 7), nas décadas de 1980 e 1990, em forma de escritórios comerciais e de serviços, destinados a profissionais liberais, sede de micro e pequenas empresas de caráter local. Esse período apresenta um arrefecimento na especulação imobiliária, com a mercantilização do solo urbano, processo iniciado no final da década de 1960, com o advento dos primeiros loteamentos particulares.

⁹¹ Milton Santos (1993, p. 96), discorrendo sobre a especulação imobiliária, entende que se trata de um processo resultante de dois movimentos, ao mesmo tempo conjugados e convergentes entre si: “[...] a superposição de um *sítio social* ao *sítio natural* e a disputa entre atividades ou pessoas por dada localização. A especulação se alimenta dessa dinâmica, que inclui expectativas. Criam-se sítios sociais uma vez que, o funcionamento da sociedade urbana transforma seletivamente os lugares, aperfeiçoando-os às suas exigências funcionais. É assim que certos pontos se tornam mais acessíveis, certas artérias mais atrativas e, também, uns e outras, mais valorizados. Por isso, são as atividades mais dinâmicas que se instalam nessas áreas privilegiadas; quanto aos lugares de residência, a lógica é a mesma, com as pessoas de maiores recursos buscando alojar-se onde lhes pareça mais conveniente, segundo os cânones de cada época, o que também inclui a moda. É desse modo que as diversas parcelas da cidade ganham ou perdem valor ao longo do tempo”.

Foto 7 – Aspecto da verticalização na área central de Rondonópolis – 2007



Fonte: Prefeitura Municipal de Rondonópolis, 2007, Apud: Negri, 2008, p. 62

Na seqüência, nos anos recentes, uma série de empreendimentos são lançados, destinados à moradia, em áreas consideradas nobres no espaço urbano (Foto 8). Esse fato se torna mais perverso na medida em que o crescimento horizontal da cidade já havia sido desmesurado, de tal forma que em meados da década de 1990, a área ocupada da cidade era de apenas 40% dos lotes, enquanto os 60% restantes estavam ociosos, segundo estudo de Sette (1996).

Nesse processo de crescimento da cidade, poucos proprietários fundiários concentram a maior parte dos lotes, limitando o acesso da população mais pobre à moradia, verdadeiros “latifundiários” urbanos que imobilizam grandes áreas, normalmente deixadas por muitos anos sem realizar a limpeza, o que alimenta a criminalidade e o aparecimento de epidemias, como é o caso da dengue (VIEIRA NETO, 2000).

Chega a tal monta a especulação na cidade, presentemente, que os programas habitacionais financiados pela Caixa Econômica Federal estão apresentando atraso dado o preço cobrado pelos lotes urbanos, que estão em média quatro vezes mais caros que o valor cobrado em outras cidades no estado. Segundo noticiado no Sítio Primeira Hora (2005), em alguns casos está sendo cobrado até R\$ 26,00 pelo metro quadrado do terreno enquanto o preço médio pago pela Caixa Econômica Federal é de no máximo R\$ 8,00 o metro quadrado.

Foto 8 – Prédios residenciais em área nobre em Rondonópolis – 2009.



Foto: Sergio Negri, julho de 2009.

A própria Prefeitura Municipal de Rondonópolis, assume o fato de que a grande quantidade de terrenos mantidos ociosos (Figura 8) é uma das principais causas da especulação imobiliária na cidade, uma vez que dos 84.950 lotes existentes somente 44.580 encontram-se edificadas, enquanto 40.370, estão vazios, ou seja, 47,5% do total.

Com a consolidação do agronegócio da soja, a partir de 1990, se acentua essa tendência de privatização do território, podendo-se afirmar que Rondonópolis se torna uma “cidade corporativa” (SANTOS e SILVEIRA, 2001). Exemplo disso, em 2006 foi aprovado o novo Plano Diretor do município, substituindo o antigo de 1994, nesse processo o perímetro urbano de Rondonópolis foi acrescido, em área, em quase o dobro do existente anteriormente, passando de 12.690,58, para 25.145,88 hectares.

Figura 8 – Vazio urbano na porção leste de Rondonópolis - 2007



Fonte: Google Earth, 2007 (Apud: NEGRI, 2008, p. 97.)

Os principais aumentos se deram nas áreas que margeiam as rodovias federais (Br 364, saída para Cuiabá e Br 163, em direção a Campo Grande - MS). Trata-se de áreas previstas para instalação de novos distritos industriais, inclusive de um possível terminal ferroviário de cargas da Ferronorte (Br 163), espaço estratégico para a logística do agronegócio. Segundo observa Negri (2008, p. 99),

Dentre os proprietários rurais beneficiados pela nova demarcação do perímetro urbano ao longo da Br 163, destacam-se o Deputado Federal Welinton Fagundes, Grupo Agropecuário Mônica, de propriedade da família Marchett, Grupo André Maggi, de propriedade do atual Governador do Estado de Mato Grosso Blairo Borges Maggi e a multinacional ADM.

Essa ampliação do perímetro urbano também atingiu o Aeroporto Municipal “Maestro Marinho Franco” (Foto 9), que dista 16 Km de Rondonópolis, localizando-se a meio caminho entre a área urbana e o futuro terminal ferroviário. Como se verifica, trata-se de uma área do município que deverá se constituir em um importante modal (aéreo, rodoviário e ferroviário), essencial para elevar a

fluidez do território, diminuindo sensivelmente os custos dos transportes, elemento constrangedor do escoamento da produção agrícola regional e estadual.

Foto 9 – Aeroporto Municipal de Rondonópolis “Maestro Marinho Franco”



Fonte: Prefeitura Municipal de Rondonópolis, 2009.

Esse processo de urbanização do território, com êxodo rural acentuado, resultando também num crescimento da cidade comandado pelos interesses especulativos dos incorporadores imobiliários, resultando numa cidade desigual, com o espaço urbano fragmentado e segregado: alguns poucos bairros contando com toda infra-estrutura necessária implantada pelo poder público (água, energia elétrica, asfalto, etc.), se tornando lugar de moradia dos migrantes capitalizados, os “novos ricos”; outros, em maior número e distantes, extremamente carentes da maioria dos equipamentos urbanos (VIEIRA NETO, 2000).

Esse aumento da composição orgânica e técnica do território, somado à continuidade da migração proveniente do campo e de outras cidades do estado e de outros estados, fez crescer a cidade de Rondonópolis, que atualmente se apresenta bastante expandida e dispersa, com uma segregação forte das classes sociais em seu território (NEGRI, 2008).

4.2 – Rondonópolis: constituição e centralidades funcionais de uma cidade do agronegócio

O processo de territorialização da agricultura capitalista globalizada, restrita aqui a expansão da sojicultura, ocorreu de forma desigual e combinada no tempo e no espaço, na medida em que a expansão dessa cultura se deu sobre espaços com rugosidades distintas. Com efeito, até o início da década de 1970 poucos subespaços, notadamente áreas de mata de ocupação mais antiga, já se constituíam em meios técnicos em Mato Grosso. Nos demais, sobretudo em ambientes de cerrado, predominavam os meios naturais ou pré-técnicos, pouco carregados de pedaços de tempo materializados no território⁹².

Na atualidade dois subespaços são hegemônicos na produção de soja em Mato Grosso, a região de Rondonópolis (Sudeste Mato-grossense) e a região do Planalto dos Parecis⁹³ (Norte Mato-grossense). Juntas estas duas áreas apresentam a maior parte da produção desta commodity no estado desde meados da década de 1990⁹⁴. Mas, no entanto, foram incorporadas pela agricultura capitalista em fases distintas e de formas diferenciadas, condicionadas tanto pelas rugosidades locais como pela dinâmica global, incluindo posturas diferenciadas do Estado no decorrer desse processo.

Em meados da década de 1970 a região de Rondonópolis já se caracterizava enquanto um meio técnico, apresentando heranças significativas no território decorrentes de frentes pioneiras em busca de terras e de normatizações estatais anteriores, como a colonização dirigida nas décadas de 1940 e 1960⁹⁵ e os programas PRODOESTE e PLADESCO, que viabilizaram a construção das

⁹² Segundo MESQUITA (1989) no início da década de 1970 somente 1/5 do território Mato-grossense estava ocupado com estabelecimentos rurais.

⁹³ Estamos considerando como Planalto dos Parecis a mancha modernizada ao norte de Cuiabá, com predomínio da sojicultura, englobando: 1) a região de Sorriso que se estende ao sul até Nova Mutum e a Sinop, ao norte, ao longo da BR-163; 2) região da Chapada dos Parecis, onde se destacam os municípios de Diamantino, Campo Novo do Parecis e Sapezal sob influência da BR-364 (DUBREUIL, et al, 2005).

⁹⁴ Na safra 1994/95 estas duas regiões já respondiam por 69% do total da soja produzida no estado e por 68,36% da área plantada (BERNARDES, 2002).

⁹⁵ Entre 1950 e 1960 a população desta área apresentou um crescimento percentual de 155,6%, passando de 36.441 para 93.167 habitantes (IBGE, 1960).

rodovias BR 163 e BR 364, por exemplo. Nesse sentido, quando essa área se insere paulatinamente no processo de territorialização da agricultura capitalista já apresentava um território herdado relativamente mais denso em fixos; resultante de um sistema de ações pretérito que havia proporcionado inclusive a cristalização de vários núcleos urbanos que mais tarde se tornaram cidades.

Conseqüentemente houve uma reorganização dos sistemas técnicos agrícolas tradicionais, com a incorporação de inovações técnico-científicas ao processo produtivo agropecuário, reorganizando o território por meio da refuncionalização das formas pretéritas e da instalação de novos objetos técnicos.

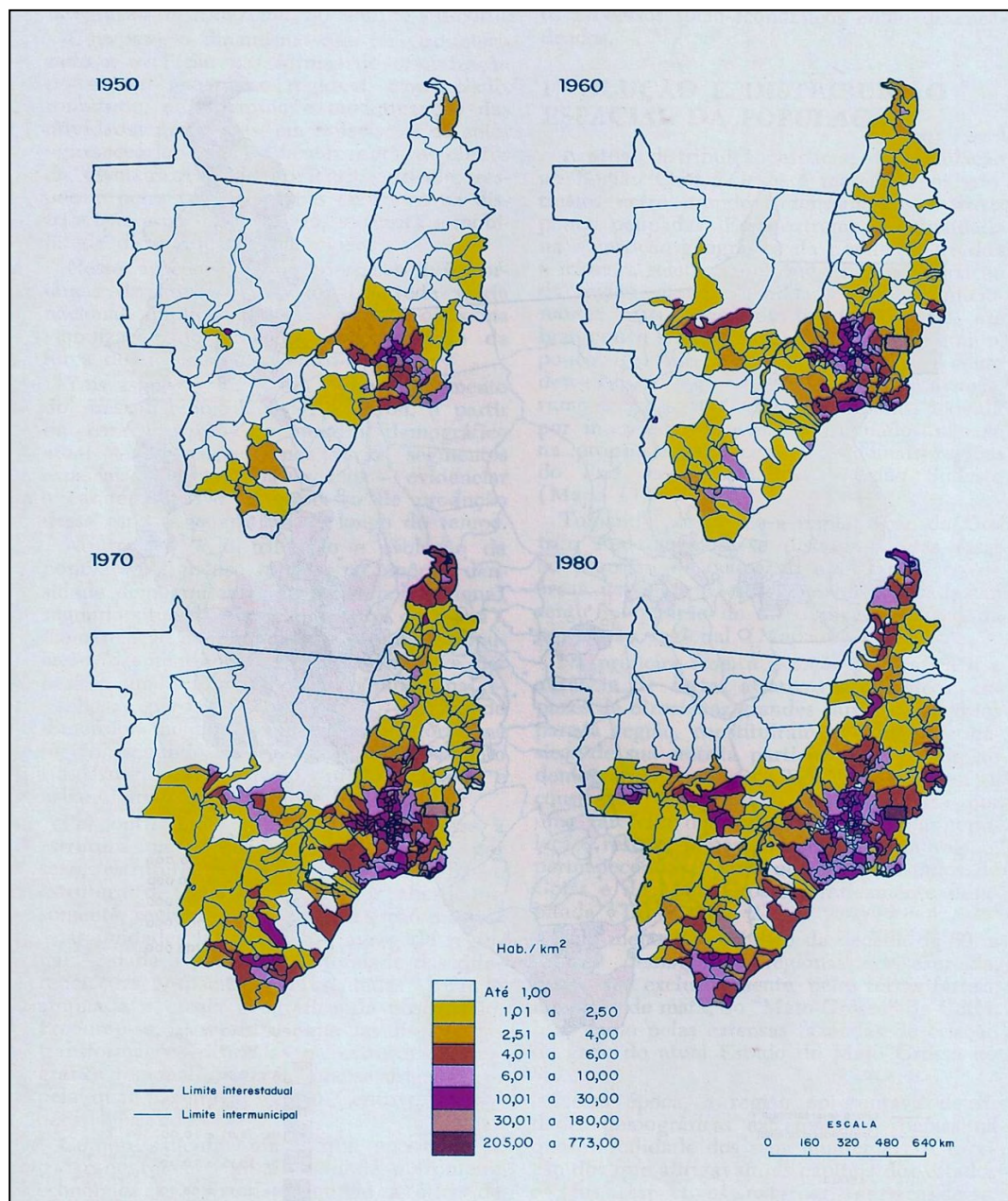
Por seu turno, vários subespaços da região do Planalto de Parecis ainda podiam ser caracterizados enquanto um meio natural. Uma vasta área que desde o final do século XIX até a década de 1960, manteve sua economia limitada basicamente à mineração do diamante e do ouro e ao extrativismo vegetal realizado por poaieiros e seringueiros. Segundo DUARTE (1989), até a década de 1960 esse subespaço apresentava uma baixíssima densidade demográfica, onde residiam apenas 62.478 habitantes, (excetuando-se os povos indígenas que não eram sequer objeto de recenseamento). Essa população encontrava-se distribuída em apenas cinco municípios - Aripuanã, Diamantino, Rosário Oeste, Chapada dos Guimarães e Barra do Garças. (Figura 9).

A região do Planalto de Parecis somente seria integrada à dinâmica da formação sócioespacial brasileira no contexto do deslocamento da fronteira agrícola intensiva contemporânea em meados da década de 1980 (DUARTE, 1989; ABREU, 2001). Nesse processo, tendo a soja como principal vetor, vastas áreas ao norte de Mato Grosso seriam rapidamente integradas e sua produção e consumo inseridos na nova divisão internacional do trabalho do período técnico-científico-informacional.

Essa ocupação periférica recente se caracteriza também pelo acolhimento rápido das novas técnicas de produção e da racionalidade econômica globalizada do agronegócio durante a década de 1990.

A difusão desigual e combinada do meio técnico entre estes subespaços no território Mato-grossense resultou também em distintos processos de urbanização.

Figura 9
Centro-Oeste: – Densidade da população total – 1950, 1960, 1970 e 1980



Fonte: Ajara, 1989, p. 126.

No caso da região de Rondonópolis, como já mencionado, as atividades econômicas precedentes proporcionaram um dinamismo político-administrativo resultando no desmembramento territorial e a criação de vários municípios⁹⁶. Nestes, a população rural representava a grande maioria (67,14%) em 1970. Esse

⁹⁶ Em 1970 já existiam 13 municípios nesta região, todos emancipados no período entre 1938 a 1963. (Ver Quadro 2).

quadro se inverteu no decorrer da década, tanto que em 1980 a população urbana já perfazia a maioria, 61,94% da população total da área. Esse processo nos indica - além da migração para a área que muito contribui para o aumento absoluto da população urbana⁹⁷ (AJARA, 1989) - um grande êxodo rural, seja para as cidades desta região ou para outras mais ao norte do estado, acompanhando a fronteira agrícola, conforme Keller e Magnanini (1977).

Nesta região a maioria das cidades derivadas da urbanização pretérita foi reestruturada e refuncionalizada para atender os novos conteúdos demandados pelo processo de territorialização da agricultura capitalista. Tornaram-se as Cidades do Campo (SANTOS, 1993).

No caso da região do Planalto de Parecis, trata-se de outra dinâmica. São subespaços cuja estruturação decorre principalmente devido ao avanço da soja⁹⁸, incluindo o processo de urbanização que se constitui na forma predominante pela qual se dá a incorporação dos novos espaços pela frente pioneira contemporânea na Amazônia Legal (BECKER, 1990). Estes, na sua maioria, já nascem urbanos. Temos, então, o processo de difusão do agronegócio através da territorialização da sojicultura semeando cidades - as Cidades do Agronegócio (ELIAS e PEQUENO, 2005), ou Famílias de Cidades da Soja, segundo terminologia de CATAIA (2005).

Porém, se o processo de crescimento da agricultura do Sudeste Mato-grossense foi acompanhado de um processo de esvaziamento demográfico do campo⁹⁹, no caso de novas áreas incorporadas neste processo recentemente, como em subespaços do Planalto dos Parecis, o campo já nasce vazio¹⁰⁰. A

⁹⁷ A população residente nas cidades da região aumentou de 61.536 habitantes em 1970 para 305.842 no ano 2000.

⁹⁸ Em 1986 foram criados 16 municípios na região Norte de Mato-Grosso (DUARTE, 1989). Somente ao longo da BR-163 foram criadas 12 novas cidades após 1986, segundo CATAIA (2005).

⁹⁹ Devemos fazer uma exceção para os municípios de Primavera do Leste e Campo verde, emancipados respectivamente, em 1986 e 1988; situados na porção norte do Sudeste Mato-grossense, apresentam uma dinâmica de ocupação e urbanização semelhante à Parecis (NEGRI, 2001; MONTEIRO, 2004).

¹⁰⁰ Aqui nos referimos especificamente ao modelo recente imposto na colonização de novas áreas, tipicamente urbano. Pois, como nos adverte PORTO-GONÇALVES (2006, nota 4, p. 240), "A idéia de vazio demográfico invisibiliza os habitantes dessas regiões e, se são regiões vazias de gente, não são povos e culturas a serem considerados e, assim, a ocupação é legítima".

urbanização precede o próprio povoamento (SANTOS e SILVEIRA, 2001). Talvez a cidade de Sapezal, na Chapada do Parecis, seja o exemplo mais emblemático desse processo no território brasileiro (SILVA, 2003; MONTEIRO, 2004). Este fenômeno nos permite falar metaforicamente em *Cidades Pré-fabricadas*, centros urbanos funcionais, criados à imagem e semelhança do agronegócio globalizado.

Embora estruturados em períodos e lógicas diferenciadas, estes subespaços mato-grossenses contemporaneamente funcionam unificados por uma lógica comum, por meio da produção em larga escala de commodities agrícolas. Produção presidida por um sistema de ações e um sistema de objetos carregados de ciência, técnica e informação, sobretudo da soja, configurando-se especializações produtivas extrovertidas ou alienadas, cujo comando é hierarquizado, exógeno ao lugar (SANTOS, 2004).

4.2.1 – Empresas globais, agroindustrialização e círculos de cooperação do agronegócio da soja em Rondonópolis

Em Rondonópolis, o processo de territorialização da agricultura capitalista foi acompanhado, em meados da década de 1980, pela instalação de empresas agroindustriais que atuam na exportação e no processamento de grãos e carnes. Na perspectiva de se aproveitar das vantagens competitivas da região como proximidade das áreas de cultivo e pela alta qualidade dos grãos, estas empresas beneficiaram-se, também, de incentivos fiscais da SUDAM e financiamentos do BNDES.

Segundo CASTRO e FONSECA (1995), os valores liberados em programas de apoio à agroindústria no cerrado entre 1987 e 1991 chegaram a 175 milhões de dólares. Mas segundo estimativas das autoras, o valor total destes investimentos podem ter ficado entre 350 e 400 milhões de dólares.

A atração das agroindústrias de processamento situadas no final da cadeia de grãos-óleos-farelos, para as áreas de cerrado do Centro-Oeste também foi influenciada pela política de preços mínimos do governo federal que acabou beneficiando a “economia de fronteira”, “... ao permitir que agricultores do centro-oeste

e do oeste da Bahia, por exemplo, não sofressem o impacto da diferenciação regional dos valores básicos de custeio [...], ajudando a consolidar a moderna e competitiva economia agroindustrial de fronteira ...” (FONSECA e GONÇALVES, 1995, p. 32).

No final da década de 1980, a escassez de recursos públicos para o crédito rural teve como contrapartida novas formas de financiamento da produção e de investimentos no setor agrícola e na agroindústria. Dessa forma, cresce substancialmente a participação dos recursos privados para custeio e também para investimentos. No início da década de 1990, a maior parte dos recursos aplicados na agropecuária provinha do setor privado, incluindo empresas exportadoras, agroindústrias e cooperativas, que antecipavam as compras. Além disso, empresas à montante da agricultura desenvolveram mecanismos de financiamento direto para aquisição de seus produtos, sobretudo, máquinas e insumos químicos (FONSECA e GONÇALVES, 1995).

Nesse sentido, a partir da década de 1990, o processo de creditização do território centroestino para viabilização do novo sistema de atividades agrícolas é decorrente, sobretudo, da ação das firmas globais, como a Bunge, ADM, Cargill, entre outras, que assim controlam a comercialização (BERNARDES, 2003b).

Em Rondonópolis, o processo de agroindustrialização da produção agrícolas, sobretudo da soja, se inicia com a instalação de uma unidade de esmagamento de soja da SADIA-MT, em 1985. No ano seguinte esta empresa já inaugurava sua fábrica de refino de óleo na cidade e, em 1988, uma fábrica de envasamento deste produto. Também a CEVAL, seguindo a esteira da evolução da soja no Sudeste Mato-grossense, inicia suas atividades em 1980, atuando na compra e venda de soja, para somente em 1992 instalar sua unidade de esmagamento na cidade de Rondonópolis (GUIMARÃES, 1997).

Em 1997 a SADIA-MT (setor soja) foi adquirida pela Archer Daniels Midland (ADM), empresa de capital americano, ao passo que, a CEVAL ALIMENTOS, que nesse período era líder no processamento de soja e produção de farelos e óleos, foi adquirida pela BUNGE no mesmo ano.

A instalação destas grandes firmas globais no município de Rondonópolis constituiu aquilo que Bernardes (2002) qualifica como Complexo da Soja em Rondonópolis. Um complexo agroindustrial cujo fator-chave é a soja, lavoura que extrapola os limites territoriais do município, abarcando todo o Sudeste Mato-

grossense e porções setentrionais do estado. Sua expansão, através de novas fronteiras agrícolas e da refuncionalização de antigas formas, como as pastagens degradadas, é devida à demanda destas grandes firmas e suas cadeias produtivas.

Estes fatores qualificam Rondonópolis como o principal Pólo Agroindustrial de Mato Grosso (SILVA, 1999). Esse município possui a maior capacidade instalada de beneficiamento de soja do estado, por meio das plantas industriais da Bunge Alimentos e da Archer Daniels Midland Company (ADM). Em 2006 os dois empreendimentos beneficiaram cerca de 3,5 milhões de toneladas de soja, correspondendo à cerca de 22% de toda a soja produzida em Mato Grosso, cuja safra 2005/06, foi da ordem de 15,87 milhões de toneladas.

Para se ter dimensão do tamanho dos empreendimentos, se toda a soja colhida nos municípios da região Sudeste de Mato Grosso - uma área de aproximadamente 500 mil hectares (o que equivale a 1,5 milhão de toneladas por safra) - fosse destinada ao beneficiamento, o volume seria suficiente para abastecer somente uma das esmagadoras. A produção do município de Rondonópolis é estimada em 200 mil toneladas/ano, ou seja, somente 16,95% da demanda das duas indústrias.

Com grande capacidade de investimento e acesso ao crédito e contando com incentivos fiscais, estas empresas vêm consolidando as centralidades funcionais de Rondonópolis, consubstanciadas nas atividades e serviços do círculo de cooperação que se avoluma em torno da dinâmica econômica e territorial decorrente da atividade agroindustrial, mas também do financiamento da produção, fornecimento de insumos, assistência técnica e aquisição da produção.

Nesse processo, a BUNGE (Foto 10) inaugurou em outubro de 2001, uma indústria misturadora de Fertilizantes em Rondonópolis, com capacidade inicial para produzir 180 mil toneladas ao ano. Até essa data, a empresa já respondia por 30% do mercado de fertilizantes no Estado. Trata-se de uma fábrica do tipo “multimarcas” – sob as bandeiras Manah, Serrana, IAP e Ouro Verde. A totalidade da produção abastece a demanda da região Sul do Estado, sendo a maior parte destinada aos produtores de soja e algodão.

Foto 10 – Planta da Bunge em Rondonópolis – Trevão: BRs 163 e 364



Fonte: www.tribunamt.com.br/wp-content/images/image, 2008.

A presença da Bunge Fertilizantes no estado até a inauguração da indústria de Rondonópolis consistia em uma rede de distribuição que aproveitava a logística da exportação da soja, utilizando os mesmos caminhões para a entrega dos produtos. Atualmente a expectativa reside no uso dos trilhos da Ferronorte (atual ALL – América Latina Logística). Orçada em 2,5 milhões de dólares, dos quais 60% provenientes de financiamentos junto ao BNDES, a nova unidade industrial gerou somente 21 empregos diretos e outros 70 indiretos.

Em 2005 a Bunge Alimentos investiu cerca de sete milhões de dólares para iniciar a industrialização do óleo de caroço de algodão na unidade de Rondonópolis. A previsão da empresa quando da inauguração desta unidade era a de gerar um total de 41 empregos diretos e outros 125 empregos indiretos¹⁰¹. Por sua vez, o município contava com incremento de receita anual da ordem de 14,9 milhões de reais em imposto sobre os produtos linter, óleo e farelo.

Atualmente Rondonópolis concentra toda a linha de fabricação do produto, que gira em torno de 120 mil toneladas por ano. Até janeiro de 2006 o

¹⁰¹ Bunge implantará esmagadora de caroço de algodão e girassol. **Diário de Cuiabá**, Cuiabá-MT, 15 set. 2003. Últimas Notícias. Disponível em: < <http://www.diariodecuiaba.com.br>>. Acesso em: 25 de jan. 2006.

beneficiamento era feito também na cidade de Bauru, no interior de São Paulo. Depois disso a Bunge centralizou a produção em Mato Grosso.

As iniciativas da multinacional Bunge para o município tiveram continuidade com a construção do maior complexo de refino da América Latina, anexo à unidade industrial desta empresa já existente em Rondonópolis, cujo funcionamento teve início no final de 2005. Para viabilizar o novo empreendimento foram investidos 90 milhões de dólares, com a expectativa de geração de 250 novos empregos diretos e 1.200 indiretos.

Segundo informações do secretário de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente à época, Élio Rasia, o município de Rondonópolis disputou a refinaria com os municípios de Lusiânia-GO e Barreiras-BA, sendo que a opção por Rondonópolis se deu em virtude do crescimento da produção de soja no Estado. “A projeção de aumento de 8% a 10% na produção do grão foi um dos atrativos para a empresa trazer a fábrica para Rondonópolis. Afinal, temos matéria-prima e demanda” (CASALI, 2005).

O novo complexo de refino de Rondonópolis produz 1,7 milhão de caixas de óleo ao mês, o que representa 50% do que a empresa oferta. Atualmente a multinacional coloca no mercado mais de três milhões de caixas de óleo.

Paralelamente esta empresa viabilizou uma unidade de produção de embalagens tipo *Pet* de 900ml, com capacidade de produzir 1,2 milhão de caixas de garrafas *Pet*/mês. Com isso, a Bunge fez da planta de Rondonópolis, um centro de distribuição para o Centro Oeste e Nordeste do país.

Por sua vez, a multinacional ADM se fixou em Rondonópolis em 1997, mesmo ano em que chega ao Brasil, por meio da compra de todo o parque industrial de soja da Sadia, o que incluía a fábrica localizada na cidade (Foto 11). Em função disso, o primeiro produto beneficiado na unidade da empresa foi o óleo que leva o nome da antiga proprietária da indústria (óleo Sadia). Depois disso, esta firma passou a produzir também o farelo de soja e edificou uma fábrica de fertilizantes (SILVA, 1999).

Foto 11 – Planta da ADM no Distrito Industrial de Rondonópolis



Fonte: www.atribunamt.com.br/wp-content/uploads, 2010.

A unidade da ADM, localizada no município já teve sua capacidade produtiva duplicada duas vezes desde o ano 2000 e processa atualmente dois milhões de toneladas de soja por ano. Sua unidade de óleo de soja tem capacidade para produzir 28 mil caixas do produto por dia. Cerca de 80% da produção é destinada ao abastecimento do mercado nacional e o restante exportado. A empresa comercializa ainda soja em grão e farelo de soja, sendo metade da produção destinada ao mercado internacional¹⁰².

Demonstrando uma estratégia territorial competitiva e agressiva na aquisição e processamento de matéria-prima, a ADM anunciou em julho de 2006 a construção de sua fábrica para produção de biodiesel em Rondonópolis à base de soja. O empreendimento tem capacidade anual de 180 mil toneladas e, segundo a divulgação, gera mais de 100 empregos diretos. O investimento foi de 35 milhões de dólares, entrando em operação no final do primeiro semestre de 2007. Esta é a maior fábrica do mundo na produção de biocombustível,

¹⁰² MORENO, Anelize. 22% da soja de MT são esmagados em Rondonópolis. **Diário de Cuiabá**, Cuiabá-MT, 01 ago. 2006. Economia. Disponível em: <<http://www.diariodecuiaba.com.br>>. Acesso em: 26 de jan. 2006.

superando a unidade da ADM localizada em Hamburgo, na Alemanha e o primeiro empreendimento da ADM na área de biodiesel no Brasil¹⁰³.

Para a empresa uma das vantagens de estar inserida no município é a proximidade com a região produtora de soja. A multinacional também possui fábricas no Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Minas Gerais.

Esta estratégia de localização também é compartilhada pelo gerente de processos da Bunge em Rondonópolis, João Dal-Bó, o qual considera que Rondonópolis é “Uma cidade bem localizada geograficamente, fator que atraiu a Bunge para o município. Rondonópolis fica próximo à região produtora de grãos e no entroncamento para São Paulo, Goiás, Distrito Federal e Mato Grosso do Sul, facilitando o escoamento da produção¹⁰⁴”.

Para o funcionamento do complexo da soja, como já mencionado, se instalou todo um círculo de cooperação, composto por instituições de pesquisa, com destaque para a Fundação Mato Grosso; uma rede comercial e de serviços especializados para suprir as demandas e necessidades da porção técnica da produção, além de um conjunto de empresas de sementes e empresas de transportes, que juntos, constituem o Circuito Superior do agronegócio, conforme detalham os trabalhos de Monteiro (2004) e Peixinho (2006).

Resultante desse processo, Rondonópolis se integra ao conjunto de cidades brasileiras que conforma as Cidades do Agronegócio, segundo Elias e Pequeno (2005). As características do seu comércio confirmam sua atuação enquanto centro funcional para o agronegócio, assistindo ao consumo produtivo demandado pelo campo cientificizado, o consumo produtivo característico do Brasil Agrícola Moderno (SANTOS, 1993; ELIAS, 1996). (Quadro 16).

¹⁰³ FRANCISCO, Nelson. Mato Grosso terá a maior fábrica de biodiesel do mundo. **Secretaria de Comunicação Social do Governo do Estado de Mato Grosso**. Cuiabá-MT, 28 JUL. 2006. Economia. Disponível em: <http://www.secom.mt.gov.br>. Acesso em: 26 de jan. 2006.

¹⁰⁴ Apud: MORENO, Anelize. 22% da soja de MT são esmagados em Rondonópolis. **Diário de Cuiabá**, Cuiabá-MT, 01 ago. 2006. Economia. Disponível em: <http://www.diariodecuiaba.com.br>. Acesso em: 26 de jan. 2006.

QUADRO 16 - Principais lojas comerciais de Rondonópolis e especialidade de atendimento ao produtor rural.

Nº	PRINCIPAIS LOJAS	ESPECIALIDADES
01	AGROAMAZÔNIA	Revenda de Defensivos Agrícolas
02	AGROMAIA	Revenda de Produtos Veterinários
03	AGROBOI	Revenda de Produtos Veterinários
04	AGROMAX	Revenda de Produtos Veterinários
05	LABORVET	Revenda de Produtos Veterinários
06	AGROMAT	Revenda de Produtos Veterinários
07	CASA DO FAZENDEIRO	Revenda de Produtos Veterinários
08	AGROFERRAGENS LUIZÃO	Ferragens
09	RONDOFERTIL	Revenda de produtos agrícola
10	AGROBASE	Revenda de produtos agrícola
11	AGROCENTER	Revenda de produtos agrícola
12	MULTIAGRO	Revenda de produtos agrícola
13	RONDOAGRO	Revenda de produtos agrícola
14	FERTIPAN	Revenda de produtos agrícola
15	AGROFITO	Revenda de Maquinas e produtos agrícolas
16	RONDOMAQ	Rev. de Maquinas e Implementos Agrícolas
17	GUIMARÃES AGRÍCOLA	Rev. de Máquinas e Implementos Agrícolas
18	AGROSHOPING	Rev. de Máquinas e Implementos Agrícolas
19	AGROVERDI	Rev. de Máquinas e Implementos Agrícolas
20	VALTRA	Rev. de Máquinas e Implementos Agrícolas
21	CAROLINA VEÍCULOS	Revenda de Automóveis
22	PANTA VEÍCULOS	Revenda de Automóveis
23	MAYRA	Revenda de Automóveis
24	IRMÃOS LOPES	Revenda de carretas de transporte
25	CAIADO PNEUS	Revenda de pneus e serviços
26	DOURACAP	Revenda de Pneus e serviços
27	CASA DA SEMENTE	Revenda de semente de pastagens
28	BUNGE	Revenda de Fertilizantes
29	ADM	Revenda de Fertilizantes
Fonte:EMPAER, 2008		

Paralelamente, novas profissões são demandadas pelo agronegócio, no campo cientificizado e na cidade funcionalizada por uma produtividade espacial dada pela dinâmica territorial hegemônica do circuito superior da economia. Como coloca Milton Santos (2002, p. 252), “Na medida em que cada produção supõe necessidades específicas, o aprofundamento do capital, sua maior densidade, sua mais alta composição orgânica, criam condições materiais sempre mais rígidas para o exercício do trabalho vivo”.

4.3 – Crescimento econômico extrovertido e desigual em Mato Grosso e Rondonópolis

No Brasil, as regiões agrícolas modernas (SANTOS, 1993) são altamente vulneráveis ao processo “modernizador” da globalização. Mormente, áreas mais rarefeitas de rugosidades pretéritas que as cidades, esses subespaços agrícolas, sejam eles manchas ou pontos no território brasileiro, são mais receptivos à expansão “das formas atuais do capitalismo” (SANTOS, 2004, p. 92).

Nesse processo, são criadas condições para o crescimento econômico nas regiões ou lugares mais voltados à produção para exportação, através de sucessivas modernizações, que embora desiguais e seletivas, reforçam as desigualdades regionais. Assim é que no Centro-Oeste, a modernização globalizadora se torna territorialmente visível por meio do adensamento dos sistemas de engenharia, aumento populacional, especialização territorial produtiva, entre outras manifestações. Segundo Kahil (2007, p. 18), este adensamento “[...] resulta da importância que assume para o Estado brasileiro, a atividade de produção e exportação da soja na região Centro-oeste do país, atividade muito responsável pelo equilíbrio da balança comercial e pela afirmação do país na divisão internacional do trabalho”.

Paralelamente ao processo de modernização do território, a fração da produção, propriamente dita, do circuito espacial de produção da soja se territorializa por sobre as terras de cerrado, preferencialmente em Mato Grosso, muito embora o centro de comando, a parcela política da produção, se localize fora (SANTOS, 1996; BERNARDES, 2003; CATAIA, 2005).

O centro de comando da produção agrícola da soja localiza-se na cidade de São Paulo. Nela se encontram sedes de grandes empresas que comercializam a soja e empresas que atestam a qualidade da soja que será comercializada na BM&F (Bolsa de Mercadorias e Futuro); encontra-se a ABIOVE (Associação Brasileira de Indústrias de Óleos Vegetais), fundada em 1981 e que reúne 13 empresas associadas que são responsáveis por aproximadamente 80% do volume de esmagamento de soja do Brasil (CATAIA, 2005, p. 3.307).

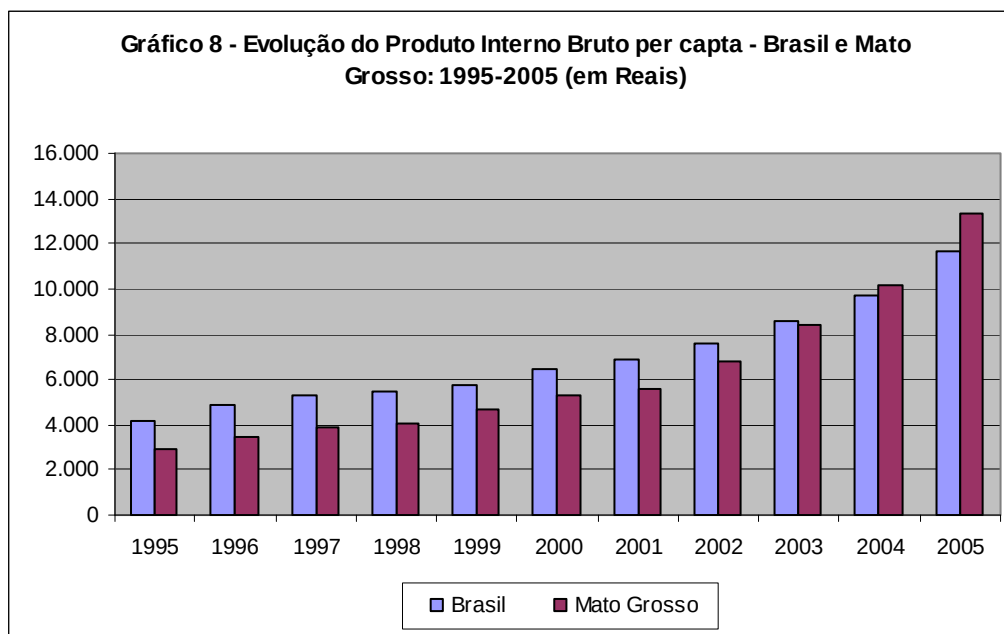
Nesse processo, pautado pelo discurso único de crescimento e competitividade (SANTOS, 2004), a produção agrícola em Mato Grosso, motivada pelos altos índices de produtividade e pelos altos preços da soja no mercado mundial nos últimos 10 anos, repercutiu no crescimento acelerado do PIB estadual, o qual saltou de 6.5 bilhões de reais em 1995, para 37.4 bilhões de reais em 2005, um aumento de 475,51% no período. Seu crescimento anual, a uma taxa média de 6,96%, superou em muito a média de crescimento do PIB nacional, situada em 2,64% ao ano na década (Quadro 17).

Quadro 17 – Produto Interno Bruto a Preços de Mercado – Brasil e Mato Grosso – 1995-2005				
Anos	Brasil (em milhões)		Mato Grosso (em milhões)	
	Preços correntes (R\$)	Taxa de crescimento anual (%)	Preços correntes (R\$)	Taxa de crescimento anual (%)
1995	646.192	4,20	6.510	1,95
1996	778.887	2,70	7.946	3,97
1997	870.743	3,30	9.155	5,58
1998	914.186	0,20	9.901	7,21
1999	973.842	0,79	11.701	8,67
2000	1.101.257	4,36	13.428	7,84
2001	1.198.736	1,42	14.453	6,87
2002	1.477.822	2,70	20.941	9,10
2003	1.699.948	1,15	27.889	4,9
2004	1.941.498	5,66	36.961	16,6
2005	2.147.239	3,16	37.466	5,00
Fonte: SEPLAN/MT, 2006. Organizado por Sergio Negri, 2009.				

O expressivo crescimento do PIB estadual se fez acompanhar pela elevação do PIB *per capita*, que apresentou um aumento da ordem de 467,02% no período, passando de 2.959 reais em 1995 para 13.365 reais em 2005, contra 11.658 reais *per capita* nacional. Em 2003 foi o ano em que Mato Grosso superou o PIB *per capita* nacional, então situado em 9.498 reais (SEPLAN/MT, 2007) (Gráfico 8).

No escopo do raciocínio neoliberal, onde é imprescindível a existência de um discurso que anteceda a tudo (SANTOS, 2004), o crescimento do PIB *per capita* é visto enquanto progresso, significando que a população Mato-grossense

teria aumentado sua renda e tido mais acesso ao consumo de bens e serviços básicos no período considerado.



Fonte: Anuário Estatístico de Mato Grosso, 2007. Organizado por Sergio Negri, 2009.

Entretanto, não é isso o que ocorre, uma vez que a produção da riqueza não é distribuída igualmente entre a população do estado. Trata-se antes, de um processo de produção de desigualdades territoriais, cuja dinâmica é dada pelo imperativo da competitividade e do crescimento econômico, sob o comando de grupos hegemônicos do agronegócio globalizado.

De fato, o crescimento econômico estadual, comandado pelo agronegócio, se fez acompanhar, inevitavelmente, por um processo significativo de concentração de renda. Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2001, 2005), o número de trabalhadores que percebia até um salário mínimo representava 48,82% do total de pessoas empregadas em Mato Grosso em 2001. O percentual de trabalhadores desta faixa salarial subiu para 54,85% da População Economicamente Ativa do estado em 2005. Por outro lado, o número de trabalhadores cuja classe de rendimento mensal situava-se acima de cinco salários mínimos teve reduzido drasticamente sua participação percentual frente ao total, passando de mais de 12% em 2001 para somente 8,57% em 2005. Além disso, também aumentou o número de desempregados no estado de 13,07

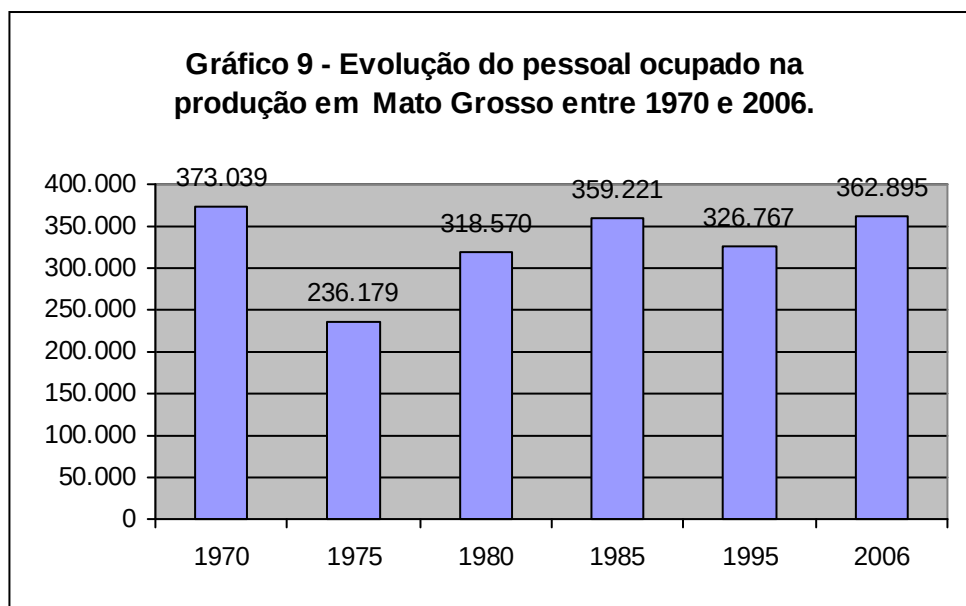
em 2001 para 13,52 em 2005. Tudo mostrando que o processo de modernização do estado é um processo de aprofundamento da exclusão (Quadro 18).

.Quadro 18 – Mato Grosso - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas e classes de rendimento mensal de todos os trabalhos – 2001 e 2005				
Ano	2001		2005	
Salários Mínimos	Número	(%)	Número	(%)
menos de 1	232.162	19,01	335.089	23,93
1 a 2	369.389	29,81	433.093	30,92
2 a 3	185.722	14,99	165.566	11,82
3 a 5	134.472	10,85	155.292	11,09
5 a 10	92.865	7,49	84.758	6,05
10 a 20	39.892	3,22	26.489	1,89
mais de 20	17.883	1,44	8.940	0,63
sem rendimento	161.987	13,07	189.386	13,52
sem declaração	4.471	0,36	1.656	0,11
Total	1.238.843	100%	1.400.269	100%
Fonte: IBGE – PNAD, 2001 e 2005. Organizado por Sergio Negri, 2009.				

Esse crescimento econômico apresentado por Mato Grosso nos últimos anos foi acompanhado de um empobrecimento da sociedade, ao mesmo tempo em que a modernização de subespaços promoveu a fragmentação do território. Estas novas desigualdades são também acompanhadas do aprofundamento das desigualdades pretéritas, herdadas do período anterior ao processo de incorporação produtiva das terras de cerrado pela agricultura capitalista.

A modernização técnico-científica do território no estado sendo corporativa e seletiva, exclui também grande parcela do pessoal ocupado com as atividades agrícolas diretas. De fato, entre 1970 e 2006, houve uma redução no pessoal ocupado em atividades agrícolas, nos estabelecimentos de 373.039 para 362.895 trabalhadores, representando um decréscimo de quase três por cento (Gráfico 9).

Esta diferença, para menos, parece pouco significativa, mas se torna paradoxal e surpreendente quando contrastada com o crescimento da área ocupada com lavouras no estado no mesmo período, que passou de 753.749 hectares em 1970, para 6.865.763 hectares em 2006, apresentando um aumento de 810,88%. Esta reduzida capacidade de absorção de trabalhadores pela agricultura científica encontra-se diretamente associada a instrumentalização do território pela técnica.



Fonte: Censos Agropecuários, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995-96 e 2006

Bernardes (2003a), trabalhando com dados do RAIS/CAGED, analisou o nível de absorção de empregos formais na agricultura Mato-grossense tomando por base os municípios maiores produtores de soja em 2003. A partir dos dados disponibilizados pela autora, pode-se verificar que a agricultura científica utilizando-se largamente dos avanços e inovações do período técnico-científico-informacional, constitui-se em uma atividade em que os recursos técnicos têm mais valor que os recursos humanos. Essa sobrevalorização do trabalho morto em relação ao trabalho vivo viabiliza a maximização da exploração da mais-valia relativa extraída diretamente da força-de-trabalho no campo.

Assim é que, pouco mais de quatro mil trabalhadores formais respondiam por uma área de 1.676.597 hectares em 2003, o que correspondia a uma média de 409,42 hectares para cada trabalhador. Em relação à produção, analisando os dez municípios maiores produtores de soja em Mato Grosso no ano de 2003, Bernardes (2003a, p. 41) ressalta que estes necessitavam “[...] apenas de 6.241 trabalhadores permanentes com carteira assinada para movimentar uma produção de 7.891.615 toneladas de soja, o que atesta o elevado nível técnico utilizado” (Quadro 19).

Quadro 19 – Municípios maiores produtores de soja em Mato Grosso – Área colhida, mão-de-obra empregada e relação hectares trabalhados por trabalhadores formais - 2003

	Município	Área Colhida (ha)	Trabalhadores com carteira assinada	Hectares trabalhados por empregado
1	Sorriso	523.000	965	541,96
2	Sapezal	322.584	1.107	291,40
3	Campo Novo do Parecis	320.186	1.037	308,76
4	Primavera do Leste	251.500	489	514,31
5	Diamantino	259.327	497	521,78
	Total	1.676.597	4.095	409,42

Fonte: Adaptado de Bernardes (2003a). Organizado por Sergio Negri, 2009.

Aqui, a superexploração do trabalho, tendo em vista o alto grau da tecnificação, o aumento exponencial da produtividade e a diminuição do número de empregados permanentes formais, fica evidente - diante da mais-valia relativamente produzida.

Conforme se observa pelos dados disponibilizados pela Secretaria Nacional da CPT¹⁰⁵ (Comissão Pastoral da Terra, 2008), a questão da superexploração do trabalho atinge trabalhadores de vários subespaços brasileiros, nas mais variadas atividades produtivas, desde agroindústrias como a “Usina Barcelos” em Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro, pertencente ao Grupo Hoteleiro Othon (240 trabalhadores em 11 de setembro de 2008); passando por uma empresa produtora de banana no “Projeto de Irrigação Jaguaribe-Apodi” em Jaguaribe/Limoeiro do Norte, no Ceará (um trabalhador morto em 08 de outubro de 2008); até a “Fazenda Santa Amália”, em Alta Floresta, de propriedade de Jaime Campos¹⁰⁶, Senador eleito por Mato Grosso, pelo DEM (Democratas) (15 trabalhadores em 11 de junho de 2008).

¹⁰⁵ <http://www.cptnac.com.br/?system=news&action=read&id=2795&eid=6>. Acesso em maio 2009.

¹⁰⁶ Jayme Veríssimo Campos, 55 anos, foi governador de Mato Grosso entre os anos de 1991 a 1994. Empresário do agronegócio, foi eleito três vezes prefeito do município de Várzea Grande, hoje é secretário geral da Executiva Nacional dos Democratas, legenda pela qual cumpre o seu primeiro mandato como senador da República.

Então, contraditoriamente, o desenvolvimento do capitalismo no período atual, ao mesmo tempo em que moderniza técnica e cientificamente o território priva a maioria da sociedade dos benefícios desse desenvolvimento. Nesse processo, segundo (KAHIL, 2005, p. 7.196-7.197):

o modo de desenvolvimento e organização do capitalismo que se impõe hoje ao mundo, aguçado pela necessidade de mais e mais competitividade e exploração em curto prazo, violenta e faz retroceder a formas cruéis o cotidiano vivido nos lugares. Esse processo ao qual chamamos globalização, ao se territorializar aciona um estilo violento de integração social.

De fato, os dados disponibilizados pela Secretaria Nacional da CPT, demonstram cabalmente o crescimento assustador do número de trabalhadores em situação de escravidão¹⁰⁷ no estado, acompanhando o processo de modernização do território. Em Mato Grosso, de 136 trabalhadores em situação de escravidão no ano 2000, passou-se para 1.958 trabalhadores escravos no ano de 2005, um crescimento de 1.339% num período de cinco anos (Quadro 20).

Esse espantoso crescimento do número de trabalhadores escravizados em Mato Grosso, a partir de 2000 coincide com o apogeu do agronegócio no estado, que a partir deste ano se torna o maior produtor de soja do país. Não coincidentemente, (embora com nova curva ascendente: 2007/2008), entre os anos de 2005 e 2008 o número de trabalhadores escravizados foi reduzido em 1.350 pessoas, período de acentuada crise do agronegócio derivada do desajuste cambial na safra 2004/2005, com o endividamento dos produtores que em 2004

¹⁰⁷ Estamos considerando o conceito de trabalho escravo utilizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), segundo o qual: “[...] **toda a forma de trabalho escravo é trabalho degradante, mas o recíproco nem sempre é verdadeiro. O que diferencia um conceito do outro é a liberdade.** Quando falamos de trabalho escravo, estamos nos referindo a muito mais do que o descumprimento da lei trabalhista. Estamos falando de homens, mulheres e crianças que não têm garantia da sua liberdade. Ficam presos a fazendas durante meses ou anos por três principais razões: acreditam que têm que pagar uma dívida ilegalmente atribuída a eles (alimentação e transporte), estão distantes da via de acesso mais próxima, o que faz com que seja impossível qualquer fuga ou são constantemente ameaçados por guardas que, no limite, lhes tiram a vida na tentativa de uma fuga. É comum que sejam escravizados pela servidão por dívida, pelo isolamento geográfico, pela ameaça às suas vidas. Isso é trabalho escravo” (AUDI, 2005, p. 11). (Grifos no original).

importaram insumos com o câmbio desvalorizado, e colheram a safra com câmbio valorizado em 2005¹⁰⁸.

Quadro 20 – Evolução do número de trabalhadores em situação de escravidão em Mato Grosso – 2000-2005		
Ano	Nº de Imóveis	Nº de Trabalhadores
2000	02	136
2001	03	206
2002	11	723
2003	23	1.268
2004	29	1.012
2005	30	1.958
2006	20	953
2007	19	315
2008	33	608
Fonte: Secretaria Nacional da CPT, 2007. Organizado por Sergio Negri, 2009.		

Ademais, importa ressaltar que em Mato Grosso aumentou o percentual do número de imóveis flagrados com trabalho escravo em relação ao total do Brasil no período entre 2005 a 2008. Em 2005 foram 30 imóveis, representando 10,86% do total nacional, ao passo em que, em 2008, 19 foram os imóveis onde se flagrou trabalhadores em situação de escravidão, ou seja, 11,78% das ocorrências registradas no país naquele ano.

No sul de Mato Grosso, segundo delimitação utilizada por Sakamoto (2005), verifica-se a relação entre violência no campo e trabalho escravo, com participação significativa no contexto nacional. Entre 2002 e 2004, foram realizadas oito ações de libertação, num total de 563 pessoas encontradas em condições de trabalho análogas à escravidão, representando 2,94% e 6,09%, respectivamente, do total nacional. Enquanto isso, sete foi o número de pessoas assassinadas nesse subespaço entre 2001 e 2004, representando 6,86% do total registrado no país naquele período (Quadro 21).

Aqui, deve ser mencionado o estudo sobre a violência no campo brasileiro, realizado por Porto-Gonçalves (2006, p. 239), que se expressa da seguinte forma:

¹⁰⁸ A redução do trabalho escravo no país também deve ser creditada ao Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo foi lançado em 11 de março de 2003 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em solenidade no Palácio do Planalto e reúne 76 medidas de combate a essa prática (SAKAMOTO, 2005).

“O estudo revelou que a violência não é um simples resquício associado ao velho latifúndio e a um mundo rural retrógrado, mas está claramente ligada ao *agro-business* e à modernização dos campos brasileiros”. No mesmo estudo, utilizando-se das variáveis: prisões, famílias despejadas e assassinatos, este autor situa o estado de Mato Grosso em primeiro lugar no *ranking* de violência no campo brasileiro, derivada tanto do poder público como do poder privado.

Quadro 21 - Trabalho escravo e violência no campo - Macro-Região: Sul do Mato Grosso

Municípios	Nº de Ações de Libertação¹	Nº de Libertados²	Quantidade de Assassinatos³
Campo Verde	1	15	-
Dom Aquino	1	52	-
Guiratinga	1	193	-
Itiquira	1	129	-
Jaciara	1	44	-
Nossa Senhora do Livramento	-	-	2
Nova Marilândia /Diamantino	-	-	3
Poxoréo	1	1	-
Rondonópolis	1	124	-
Rosário do Oeste	-	-	2
Vila Bela da S. Trindade	1	5	-
Total	8	563	7
Participação em relação ao total nacional	2,94%	6,09%	6,86%
Fonte: Sakamoto, 2005, p. 182. Organizado por Sergio Negri, 2009.			

1. Ações de libertação entre 2002 e novembro de 2004, de acordo com Secretaria de Inspeção do Trabalho/Ministério do Trabalho e Emprego.
2. Número de libertados entre 2002 e novembro de 2004, de acordo com Secretaria de Inspeção do Trabalho/Ministério do Trabalho e Emprego.
3. Número de assassinatos por conflitos rurais entre 2001 e julho de 2004 fornecido pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Considerou-se apenas municípios com dois ou mais assassinatos.

Para exemplificar a convivência entre a agricultura moderna globalizada e superexploração, formas de trabalho degradantes, homólogas à escrava, as quais nos remetem ao pré-capitalismo, citamos o caso de do senhor Eraí Maggi, um grande expoente do agronegócio estadual e internacional, que concorre com o

primo, Blairo Maggi, atual governador de Mato Grosso, ao título de maior produtor individual de soja do mundo.

Segundo reportagem do jornal Folha de São Paulo (25/01/08), em 18 de janeiro de 2008, um grupo móvel do Ministério do Trabalho resgatou 41 trabalhadores em “condições degradantes” em uma fazenda em Tapurah-MT, arrendada pelo Grupo Bom Futuro para o plantio de soja e algodão, que tem entre seus proprietários Eraí Maggi. Os trabalhadores, maranhenses e piauienses, eram obrigados a habitar alojamentos precários, com banheiros em péssimas condições higiênicas e manipulando produtos químicos sem nenhuma proteção, ainda eram atingidos por agrotóxicos lançados por aviões sobre as plantações. Além disso, cumpriam jornadas de trabalho de até 12 horas diárias, arrancando raízes ou descarregando cargas. Após o término da jornada, [...] tomavam banho em locais imundos, tomados por lodo e dejetos. [...] Eraí Maggi disse que o grupo já fez diversas melhorias no local. A Amaggi, [...] disse não poder esclarecer a relação entre as duas empresas. Blairo não soube dizer se sua empresa faz negócios com o primo¹⁰⁹.

O crescimento econômico de Mato Grosso nos últimos anos foi acompanhado por um processo de fragmentação do seu território, caracterizado por disparidades territoriais intrínsecas ao crescimento econômico comandado pelo agronegócio globalizado. Estas se fazem representar, além destas novas desigualdades criadas, também pelo aprofundamento de desigualdades pretéritas.

Analisando-se as formas de propriedade da terra, por exemplo, verifica-se que a nova dinâmica imposta ao território pelo agronegócio não alterou o quadro herdado. Em vez disso, esse processo serviu para assegurar e aprofundar a forma hegemônica de propriedade preexistente, o monopólio privado da posse da terra. É o que se verifica, para o caso de Rondonópolis, a partir dos dados de 2008, disponibilizados pelo escritório local da EMPAER.

Nesse município, em 2008, o extrato de área de até 100 hectares somava 1.948 imóveis rurais, representando 75,38% do total das propriedades. Mas, abrangendo 79.280 hectares, representava somente 19,68% da área total das

¹⁰⁹ <http://www1.folha.uol.com.br/foha/brasil/ult96u366854.shtml>. Acesso em maio de 2009.

propriedades existentes em Rondonópolis. Por outro lado, o extrato de área acima de 500 hectares, constituído por apenas 67 propriedades, ou seja, 2,59% do total, se apropriava 44,41% da área total dos imóveis rurais (Tabela 8).

Tabela 8 - Distribuição Imobiliária das Propriedades Rurais de Rondonópolis

Tamanho da área (ha)	Nº de imóveis	Área total (ha)
Até 10	128	1.050
11 a 50	1.368	42.050
51 a 100	452	36.180
101 a 200	356	64.550
201 a 500	213	80.000
Acima de 500	67	178.880
T O T A L	2.584	402.710

Fonte: EMPAER–MT, 2008.

No caso de Rondonópolis, a realidade atual é bem distinta daquela prometida pelo Estado, no período da frente de expansão, pois a população que se manteve no campo vive em situação precária, em pequenas áreas com terras desgastadas e rendimentos reduzidos. Enquanto que na cidade, a maior parte da população reside na periferia, carentes de serviços públicos, em ambiente geral de pobreza. As exceções são seletivos bolsões de riqueza, desfrutando de renda elevada, compondo uma realidade de contrastes sociais (NASCIMENTO, 1997).

4.3.1 - Resistências e os conflitos pelo uso do território

Esse quadro de desigualdades territoriais no estado de Mato Grosso, decorrente do modo de desenvolvimento do capitalismo, não se instala sem que encontre resistência. Em Mato Grosso as formas de resistência resultam tanto em conflitos sociais como na guerra entre os lugares (SANTOS, 2002). De um lado os municípios brigam entre si para aumentar sua cota no Fundo de Participação dos Municípios e também através das diferenciadas “políticas de atração de investimentos”, de outro, a sociedade luta para ter reconhecido o justo direito de uso do território. Aqui, nos valemos do alerta de Milton Santos: “Lembremo-nos do

fato de que os movimentos sociais, tanto urbanos quanto rurais, têm lugar onde um enquadramento rígido se estabelece” (1996, p.106).

As ocupações de terras têm se constituído numa das formas de resistência encontradas pelos trabalhadores pobres e excluídos do processo de territorialização do agronegócio globalizado. Em Mato Grosso, a exemplo do que ocorre em todo território nacional, as ocupações de terras aumentaram nos últimos anos (Quadro 22).

Quadro 22 – Evolução das ocupações e dos conflitos de terras em Mato Grosso – número, área e famílias envolvidas - 2000-2005

Ano	Ocupações			Conflito de terras		
	Número	Área (ha)	Famílias	Número	Área (ha)	Famílias
2000	03	8.700	360	10	130.729	2.556
2001	06	27.465	1.750	23	153.777	4.084
2002	02	11.600	1.600	40	351.470	9.428
2003	17	123.603	6.590	79	1.391.213	35.119
2004	06	52.122	3.204	41	629.023	9.588
2005	10	75.140	1.600	51	334.967	12.305
Fonte: Secretaria Nacional da CPT, 2007.						

Entre 2000 e 2005 aumentaram significativamente as ocupações de terras no estado, tanto em número como em área ocupada e famílias envolvidas. Destaca-se, no período, o ano de 2003, dado as expectativas dos trabalhadores sem-terras com a reforma agrária prometida, mas até agora não realizada, pelo Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, então empossado.

Os conflitos pela posse da terra, conseqüentemente, também se agravaram nesse mesmo período de forma expressiva envolvendo um número maior de famílias (12.305 famílias em 51 conflitos), disputando 334.967 hectares. Grande parte destes conflitos em Mato Grosso, a exemplo do que também ocorre em relação ao trabalho escravo, se localizam tanto em municípios tradicionais produtores de soja, como nos novos *fronts*.

Conforme os dados disponibilizados pela Secretaria Nacional da CPT sobre os conflitos de terras ocorridos em Mato Grosso entre 2005 e 2008, entre os municípios tradicionais produtores de soja podem ser citados, como exemplos:

Campo Verde, Itiquira, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sapezal, Sinop e Sorriso. Entre os municípios que pertencem ao novo *front* agrícola e que apresentam conflitos de terra e trabalho escravo, pode-se tomar como exemplo os casos de Brasnorte, Campos de Júlio, Ribeirão Cascalheira, Tabaporã e Tapurah.

Em Rondonópolis, a luta pelo uso do território remonta à década de 1950, com a sobreposição das Frentes de Expansão e Frente Pioneira, marcando os princípios da luta pela terra, com o confronto entre temporalidades díspares, em conformidade com o ocorrido em várias outras porções do território nacional. Estava em disputa as terras de cultura, o uso do território entre pecuaristas e camponeses, sobretudo posseiros, a maioria expulsa pelos primeiros, conforme relata Peixinho (1998).

Especificamente, no contexto do processo de incorporação e apropriação privada das terras de cerrado pela agricultura capitalista, o primeiro episódio marcante de luta pela posse da terra no município foi o da Gleba Cascata (Fazenda Floresta), representando uma área de 8.200 hectares, distante 38 quilômetros da cidade de Rondonópolis. Esse conflito se arrastou de 1972 até 1980, quando os primeiros títulos de propriedade foram finalmente distribuídos para os posseiros ocupantes, após o INCRA desapropriar a área, por concluir que a mesma possuía escrituras sobrepostas.

No final da década de 1980, outra área de grande extensão foi objeto de disputa entre trabalhadores e fazendeiros, no município de Rondonópolis. Tratava-se da Gleba Rio Vermelho, com 12.500 hectares, distante apenas 5 quilômetros da área urbana. Também, nesse episódio, após disputa acirrada, incluindo a morte de dois jagunços, a terra foi conquistada pelos trabalhadores sem-terras, distribuída em 298 lotes com 25 hectares cada.

Na década de 1990, destaca-se a atuação do MST na região. Partindo de Rondonópolis, onde foram arregimentados os trabalhadores e organizadas as ações, em 1995 esse movimento realizou sua primeira ocupação de terras em Mato Grosso, especificamente no município vizinho de Pedra Preta, na Fazenda Aliança, numa área de 6.584 hectares. Após reintegração de posse, concedida pela justiça da Comarca de Pedra Preta, as 1.100 famílias que participaram da ocupação foram alojadas provisoriamente numa área de 55 hectares pertencente a EMPAER, onde permaneceram por mais de um ano. Após várias manifestações

em Rondonópolis e Cuiabá, na sede do INCRA, no final de 1996, 603 famílias foram assentadas.

Desde 2003, coincidindo com o ano em que Blairo Maggi assume o cargo de governador em Mato Grosso, não houve mais nenhum assentamento de reforma agrária no município. Até esse período, o movimento de luta pela terra, pelo direito ao território enquanto abrigo, conseguiu somar uma área total de 19.802 hectares, distribuídos por 958 lotes para 1.018 famílias assentadas, conforme Quadro 23.

Quadro 23 - Reforma agrária no Município de Rondonópolis						
Nº	Nome do Projeto de Assentamento	Quantidade de Lotes	Quantidade de Famílias	Área total (ha)	Área média lote (ha)	Homologação pelo INCRA
01	Gleba Rio Vermelho	311	311	7.000	20	1989
02	Chico Mendes	30	30	609*	19,26	23/04/1996
03	Dom Osório Stoffel	40	40	880**	20-25	1998
04	Carimã	194	194	6.200	20 e 30	1997
05	São Francisco	50	50	1.100	20-25	1998
06	Primavera	47	47	920	20	1998
07	Santa Luzia	27	27	700	25	1998
08	Geni Dias de Souza	01	01	12	12	Banco da Terra
09	Fazenda Esperança	150	150	1.720	10,5	Banco da Terra
10	Grupo Pacífico	03	03	20	24	Banco da Terra
11	Canta Galo	12	12	240	20	-
12	Barra do Piteira	Comunitário	60	374	-	Banco da Terra
13	Unidos pela Terra	11	11	27	-	Banco da Terra
14	Vale Encantado	60	60	-	-	Banco da Terra
15	Águas da Serra	22	22	-	-	Banco da Terra
TOTAL		958	1.018	19.802	-	-
* Possui 52 ha com projeto de irrigação implantado pela SAAF (Recursos Hídricos PINAR)						
** Possui 37 ha com projeto de irrigação implantado pela SAAF (Recursos Hídricos PINAR)						
Fonte: EMPAER, 2008						

Atualmente, segundo Valdir Corrêa¹¹⁰, Secretário Municipal de Agricultura e Pecuária de Rondonópolis, mais de 500 famílias sem-terra encontram-se acampadas no município, distribuídas por 5 acampamentos (BR 364, em direção

¹¹⁰ Em entrevista citada.

à Cuiabá; trevo de São José do Povo, na antiga área do PCC¹¹¹; Fazenda dos “Violas”; gleba Rio Vermelho e no “baixado” do Rio Vermelho).

Na opinião do secretário entrevistado, o destaque para o agronegócio em Rondonópolis acaba ofuscando toda e qualquer resistência, ou seja, as contraracionalidades (Santos, 2004). Assim, “[...] fica escondido o outro lado da agricultura familiar”, bem como as pessoas envolvidas nas lutas sociais cotidianas. “[...] nas resistências pela terra, na organização do trabalhador rural na busca pela terra, da reforma agrária, na organização das associações, dos sindicatos, enfim, da luta social para que o trabalhador, pequeno trabalhador nesse município poder ter seu espaço”.

Além dos assentamentos de reforma agrária, muitas comunidades tradicionais, datadas do período da fronteira extensiva, das décadas de 1950 e 1960, ainda resistem no município, como por exemplo, a comunidade Bananal, Aldeinha, Água fria e Grotas Secas. Há 50 anos estas comunidades rurais resistem à expropriação do capital, apesar das dificuldades na obtenção de crédito, assistência técnica e carência de infra-estrutura. São 23 comunidades rurais remanescentes com pequena produção familiar, totalizando 1.347 pequenos produtores na zona rural de Rondonópolis (Quadro 24).

Como já mencionado, as dificuldades enfrentadas pela pequena produção familiar em Rondonópolis são muitas. Nos últimos anos, sua permanência no território local vem sendo ameaçada também pelo êxodo rural que parece ter se acentuado, motivado, sobretudo, pela saída dos membros mais jovens das comunidades rurais em direção à cidade de Rondonópolis em busca de trabalho. Esse fato pode contribuir para alterações no uso do território rural, pois os membros mais idosos que resistem no campo não conseguem manter as atividades inerentes à produção familiar.

¹¹¹ Segundo Valdir Corrêa, o PCC (Primeiro Comando da Capital), organização criminosa de São Paulo, possui fazendas na região. Uma dessas áreas encontra-se ocupada por famílias de sem-terra. “Eles têm área inclusive aqui em Rondonópolis ao lado da entrada da Galiléia, tem um grupo de trabalhadores que estão lá 150 famílias”.

Quadro 24 - Comunidades rurais do município de Rondonópolis		
nome da comunidade	n.º de produtores	distância da sede (Km)
1. Água Fria	22	30
2. Aldeinha	46	26
3. Bananal	69	55
4. Barra das Águas Quente	43	55
5. Boa Vista	42	36
6. Cabeceira do Café	61	45
7. Campo Limpo	42	15
8. Gleba Cascata	170	45
9. Gleba Dom Bosco	52	7
10. Gleba Marajá	48	10
11. Gleba União	43	30
12. Globo Recreio	154	7
13. Grotá Seca	52	18
14. Mata Grande	49	11
15. Naboreiro	42	35
16. Nova Galileia	145	43
17. Região do Cerrado	53	45
18. Região Sede	41	5
19. Rio Vermelho	37	16
20. Três Pontes	33	20
21. Várzea do Ouro	27	24
22. Vila Bueno	41	38
23. Vila Paulista	35	10
TOTAL	1.347	-
Fonte: EMPAER, 2008		

Laércio Polizel¹¹², do escritório local da EMPAER, ressalta essa problemática vivenciada pela produção familiar remanescente no município:

a questão destes tradicionais, o pessoal foi ficando velho. [...] vieram para cidade e deixaram o casal lá e vieram buscar alternativa de trabalho. Ficou o pessoal mais antigo você anda aí na zona rural você vê mais o pessoal velho, não tem o jovem e aquele que está mexendo com uma vaquinha tirando um leite para se manter, tem os aposentados, precisa... talvez se voltasse um pouco. [...] com exceção dos assentamentos [...] agora com esses tradicionais aí nós estamos preocupados, a gente conheceu muito antigamente Cascata, Boa Vista, Naboreiro, que a gente anda aí... a gente percebe que o pessoal tá saindo todo mundo, o jovem não está ficando porque não tem renda...

¹¹² Em entrevista citada.

A situação de instabilidade vivenciada pela produção familiar em Rondonópolis tem sido motivo de preocupação da nova administração municipal, eleita em 2008, pois o atual prefeito, José Carlos do Pátio, fez carreira política em meio aos movimentos sociais, particularmente, junto aos trabalhadores sem-terra do estado. Sua vitória sobre Adilton Sachetti, candidato do agronegócio, apoiado pelo governador Blairo Maggi, abriu uma nova perspectiva para a produção familiar.

Assim, vários projetos estão sendo estruturados, outros já em funcionamento, para tentar reverter a situação precária e de abandono à que foi submetida a pequena produção familiar no município. São exemplos desta nova perspectiva, a recuperação das estradas, patrulhas de mecanização, projetos de irrigação, com perfuração de poços artesianos e de recuperação de nascentes. Também, destaca-se uma política de educação voltada diretamente para zona rural e um programa de saúde, incluindo agentes comunitários, atendimento médico e odontológico. Para o adensamento técnico-científico do território, destaca-se a parceria com o programa do governo federal, Luz para Todos, além de assistência técnica e extensão rural, com a presença de agrônomos e zootecnistas.

Aqui, deve-se ressaltar, que a Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária sequer existia até 2008. Sua criação, em 2009, parece indicar uma nova política agrícola no município, buscando alternativas para a diversificação da produção agrícola, de modo a minimizar a vulnerabilidade do território local frente ao agronegócio globalizado. O Secretário Valdir Corrêa¹¹³ é enfático, em sua análise sobre a falta de compromisso das empresas globais do agronegócio para com o lugar:

Eu acho o seguinte, está concentrando muito, são poucas empresas que tem bastante. O agronegócio não depende muito da estrutura municipal e ela já é uma coisa consolidada ele vem de cima para baixo. O agronegócio hoje ele é mais instituído através do Ministério de Agricultura, talvez o governo do estado se identifica muito com o agronegócio aqui no Mato Grosso, então a Secretaria de Agricultura não tem estrutura, não tem projetos voltados para o agronegócio, até porque o agronegócio não

¹¹³ Em entrevista citada.

depende do município. Hoje, se parasse de existir o nome de Rondonópolis, o agronegócio continua! Até porque a estrutura deles vem tudo de fora, insumos, vem importado, sementes financiamento, já vem uma definição de Brasília, o banco daqui só repassa. Então já vem tudo definido, eu acredito o seguinte... é a tecnologia deles, até a assistência técnica é direcionada através da fundação Mato Grosso, que faz a pesquisa, que acompanha, tem os dias de campo do agronegócio, então é tudo uma coisa diferenciada.

Nota-se, então, que nas manchas do cerrado onde se instala uma agricultura científica, a dinâmica territorial é comandada pelas empresas globais que são os atores hegemônicos da produção também globalizada. Estas passam a controlar a política, ditando normas rígidas para produção, usando os sistemas técnicos ao seu talante, normatizando o território e a vida de relações, impondo uma racionalidade exógena e uma especialização produtiva extrovertida (SANTOS, 2004).

CONCLUSÕES

A capacidade de cada lugar de se adaptar e a necessidade de participar das trocas em nível mundial, unifica o lugar ao mundo, mas as aspirações da coletividade local não se aniquilam frente aos vetores hegemônicos da economia e da cultura mundializada. Paradoxalmente, é do próprio processo de globalização que se abrem hoje as possibilidades de uma consciência do mundo no lugar, as possibilidades de coabitar o mundo no lugar, as possibilidades de a cidadania local se regenerar e gerar uma cidadania mundial (KAHIL, 1997, p. 85)

A dispersão espacial da produção agrícola para áreas periféricas da formação espacial brasileira verificada nas últimas décadas foi viabilizada pela difusão do meio técnico-científico-informacional. Embora em formas de manchas e pontos, as novas densidades técnico-científicas criaram as condições materiais e imateriais para o surgimento e aprofundamento de uma nova especialização do trabalho no território Mato-grossense.

Rondonópolis pode ser considerado como um caso exemplar das transformações ocorridas no estado nas últimas décadas, no que concerne aos novos usos do território permitidos pela modernização. Em poucas décadas seu território foi reorganizado eficazmente para responder aos desígnios de alguns poucos agentes que comandam a economia mundial, nesse caso, sobretudo empresas globais que atuam no agronegócio mundializado.

Nesse processo, primeiramente se efetivaram os novos fixos, sistemas de engenharia que criaram uma nova arquitetura territorial, de modo a tornar o lugar e a região mais fluidos; uma nova composição orgânica antecedendo, preparando o “terreno”, poderíamos assim dizer, para a ocupação “periférica” dos circuitos espaciais de produção daquelas *commodities* reclamadas pela nova dinâmica do modo de desenvolvimento do capitalismo mundial do pós segunda guerra, ou seja, do período tecnológico ou técnico-científico (SANTOS, 1985).

Ao mesmo tempo, os novos conhecimentos acumulados no período desembarcam no terceiro mundo, Brasil incluído, fazendo avançar as forças

produtivas, possibilitando revolucionar todo o sistema de atividades agrícolas dessa formação territorial a partir da década de 1960. Assim é que se reinventa a agricultura, fazendo com que se disperse a produção dado a nova densidade técnica, paralelo ao processo de centralização do comando das ações.

De forma subserviente e centralizadora, o Estado “exporta” convenientemente o território nacional, que a partir daí, se constitui enquanto um espaço derivado das ações emanadas no exterior ou seja, um espaço nacional da economia internacional (SANTOS, 1979).

A especialização territorial produtiva, resultante dessa nova divisão territorial do trabalho, acaba por aprofundar as compartimentações já evidentes no espaço herdado da nação, dos antigos “arquipélagos” regionais, passa-se à fragmentação do território, processo que resulta na criação de poucos espaços “luminosos”, aqueles funcionalizados para cumprir os desígnios verticais.

Nesse processo, as populações locais quase que assistem o desenrolar da nova trama instalada por comandos remotos, ficando à margem, como naquela passagem sobre o novo e o velho de Darcy Ribeiro (2004, p. 363): “Tenho em mente a imagem de uma feira de nordestinos, adultos e crianças, maltrapilhos, cabeça coberta com seus chapéus de palha e de couro, agachados, olhando pasmos as imensas máquinas revolvendo a velha terra do cerrado”.

Dessa forma, a solidariedade orgânica tecida lentamente segundo os tempos endógenos das regiões e lugares constituintes da formação territorial brasileira, vai sendo rompida ferozmente pelos novos vetores do período técnico-científico-informacional – sistemas técnicos tendencialmente únicos, a convergência dos momentos e a realização da mais-valia em nível mundial. Nesse processo, com a solidariedade organizacional hegemonicamente instalada, as parcelas do trabalho desenvolvidas no território se inserem tendencialmente num único processo, o qual impõe novas e aprofunda antigas formas de cooperação entre pontos do território, dinamizando a circulação, desorganizando e reorganizando o espaço.

Com a metamorfose do conteúdo funcional das regiões e lugares muda também toda a vida de relações. Nesse processo, os elementos coexistentes no uso do território convivem de forma conflituosa, pois são carregados por densidades técnicas e por temporalidades distintas.

Antes, a organização da vida era local, próxima ao homem; hoje essa organização é, cada vez, mais longínqua e estranha. Antes, a sua razão era a própria vida, hoje é uma racionalidade sem razão, sem objetivo, sem teleologia, que comanda a existência dos homens e a evolução dos espaços (SANTOS, 1996, p. 115).

* * * * *

Na atualidade esta Rondonópolis faz parte do Brasil Agrícola Moderno (SANTOS, 1993a), se caracteriza enquanto uma Cidade do Agronegócio (ELIAS e PEQUENO, 2005). Suas atividades produtivas agropecuárias encontram-se inseridas no processo globalizado de produção e consumo produtivo.

No município o circuito superior da economia é majoritariamente constituído por empresas e atividades vinculadas ao agronegócio, especialmente da soja. Em torno do complexo soja (BERNARDES, 2002), Rondonópolis exerce centralidades funcionais em termos estaduais, ligadas à sua capacidade de esmagamento instalada, produção de fertilizantes, além de ser sede das principais empresas agrícolas produtoras de sementes no Sudeste Mato-grossense.

Em torno desse circuito superior, todo um círculo de cooperação foi instalado, funcionando eficazmente para comandar a parcela técnica da produção e o uso hierárquico do território. Nesse sentido, são importantes para o sistema os papéis desempenhados pela Fundação Mato Grosso na pesquisa genética, a frota de caminhões, na logística de transportes e as diversas firmas e escritórios de consultoria, incluindo geoprocessamento e análise de mercado.

Resultante desse processo, Rondonópolis se tornou o maior município exportador de Mato Grosso, como também o maior importador. Nas exportações predominam os insumos e manufaturados para viabilizar a agricultura científica globalizada, enquanto nas exportações impera hegemonicamente a soja e seus derivados.

Nessa nova racionalidade, a dinâmica territorial do circuito superior da economia é dada pela ciência, tecnologia e de novas formas de gestão e controle

da produção, ou seja, pela racionalidade e pela temporalidade hegemônica do capitalismo mundial, viabilizando o processo de reprodução ampliada do capital.

Presentemente, podemos qualificar Rondonópolis como um subespaço globalizado, com sua dinâmica territorial presidida por um sistema de ações exógenas ao lugar e um sistema de objetos intencionalmente concebidos para viabilizar o uso privado do território por parte de uma minoria que responde pelo agronegócio.

No entanto, todo esse processo que podemos chamar de processo de modernização do território rondonopolitano, é o mesmo processo capitalista desigual, seletivo e conservador, que combinada e persistentemente, reproduz e aprofunda as históricas desigualdades territoriais e sociais.

São visíveis as contradições no uso do território no município. Porquanto, todo um circuito inferior da economia sobrevive à margem da dinâmica instaurada e comanda pelo agronegócio da soja.

De um lado, no campo, pequenos produtores sobrevivendo a duras penas, com a produção de leite e algumas poucas culturas, em terras desgastadas e sem acesso a tecnologia, informação e crédito. Fato que obriga o município a importar a maioria dos alimentos aqui consumidos, incluindo hortifrutis. De outro, os habitantes da cidade vivem em condições adversas, morando em bairros precários, com pouca infra-estrutura e poucos equipamentos urbanos. Com salários baixos, e poucas oportunidades de trabalho, muitos se prestam a serviços temporários e ao comércio dito informal.

Essa nova ordem espacial hegemônica em Mato Grosso e em Rondonópolis, é dotada e datada por uma tecnosfera e uma correspondente psicosfera, que repete o discurso único do crescimento econômico e competitividade como único caminho para a superação do subdesenvolvimento.

Segundo Ribeiro (1994, p. 150, apud: SANTOS, 2002), esse pensamento hegemônico funciona como “uma espécie de ‘naturalização’ da modernidade que isentaria os atuais projetos de modernização [...] das principais críticas dirigidas a outros projetos de modernização historicamente concebidos [...] para a sociedade brasileira”, desautorizando, por conseguinte, quaisquer pensamentos críticos, reflexivos e criativos, que fortaleça a constituição de uma nação soberana.

Esse modelo que produz riqueza para alguns e modernidade para alguns lugares, redundando na fragmentação do território e na exclusão social, pois essa dinâmica da economia do agronegócio estimulada pelo Estado em parceria com as grandes corporações, a favor da lógica do mercado mundial é seletiva, cria hierarquia entre os lugares, fragmentando o território nacional excluindo, de outra parte, a sociedade e lugares de uma política que deveria ser para nação.

Esse projeto de modernização, via agronegócio, também está associado a violência no campo e o vem sendo denunciada há muito tempo por movimentos sociais, partidos políticos progressistas, ONGs, igrejas, etc. Na academia, pesquisadores comprometidos com um outro Projeto para o Brasil também vêm se perfilando contra. Na opinião de Tavares dos Santos (2000, s.p), trata-se de largo paradoxo:

como explicar a convivência da modernização capitalista, em processo de globalização, com a permanência dos conflitos agrários no Brasil, marcados pelos assassinatos e pelas "mortes anunciadas"? Porque a expansão da inovação agropecuária e dos complexos agro-industriais coexistem com a manifestação de "trabalho escravo" e o recurso ao suplício do corpo? Como explicar o paradoxo da sociedade brasileira contemporânea, marcada pelo aumento da modernização, pela generalização da violência e pela expansão das lutas sociais.

Dado à sua perversidade, paulatinamente o mito do agronegócio vai sendo desconstruído. Nesse contexto, nunca foi tão necessária a produção acadêmica comprometida com o futuro do Brasil, se se quiser contribuir para desmistificar o pensamento único; nunca foi tão necessário demonstrar a associação intrínseca entre o atual processo de globalização, a modernização como está proposta, a fragmentação e desigualdades territoriais e violência.

Pois, o projeto vigente, como está posto, subtrai da maior maioria da sociedade brasileira a possibilidade de viver plenamente a nação e o território brasileiro, de tamanha extensão é usado como recurso em favor de alguns.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Silvana de. **Planejamento governamental: o papel da SUDECO no espaço mato-grossense**. Contexto, propósitos e contradições. 2001. Tese (Doutorado em Geografia) - USP, São Paulo. 2001.

ABREU, Silvana de. **Racionalização e ideologia: o domínio do capital no espaço Mato-Grossense**. In: Terra Livre. Ano 19, v. 2, nº. 21, São Paulo, AGB, jul./dez. 2003. pp. 169-181.

AFFONSO, Rui de B. A., SILVA, Pedro L. B. (Org.). **Federalismo no Brasil: Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: FUNDAP-EDUNESP, 1995.

AGUIAR, Geraldo, et al. Efeitos Espaciais da Política Nacional de Desenvolvimento Agrícola. In: PIMES. **Desigualdades Regionais no desenvolvimento brasileiro**. Recife: UFPE/IPEA/SUDENE, 1984. p.137-218.

AJARA, César. População. In: IBGE. **Geografia do Brasil**. Região Centro-Oeste. Rio de Janeiro: IBGE, 1989. p.123-148.

ANDREAZZA; Mário. **Programas especiais na área dos transportes: objetivos e execução**. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1972. In: HUERTAS, Daniel Monteiro. **Da Fachada Atlântica ao Âmago da Hiléia: integração nacional e fluidez territorial no processo de expansão da fronteira agrícola**. Dissertação - Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2007.

ANFAVEA, **Anuário Estatístico**. 2009. Disponível em: <http://www.anfavea.com.br/anuario2009/Capitulo_03_2009.pdf> acesso em jul 2009.

ANUÁRIO BRASILEIRO DO ALGODÃO-2001. (Brazilian Cotton Yearbook). Santa Cruz do Sul-RS: Gazeta Grupo de Comunicações; Rondonópolis-MT: Fundação MT, 2001.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ESTADO DE MATO GROSSO- 1971, 1981, 1990, 2001, 2005, 2007. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. Cuiabá: GPC.

ARROYO, Mônica. Globalização e Espaço Geográfico. In: **Experimental**, n. 6, LABOPLAM, FFLCH, USP., São Paulo, março de 1999. pp. 25 – 26

AUDI, Patrícia. A Organização Internacional do Trabalho e o combate ao trabalho escravo no Brasil. In: SAKAMOTO, Leonardo (Org.). **Trabalho Escravo no Brasil do Século XXI**. OIT.- Organização Internacional do Trabalho. Brasil, 2005 Disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/download/sakamoto_final.pdf. Capturado em maio de 2009.

BARROZO, João Carlos.; PASCA, Dan. O garimpo na bacia do alto rio Paraguai. In: SPELLER, Paulo. **Estrutura sócio-econômica e dinâmica dos impactos ambientais na bacia do alto Paraguai**. UFMT-NERU/Universidade de Tübingen, Alemanha-Centro de Pesquisas sobre a América Latina, Cuiabá-Tübingen, 1994. v.7.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. (Cartilha nº 7). São Paulo: Consulta Popular, 1994.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. São Paulo, Ática, 1990.

BERNARDES, Júlia Adão. As estratégias do Capital no Complexo da Soja. In: CASTRO, Iná Elias de, et al. (Org.). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p.325-366.

BERNARDES, Júlia Adão. A dinâmica do agronegócio no cerrado matogrossense: problemas e desafios. In: **INTERGEO - Interações no Espaço Geográfico**. Ano 03, nº. 03, Departamento de Geografia. UFMT, Rondonópolis, MT. 2003a. pp. 33-46.

BERNARDES, Júlia Adão. Territorialização do capital, trabalho e meio ambiente em Mato Grosso. In: **Terra Livre**. Ano 19, v. 2, nº. 21, São Paulo, AGB, jul./dez. 2003b. pp. 157-167.

BERTRAN, Paulo. **Uma introdução à história econômica do Centro-Oeste do Brasil**. Brasília: CODEPLAN; Goiás: UCG, 1988.

BINI, Camila. Bunge inaugura primeira etapa de indústria em Rondonópolis. **Diário de Cuiabá**, Cuiabá-MT, 08 dez. 2001. Economia. Disponível em: <http://www.diariodecuiaba.com.br>. Acesso em: 25 de jan. 2006.

BRASIL – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (I.B.G.E.). **Censos Agropecuários de Mato Grosso**. 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96, 2006.

BRASIL – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (I.B.G.E.). **PAM – Produção Agrícola Municipal**. 1970, 1975, 1980, 1985, 1990, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2007, 2008.

BRASIL – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (I.B.G.E.). **Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de Mato Grosso. 1991**. Rio de Janeiro, 1991.

BRASIL – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (I.B.G.E.). **Censo Demográfico de Mato Grosso. 1950, 1960, 1970, 1980, 2000**, . Rio de Janeiro, 1993.

BRASIL – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (I.B.G.E.). **Contagem Populacional**. Rio de Janeiro, 2007.

BRASIL – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (I.B.G.E.). **Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de Mato Grosso. 1991**. Rio de Janeiro, 1991.

BRASIL – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (I.B.G.E.). **Novo paisagens do Brasil**. 5 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1974.

BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR. Secretaria de Planejamento. Subsecretaria de Programas Regionais. Programa de Desenvolvimento dos Cerrados - **POLOCENTRO**. Brasília, 1982.

BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da Agricultura: trigo e soja**. Ijuí-RS: FIDENE, 1988.

Bunge implantará esmagadora de caroço de algodão e girassol. **Diário de Cuiabá**, Cuiabá-MT, 15 set. 2003. Últimas Notícias. Disponível em: <<http://www.diariodecuiaba.com.br>>. Acesso em: 25 de jan. 2006.

CASALI, Patrícia. Bunge investe US\$ 90 mi em ROO. **Diário de Cuiabá**, Cuiabá-MT, 02 out. 2005. Economia. Disponível em: <<http://www.diariodecuiaba.com.br>>. Acesso em: 25 de jan. 2006.

CASTILLO; Ricardo. Agronegócio e Logística em Áreas de Cerrado: expressão da agricultura científica globalizada. **Revista da ANPEGE**. v. 3, 2007. p. 33 – 43. Disponível em: <www.revista_anpege.ig.ufu.br/include/getdoc.php?id=18> Capturado em Jul. 2009.

CASTRO, A C., FONSECA, M. da Graça de. **A dinâmica agroindustrial do Centro-Oeste**. Brasília: IPEA, 1995.

CASTRO, Iná Elias de.; et al. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CASTRO, Iná Elias de, et al. (Org.). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CATAIA, M. A. A geopolítica das fronteiras internas na constituição do território: o caso da criação de novos municípios na região Centro-Oeste do Brasil durante o regime militar. **Scripta Nova**. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2006, vol. X, núm. 218 (22).

Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-22.htm>> Acessado em Abr. 2009.

CATAIA, Márcio A. Geração de cidades e efeito modernizante da atividade agrícola no Centro-Oeste brasileiro. In: Encontro de Geógrafos da América Latina (10º., 2005, São Paulo). **Anais...** FFLCH – USP. – São Paulo, 2005. pp. 3.297-3.314. 1 CD-ROM.

CATANI, A. M.; OLIVEIRA J.F.; DOURADO, L. F. Política educacional, mudanças no mundo do trabalho e reforma curricular dos cursos de graduação no Brasil. In: **Revista e Sociedade**. São Paulo Campinas, nº 75, agosto de 2001, p. 67-83.

CPT – Comissão Pastoral da Terra. **Secretaria Nacional**. Disponível em: <http://www.cptnac.com.br/>. Vários acessos.

COSTA, Nilton Pereira da, et al. Perfil dos aspectos físicos, fisiológicos e químicos de sementes de soja produzidas em seis regiões do Brasil. **Revista Brasileira de Sementes**, Vol. 27, nº. 02, pp. 01-06, 2005.

COSTA, Wanderley Messias da. **O Estado e as políticas territoriais do Brasil**. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.

COY, Martin, LÜCKER, Reinhold. Transformações recentes no meio rural brasileiro: o Centro-Oeste como espaço periférico em processo de modernização. In: **POBLACION Y SOCIEDAD**, diciembre, 1996, Nº 4. pp. 31-54.

CUNHA, Aécio S. (Coord.) **Uma avaliação da sustentabilidade da agricultura nos cerrados**. Brasília: IPEA, 1994.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil**. São Paulo: Ícone/UNICAMP, 1985.

Dias, Victor Pina ; Fernandes, Eduardo. **BNDES Setorial**. Rio de Janeiro, n. 24, p. 97-138, set. 2006.

DOSSIÊ RONDONÓPOLIS. Geografia, Demografia, Economia. 3ª ed. Prefeitura Municipal de Rondonópolis/ACIR, 2008.

DUARTE A. Capdeville. Estrutura do Espaço Regional. In: IBGE. **Geografia do Brasil**. Região Centro-Oeste. Rio de Janeiro: IBGE, 1989. pp. 243-267.

DUARTE A. Capdeville. O Centro-Oeste na Organização Regional do Brasil. in: IBGE. **Geografia do Brasil**. Região Centro-Oeste. Rio de Janeiro: IBGE, 1989. p.15-20.

DUBREUIL, Vincent, et al. Evolução da fronteira agrícola no centro-oeste de Mato Grosso: municípios de Tangará da Serra, Campo Novo do Parecis e Diamantino. In: **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 22, nº. 2, maio./ago. 2005.

pp. 463-478. Disponível em: <atlas.sct.embrapa.br/pdf/cct/v22/v22n2p463.pdf> Acesso em 10/04/2007.

ELIAS, Denise. **Meio Técnico-Científico-Informacional e Urbanização na Região de Ribeirão Preto (SP)**. 1996. Tese (Doutorado em Geografia) – USP, São Paulo. 1996.

ELIAS, Denise. Territorialização do capital no espaço agrário cearense. In: **GEOGRAFIA**, v. 30, nº. 2, Rio Claro, AGETEO, mai./ago., 2005. pp. 223-239.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Espaço urbano no Brasil agrícola moderno e desigualdades socioespaciais. In: **Terra Livre**. Ano 21, v. 2, nº. 25, Goiânia, AGB, jul./dez. 2005. pp. 13-33.

ELLUL, Jacques. **A técnica e o desafio do século**. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1968.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Labex e Projetos no Exterior**. Disponível em: http://www.embrapa.br/a_embrapa/labex. Acesso em Dezembro de 2009.

EMPRESA MATOGROSSENSE DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA E EXTENSÃO RURAL (EMPAER-MT). Dados Estatísticos. **Produção Agropecuária Municipal**. Rondonópolis. 1995, 2000, 2005, 2008.

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. **Mato Grosso**. V.25, Rio de Janeiro: IBGE, 1958. 325 p.

Falta armazém para grãos em Rondonópolis (MT) . 11/08/2006. Disponível em: <http://www.portaldoagronegocio.com.br/conteudo.php?id=14958>. Acesso em outubro de 2009.

FANZERES, Andréia. **Celeiro do mundo, comida importada**. 23/10/2008. Disponível em: <<http://www.oeco.com.br/index.php/reportagens/37-reportagens/20016-celeiro-do-mundo-comida-importada>>. Acesso em Maio de 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Agronegócio nas Américas: o mito do desenvolvimento e a resistência do campesinato. In: Encontro de Geógrafos da América Latina (10º, 2005, São Paulo). **Anais...** São Paulo, 2005. pp. 4.860-4.874.

Fertilizantes: média de consumo em MT supera a Argentina e EUA. 21/07/09. Disponível em <<http://www.noticiasagricolas.com.br/noticias.php?pagina=382&busca=&id=51397>>. Acesso em Ago. 2009.

FONSECA, Maria da Graça D.; GONÇALVES, José Sidnei. Financiamento do investimento da agroindústria e agropecuária: análise de dois planos

governamentais recentes. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.25, n.6, p., jun.1995.

FRANCISCO, Nelson. Mato Grosso terá a maior fábrica de biodiesel do mundo. **Secretaria de Comunicação Social do Governo do Estado de Mato Grosso**. Cuiabá-MT, 28 JUL. 2006. Economia. Disponível em: <http://www.secom.mt.gov.br>. Acesso em: 26 de jan. 2006.

FURTADO, Celso. **O Longo Amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1999.

GALINDO, Osmil.; SANTOS, Valdeci M. dos. Centro-Oeste: evolução recente da economia regional. In: AFFONSO, Rui de B. A.; SILVA, Pedro L. B. (Org.). **Federalismo no Brasil: Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: FUNDAP-EDUNESP, 1995. p. 157-192.

GAZETA MERCANTIL. **Agrobusiness em Rondonópolis**. Relatório. 25 de março de 1994. 6p.

GEIGER, Pedro Pinchas **Evolução da Rede Urbana Brasileira**. Brasília, CPBE/INEP. Ministério da Educação. 1963.

GOODMAN, David; SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. **Da lavoura às biotecnologias – agricultura e indústria no sistema internacional**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.

GOMES, Marcos. Dívida externa: a terrível herança do regime militar. Movimento, Nº 164, São Paulo, 21 de agosto de 1978, pp. 11-14. In: IANNI, Octávio. **Ditadura e agricultura**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O progresso técnico na agricultura**. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1985. (relatório de pesquisa n.10).

GRAZIANO DA SILVA, José. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: HUCITEC, 1981.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão Agrária e Ecologia: crítica da moderna agricultura**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Grupo ETC. **¿De quién es la naturaleza? El poder corporativo y la frontera final en la mercantilización de la vida**. Communiqué número 100, Noviembre de 2008. Disponible en la World Wide Web: <http://www.etcgroup.org/es/materiales/publicaciones?page=1>. Capturado em setembro. 2009.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes; CAMPOS LEME, Heládio José de. Caracterização histórica e configuração espacial da estrutura produtiva do Centro-Oeste. In:

Redistribuição da população e meio ambiente: São Paulo e Centro-Oeste.- Campinas : UNICAMP, Núcleo de Estudos de População, 1998. pp. 21-74.

GUIMARÃES, Maria Rita da Silva. Região Centro-Oeste. In: IBGE. **Novo paisagens do Brasil**. 5 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1974. p. 265-284.

GUIMARÃES, Marlene M. M. **Nível Técnico, Organização do Trabalho e Reorganização do Espaço: O Caso da Indústria de Esmagamento em Rondonópolis-MT**. 1997. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1997.

HAESBAERT; Rogério. **“Gaúchos” no Nordeste: modernidade, des-territorialidade e identidade**. 1995. Tese (Doutorado em História) - USP, São Paulo. 1995.

HUERTAS, Daniel Monteiro. **Da Fachada Atlântica ao Âmago da Hiléia: integração nacional e fluidez territorial no processo de expansão da fronteira agrícola**. Dissertação - Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2007.

IANNI, Octávio. **Ditadura e agricultura**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

JORNAL ON LINE PRIMEIRA HORA. Especulação imobiliária inviabiliza construção de casas populares. Rondonópolis, Jul. 2005. Disponível em: <http://www.primeirahora.com.br>. Acesso em: 25 jan. 2006.

KAHIL, Samira Peduti . **Uso do território brasileiro: densidade e fluidez das vias de circulação e do movimento no front da agricultura moderna – região central do Brasil**. Relatório Parcial de Pesquisa – FAPESP. Rio Claro-SP, UNESP/IGCE/DEPLAN, 2007 (mimeo).

KAHIL, Samira Peduti. Usos do território: uma questão política. In: Encontro de Geógrafos da América Latina (10º, 2005, São Paulo). **Anais...** São Paulo, 2005. pp. 7.193-7.204.

KAHIL, Samira Peduti. **Unidade e diversidade no mundo contemporâneo. Holambra: a existência do mundo no lugar**. Tese (Doutorado em Geografia) - USP, São Paulo. 1997.

KELLER, Elza.; MAGNANINI, Ruth. População. in: IBGE. **Geografia do Brasil**. Região Centro-Oeste. Rio de Janeiro: IBGE, 1977. p. 113-191.

LACERDA, Guilherme Narciso de. **Capitalismo e produção familiar na agricultura brasileira**. São Paulo: IPE/USP, 1985.

LOPES, Heloísa Santos Molina. **Agricultura, modernização e uso corporativo do território**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - USP, São Paulo. 2006.

LUEDERMANN, Marta da Silveira. O desenvolvimento do agronegócio no Brasil Central: um estudo sobre Mato Grosso. In: 12º ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. Montevideu, Uruguai. **Anais...** 2009. Disponível em: <<http://www.egal2009.com>>. Capturado em Ago. 2009.

MARTINE, George.; BESKOW, Paulo Roberto. O modelo, os instrumentos e as transformações na estrutura de produção agrícola. In: MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo Coutinho. (Org.). **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987. p. 19-39.

MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo Coutinho. (Org.). **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. 3ª ed. Revista e ampliada. São Paulo: HUCITEC, 1991.

MARTINS, Paulo Roberto. Trajetórias tecnológicas e meio ambiente: a indústria de agroquímicos/transgênicos no Brasil. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp, out. 2000 (Tese de Doutorado em Ciências Sociais). In: Velasco, Luciano Otávio Marques de; Capanema, Luciana Xavier de Lemos. O SETOR DE AGROQUÍMICOS. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 69-96, set. 2006.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A Urdidura Espacial do Capital e do Trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. Tese (Doutorado em Geografia). FCT – UNESP, Presidente Prudente –SP, 2004

MESQUITA, Olindina Vianna. Agricultura. In: IBGE. **Geografia do Brasil**. Região Centro-Oeste. Rio de Janeiro: IBGE, 1989. p.149-170.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA –MAP DELEGACIA FEDERAL DE AGRICULTURA EM MATO GROSSO – DFA – Apud: SEPLAN/MT. Governo do estado de Mato GROSSO. **Anuário de Estatística de Mato Grosso**. 2007.

MONTEIRO, Jorge G. **Mudanças espaciais induzidas pelo progresso técnico: a realidade da agricultura matogrossense**. 2004. (Doutorado em Geografia) - UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

MOONEY, P. R. **O escândalo das sementes: o domínio na produção de alimentos**. 1ª reimpressão, São Paulo: Nobel, 1987.

MORENO, Anelize. Produção chega a 120 mil toneladas. **Diário de Cuiabá**, Cuiabá-MT, 06 jul. 2006. Economia. Disponível em: <<http://www.diariodecuiaba.com.br>>. Acesso em: 26 de jan. 2006.

MORENO, Anelize. 22% da soja de MT são esmagados em Rondonópolis. **Diário de Cuiabá**, Cuiabá-MT, 01 ago. 2006. Economia. Disponível em: <<http://www.diariodecuiaba.com.br>>. Acesso em: 26 de jan. 2006.

MORENO, Gislaine. Os (des) caminhos da apropriação capitalista da terra em Mato Grosso. 1993. Tese (Doutorado em Geografia) - USP, São Paulo. 1993.

MOURA, Carmem Lúcia S. Itaborahi de. **Homens sem terra para terra sem homens: os posseiros da gleba cascata, Rondonópolis, MT, 1975-1985**. Dissertação (mestrado em Geografia) – PUC-SP, São Paulo. 1992.

MUELLER, Charles Curt. Políticas governamentais e expansão recente da agropecuária no Centro-Oeste. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n.3, p.45-74. jun./1990.

NASCIMENTO JÚNIOR, Francisco das Chagas do. **A Constituição do Círculo de Cooperação de Pesquisa Agrícola no Brasil: Nova Face do Uso Corporativo do Território Brasileiro no Período Técnico-Científico-Informacional**. Dissertação (Mestrado em Geografia) IGCE - UNESP, Rio Claro, 2007.

NASCIMENTO, Flávio Antônio da Silva. **Aceleração temporal na fronteira: Estudo do caso de Rondonópolis-MT**. 1997. Tese (Doutorado em História) - USP, São Paulo. 1997.

NEGRI, Sebastião Sergio. **Modernização agrícola e reorganização do espaço agrário da Mesorregião Sudeste Mato-grossense**. 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia) - UFU, Uberlândia, 2001.

NEGRI, Silvio Moisés. **O Processo de Segregação Sócio-Espacial no Contexto do Desenvolvimento Econômico da Cidade de Rondonópolis – MT**. Tese (Doutorado em Geografia). IGCE – UNESP, Rio Claro –SP, 2008.

OLIVEIRA Francisco de. **Elegia para um re(li)gião**. SUDENE, Nordeste, Planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos**. 3 ed., Campinas: Papirus, 1990.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia**. 2 ed. Campinas: Papirus, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: **Terra Livre**. Ano 19, v. 2, nº. 21, São Paulo, AGB, jul./dez. 2003. pp. 113-156

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. A Amazônia e a nova geografia da produção da soja. In: **Terra Livre**. Ano 22, v. 1, nº. 26, Goiânia, AGB, jan./jun. 2006. pp. 13-43.

ORTEGA Y GASSET, J. **Meditação da técnica**. Livro Ibero Americano, Rio de Janeiro, 1963.

PEIXINHO, Dimas M **A dinâmica sócio-espacial do modelo técnico-produtivo da sojicultura no Cerrado e a formação dos centros dinâmicos: o caso de Rondonópolis (MT) e Rio Verde (GO)**. 2006. (Doutorado em Geografia) - UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

PEIXINHO, Dimas M. **Onças Vermelhas e Amarelas: A Ocupação dos Cerrados e a Dinâmica Sócio-espacial em Rondonópolis-MT**. 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia) - USP, São Paulo, 1998.

PIVETTA, Darci Luiz . Questões indígenas na bacia do alto rio Paraguai. In: SPELLER, Paulo. **Estrutura sócio-econômica e dinâmica dos impactos ambientais na bacia do alto Paraguai**. UFMT-NERU/Universidade de Tubingen, Alemanha-Centro de Pesquisas sobre a América Latina, Cuiabá-Tubingen, 1995. v.5.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Contribuição ao estudo da geografia da violência no campo brasileiro. In: Silva, José Borzacciello da; Lima, Luiz Cruz; ELIAS, Denise (Orgs.). **Panorama da geografia brasileira I**. São Paulo, Annablume-Anpege, 2006. pp. 239-274.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1959.

Primo do governador Blairo Maggi utiliza trabalho degradante. 25/01/2008. Disponível em : <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u366854.shtml>>. acesso em 13 de maio de 2008.

PROJETO DE CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE RONDONÓPOLIS (UFR) . **Portaria nº. 021/Pró-Reitoria/CUR/UFMT/2007**, de 10 de agosto de 2007. CUR, 2008.

RAMOS, Soraia. Sistemas técnicos agrícolas e meio técnico-científico-informacional no Brasil. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001. p.375-387.

RATTNER, Henrique. (Org.). **Brasil 1990: caminhos alternativos do desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1979. pp. 143-161

REDWOOD III, John; BARRETO, Francisco. Avaliação dos programas de desenvolvimento rural: Regiões Norte e Centro-Oeste. In: PIMES. **Desigualdades regionais no desenvolvimento brasileiro**. A política de desenvolvimento regional. Recife: IFPE/IPEA/SUDENE, 1984. p.333-584. v.3.

RESENDE, Eliseu. As rodovias e o desenvolvimento do Brasil, 1973. In: LOPES, Heloísa Santos Molina. **Agricultura, modernização e uso corporativo do território**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - USP, São Paulo. 2006.

RIBEIRO, Ana Clara T. MetrÓpole e fragmentação: novos rumos na análise da modernização. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia de; Silveira, Maria Laura (Orgs.). **TerritÓrio: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1994. pp. 143-153.

RIBEIRO, Darci. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Rondonópolis tem terras mais caras. 31/05/2009. Economia. Disponível em: <http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=348135>. Acesso em 15 de julho de 2009.

Sadia anuncia construção de nova unidade em Mato Grosso. 03/07/2008. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u418937.shtml>. Acesso em: ago. 2009.

SAKAMOTO, Leonardo (Org.). **Trabalho Escravo no Brasil do Século XXI**. OIT.- Organização Internacional do Trabalho. Brasil, 2005. Disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/download/sakamoto_final.pdf . Capturado em maio de 2009.

SANTOS, Milton. Do espaço sem nação ao espaço transnacionalizado. In: RATTNER, Henrique. (Org.). **Brasil 1990: caminhos alternativos do desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1979. pp. 143-161

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo, Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: HUCITEC, 1988.

SANTOS, Milton . **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

SANTOS, Milton. Prefácio. In: SANTOS, Milton, et al (Org.). **O novo mapa do mundo: Fim de século e globalização**. São Paulo: HUCITEC-ANPUR, 1993b. p.11-12.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 2ª ed., São Paulo, Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. In: **Revista TERRITÓRIO**. Ano 4, n. 6, jan/jun. LAGET/UFRJ/Garamond, Rio de Janeiro, 1999. pp. 5-20.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 11ª ed. Rio de Janeiro, Record, 2004.

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo: São Paulo: Edusp, 2004b.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In:_____. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: Edusp, 2005a. pp. 137-144.

SANTOS, Milton. Os espaços da globalização. In:_____. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: Edusp, 2005b. pp. 145-154.

SANTOS, Milton. Razão Global, Razão Local. Os Espaços da Racionalidade. In:_____. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: Edusp, 2005c. pp. 165-169.

SANTOS, Milton. O Estado Nação como espaço, totalidade e método. In:_____. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: Edusp, 2005d. pp. 43-51.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, M. L. **Ensino Superior Público e Particular e o Território Brasileiro**. Brasília: ABMES, 2000. Disponível em: <http://www.abmes.org.br/publicacoes/avulsos/Milton_Santos/sumario.htm> Acesso em 10 novembro 2007.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHEIBE, S. D. Ações públicas e cerrados: problemas e alternativas. **Fundação JP**, Belo Horizonte, v.15, n.5/6, p.63-78, 1985.

SEPLAN/MT. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. **MATO GROSSO EM NÚMEROS**. Cuiabá: Governo do Estado de Mato Grosso, 2006 e 2007.

SETTE, Denise Maria. **O clima urbano de Rondonópolis**. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia - FFLCH. Universidade de São Paulo - USP, 1996.

SILVA, Advair Mendes. **O migrante rondonopolitano**. 1988. Dissertação (mestrado em Geografia) – UNESP, Rio Claro-SP. 1988.

SILVA, Antônio Alves da. **O complexo agroindustrial da soja no cerrado Mato-grossense: um modelo de construção de um novo espaço capitalizado no Sudeste do Estado de Mato Grosso**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1998.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. **Grupo André Maggi: corporação e rede em áreas de fronteira**. Cuiabá, Entrelinhas, 2003.

SILVA, Elias da. **O Papel da cidade de Rondonópolis no Complexo Agroindustrial do Sudeste de Mato Grosso**. 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1999.

SILVA, R. R. A expansão da fronteira produtiva nos cerrados. **Fundação JP**, Belo Horizonte, v.15, n.5/6, p.53-61, 1985.

SILVEIRA, José Maria et al. Evolução recente da biotecnologia no Brasil. Campinas: IE/Unicamp, fev. 2004 (Texto para Discussão). In: Velasco, Luciano Otávio Marques de; Capanema, Luciana Xavier de Lemos. O SETOR DE AGROQUÍMICOS. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 69-96, set. 2006.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira, et al. **O processo histórico de Mato Grosso**. Cuiabá: UFMT, 1990.

SORJ, Bernardo. **Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

SPELLER, Paulo. **Estrutura sócio-econômica e dinâmica dos impactos ambientais na bacia do alto Paraguai**. UFMT-NERU/Universidade de Tubingen, Alemanha-Centro de Pesquisas sobre a América Latina, Cuiabá-Tubingen, 1994. v.7.

STURZA, José Adolfo Iriam. **Lugar e não-lugar em Rondonópolis - MT: um estudo de cognição ambiental**. Rio Claro. Tese (Doutorado em Geografia) – IGCE, Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2005.

SUZUKI, Júlio César. **De povoado a cidade: a transição de rural ao urbano em Rondonópolis**. São Paulo. Dissertação (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo – USP. 1996.

TARSITANO, Maria A. A. **Análise da Agricultura Matogrossense, 1970/85: modernização, desconcentração da terra e mão-de-obra**. 1990. 152 f. Tese (Doutorado em Economia de Empresas) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo. 1990.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Matuchos: exclusão e luta: do sul para a Amazônia**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1993.

TAVARES DOS SANTOS. Conflictos agrários e violência no Brasil: agentes sociais, lutas pela terra e reforma agrária. Pontificia Universidad Javeriana. Seminario Internacional, Bogotá, Colombia. **Anais...** Agosto de 2000. Disponible en la World Wide Web: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rjave/paneles/tavares.pdf> Capturado em jun. 2009.

TESORO, Luci Léa Lopes Martins. **Rondonópolis – MT: Um Entroncamento de Mão Única. O processo de povoamento e de crescimento de Rondonópolis**

na visão dos pioneiros (1902 – 1993).. Tese (Doutorado em História) Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 1993

VEGRO, Celso Luis Rodrigues; FERREIRA, Célia Regina R. P. T. Evolução do consumo de Fertilizantes no estado do Mato Grosso. 1987-2002. **Informações Econômicas** . São Paulo, v.34, n.2, fev. 2004.

Velasco, Luciano Otávio Marques de; Capanema, Luciana Xavier de Lemos O SETOR DE AGROQUÍMICOS. **BNDES Setorial**. Rio de Janeiro, n. 24, p. 69-96, set. 2006.

VIEIRA NETO, José. **A Urbanização e a Problemática Ambiental no Centro Oeste do Brasil: O Caso de Rondonópolis – MT.** Tese (Doutorado em Geografia) Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2000.